

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL – SR.11/RS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Porto Alegre/RS - Março/2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL – SR.11/RS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES	4
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	8
ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO INCRA.....	11
INTRODUÇÃO.....	20
PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	22
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	22
2. Objetivos e metas institucionais.....	23
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	23
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	24
2.2.1Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	25
2.2.2Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....	26
2.2.3Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	27
2.2.4Divisão de Gestão Administrativa.....	29
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	30
2.3.1Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	30
2.3.2Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	41
2.3.3Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	63
2.3.4Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	75
2.3.5Programa 1120 – Paz no Campo	78
2.3.6Programa 1336 – Brasil Quilombola	81
2.3.7Programa 1350 – Educação no Campo.....	86
2.3.8Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	96
2.3.9Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	102
2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas	105
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	106
2.4.1Programação Orçamentária da Despesa.....	106
2.4.2Programação de Despesas Correntes.....	106
2.4.3Programação de Despesas de Capital	107
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	108
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	109
2.4.4Execução Orçamentária da Despesa	111
2.5 Indicadores Institucionais	115
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	122

4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	123
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	124
5.1	Composição do Quadro de servidores ativos.....	124
5.2	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas.....	129
5.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	130
5.4	Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	131
5.5	Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	133
5.6	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	135
5.7	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	137
6.	Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	138
6.1	Transferências efetuadas no exercício.....	138
7.	Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv.....	154
8.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	155
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	156
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	158
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	161
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	161
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	163
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	165
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.....	167
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	168
16.	Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	205
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....		228
17.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	229
PARTE C – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO – Superintendências Regionais do INCRA.....		235
18.	Cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006).....	235
19.	Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	236

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	22
Quadro II - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado	105
Quadro III - Identificação das unidades orçamentárias	106
Quadro IV - Programação de despesas correntes.....	106
Quadro V - Programação de despesas de capital.	107
Quadro VI - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.	108
Quadro VII - Movimentação orçamentária por grupo de despesa	109
Quadro VIII - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	111
Quadro IX - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	112
Quadro X - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	113
Quadro XI - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	122
Quadro XII - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	123
Quadro XIII – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	124
Quadro XIV – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011.....	125
Quadro XV – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	126
Quadro XVI – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011	127
Quadro XVII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011.....	128
Quadro XVIII - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011	129
Quadro XIX - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011	129
Quadro XX - Composição do Quadro de estagiários.....	130
Quadro XXI - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.....	131
Quadro XXII - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada.....	133
Quadro XXIII – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados	133
Quadro XXIV – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	134

Quadro XXV - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.....	135
Quadro XXVI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	136
Quadro XXVII - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	138
Quadro XXVIII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	146
Quadro XXIX - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes	147
Quadro XXX - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	148
Quadro XXXI - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	150
Quadro XXXII – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	154
Quadro XXXIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	155
Quadro XXXIV – Estrutura de controles internos da UJ.....	156
Quadro XXXV - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	158
Quadro XXXVI - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	161
Quadro XXXVII - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros...	161
Quadro XXXVIII - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	162
Quadro XXXIX - Gestão de TI da UJ.....	163
Quadro XL – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	165
Quadro XLI – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).....	166
Quadro XLII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	168
Quadro XLIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	173
Quadro XLIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	174
Quadro XLV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	204
Quadro XLVI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	205
Quadro XLVII – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	227
Quadro XLVIII – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	228

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006	12
---	----

LISTA DE DECLARAÇÕES

Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	154
Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	228

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental para assentamentos da Reforma Agrária

CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU – Contrato de Concessão de Uso

CDR – Comitê de Decisão Regional

CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares

CGU – Controladoria Geral da União

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS – Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COCEARGS – Cooperativa Central dos Agricultores Assentados do Rio Grande do Sul

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

COPEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos

CPL – Comissão Permanente de Licitação

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DA – Diretoria Administrativa

DAC – Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DD – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

DE – Diretoria de Gestão Estratégica

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA – Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DN – Decisão Normativa

DOU – Diário Oficial da União

DT – Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GAP – Gestão e Administração do Programa

GEE – Grau de Eficiência na Exploração

GPS – *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT – Grau de Utilização da Terra

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO – Licença de Instalação e Operação

LOA – Lei Orçamentária Anual

LP – Licença Prévia

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP – Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE – Norma de Execução

OCI – Órgão de Controle Interno

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAF – Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE – Plano Geral de Estatísticas

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PO – Programação Operacional

PPA – Plano Plurianual

PRA – Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RB – Relação de Beneficiários

RG – Relatório de Gestão

RL – Reserva Legal

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SGBD – Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR – Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD – Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de Protocolo

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU – Secretaria de Patrimônio Público da União

SR – Superintendência Regional

TCE – Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU – Tribunal de Contas da União

TD – Título Definitivo

TDA – Título da Dívida Agrária

TI – Tecnologia da Informação

UA – Unidade Avançada

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UG – Unidade Gestora

UGR – Unidade Gestora Responsável

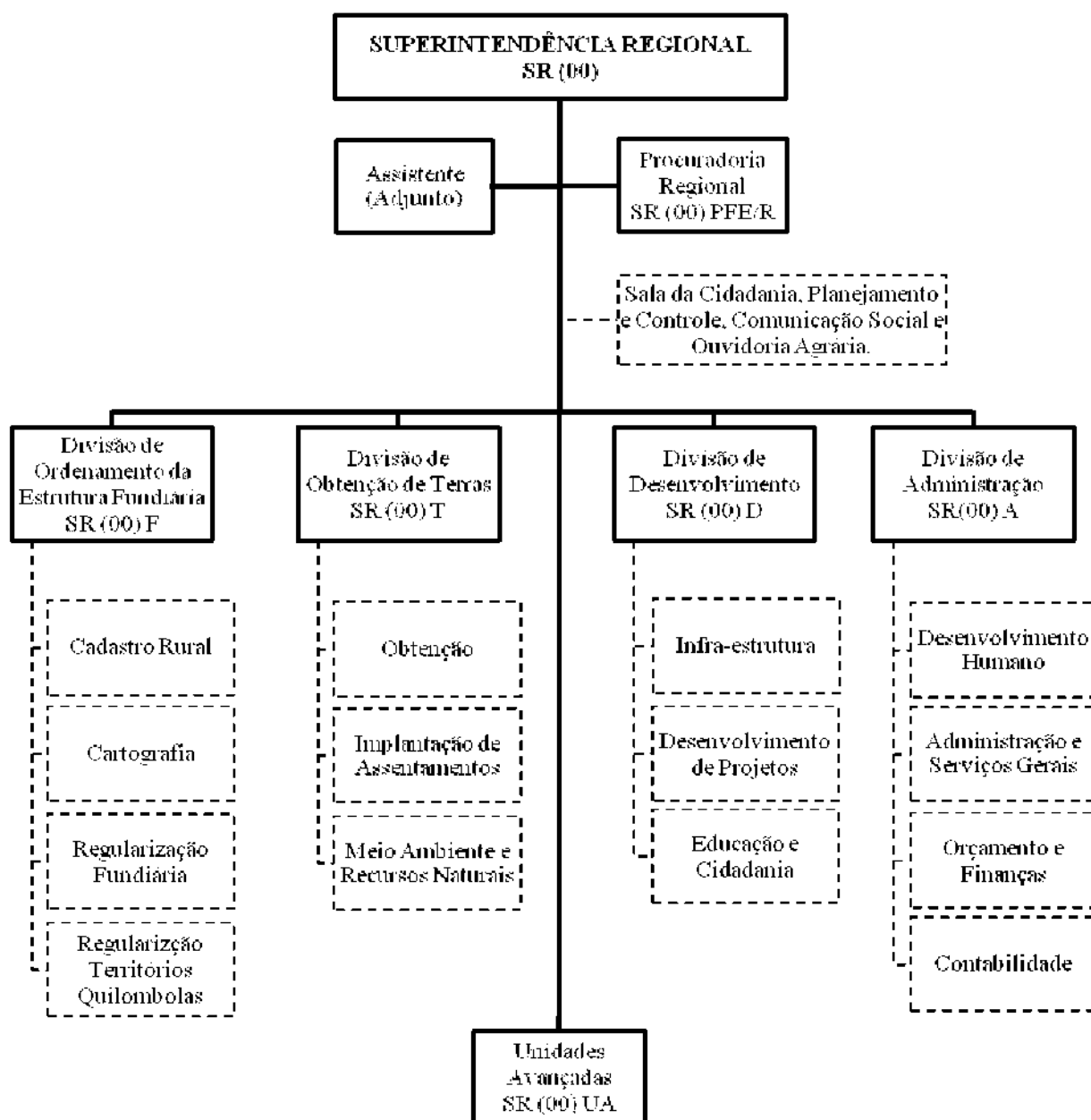
UJ – Unidade Jurisdicionada

UMC – Unidade Municipal de Cadastramento

UO – Unidade Orçamentária

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO INCRA

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, estabelecendo as atribuições/competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) - Superintendência Regional do Rio Grande do Sul - SR(11) - Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR(00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; Coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando

controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - Analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos

de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desinstituição; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desinstituição de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento;

Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à

execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras (OBS: a SR(11) não apresenta esta Divisão em sua estrutura):

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - São órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; Executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; Articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições (OBS: **a SR(11) não apresenta Unidades Avançadas em sua estrutura**).

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o que dispõe a Decisão Normativa TCU Nº 108, de 24/11/2010, e o Processo Administrativo de Contas de que trata a Decisão Normativa TCU Nº 117, de 19/10/2011, a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul obriga-se a encaminhar o Relatório de Gestão Individual relativo ao exercício de 2011 aos órgãos de controle externo e interno dentro do prazo estabelecido.

O presente Relatório de Gestão em questão está estruturado nos moldes estabelecidos pela legislação supracitada, abrangendo as informações gerais sobre a gestão da Unidade Jurisdicionada (UJ), incluindo: 1) identificação da unidade jurisdicionada; 2) planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e ações; 3) reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 4) movimentação e os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores; 5) recursos humanos da unidade; 6) transferências mediante convênio ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência; 7) declaração da área responsável que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas no SIASG e no SICONV; 8) cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas; 9) funcionamento do sistema de controle interno da UJ; 10) adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras; 11) gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ; 12) gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ; 13) utilização de cartões de pagamento do governo federal; 14) renúncia tributária; 15) providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria da CGU; 16) tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno do INCRA; 17) outras informações consideradas relevantes pela UJ. Dos acima citados, não há conteúdo a ser declarado pela UJ no exercício os itens 3 (reconhecimento de passivos) e 14 (renúncia tributária).

O exercício de 2011 na Superintendência do INCRA/RS (SR.11) foi marcado por realizações em diversas áreas, assim como por várias dificuldades, que se não sanadas poderão comprometer o Programa de Reforma Agrária no estado do RS.

Dentre as realizações destacam-se as seguintes:

- formalização de convênio com o Governo do Estado, assinado em dezembro/2011, com valor total de R\$ 126,0 milhões, visando a aquisição de 18.000 hectares de terras, para proporcionar o assentamento de todas as famílias acampadas no RS.
- consolidação das ações de retomada de lotes vagos em projetos de assentamento de responsabilidade federal e do processo de seleção de famílias para estes lotes, que se deu a partir de Editais Públicos de Seleção, com base em recomendação do Ministério Público Federal (Recomendação PRDC/RS nº 01/2011).
- formalização de instrumento e complementação de patrulhas mecanizadas para atuação nos assentamentos das regiões de Bagé (27 máquinas adquiridas em 2010 pelo INCRA/RS para parceria com o CIDEJA) e Santana do Livramento (3 máquinas adquiridas em 2011 para complemento à patrulha existente, em parceria com o Governo do Estado), visando atuar no passivo de implantação e recuperação de estradas.
- reinício do Curso Superior de Medicina Veterinária da UFPEL, com 60 educandos, cuja retomada foi possível após decisão favorável do Supremo Tribunal Federal.
- avanço na política de regularização das terras dos remanescentes de quilombos, com a elaboração e publicação de mais 3 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID.

Por outro lado, a par das conquistas realizadas, destacam-se as seguintes dificuldades:

- contingenciamento do orçamento do Governo Federal, com a redução significativa da descentralização de recursos para atender todas as ações da SR.11.
- disponibilidade limitada de recursos financeiros para atender as despesas operacionais da UJ e também para honrar os compromissos dos contratos e convênios vigentes, ocasionando significativo atraso nas obras e dificultando as ações da UJ.
- carência de recursos humanos na SR.11, especialmente nas áreas de Desenvolvimento de Assentamentos, área administrativa e no Setor de Projetos Especiais (Quilombolas), comprometendo a realização das ações, bem como dificultando o acompanhamento e fiscalização dos convênios e contratos.
- desmobilização do corpo funcional da autarquia e dificuldade de incorporação de novos servidores nos concursos públicos realizados, em virtude da grande defasagem salarial da categoria, em especial quando comparados os vencimentos com outras carreiras afins do serviço público federal.
- legislação para obtenção de terras, representada pelo Decreto 433/92 (aquisição) e pela Lei 8.629/93 (desapropriação), inadequada para a aquisição de imóveis rurais para a Reforma Agrária, situação agravada pelos recorrentes períodos de estiagem no RS.

A partir de agora, passamos a construir o Relatório de Gestão 2011, com a descrição de todos os itens relacionados acima.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA			Código SIORG: 1799
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no RS			
Denominação abreviada: INCRA/RS			
Código SIORG:	Código LOA:	Código SIAFI: 373072	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: AUTARQUIA			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(051) 3284-3300	(051) 3284-3305	
Endereço eletrônico: nelson.souza@poa.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. Loureiro da Silva, 515 – Bairro Cidade Baixa – Porto Alegre/RS – CEP: 90.010-420			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Norma de criação – Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/1970			
Estrutura Regimental – Decretos nº 5.735/2006 e 5.928/2006			
Estrutura Regimental – Decreto nº 6.812, de 03/04/2009			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno – Portaria MDA nº 69/2006			
Regimento Interno – Portaria nº 20, de 08/04/2009			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Resolução/Incra/Nº 53/2006 – Regimento Interno: CD/CDR e Resolução/Incra/Nº 54/2006 – Competências: CD/CDR			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373072	SUPERINT. ESTADUAL DO R. G. DO SUL - INCRA/SR-11		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373072	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

Este documento apresenta resultados de ações desenvolvidas pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul (SR.11), entre os meses de janeiro e dezembro de 2011. Seu nexos com medidas e compromissos estabelecidos por esta mesma SR.11, em 2008, 2009 e 2010, bem como sua relação de continuidade, no que tange a articulações, impactos sobre condicionantes ambientais, limitações estruturais, e mesmo reações ambientais já referidas nos relatórios anteriores, exigem uma visão mais ampla dos valores aqui apresentados, para sua correta interpretação. Dentre os argumentos neste sentido, cabe destacar que o ambiente institucional onde nos inserimos não apenas deixou de apresentar modificações positivas relevantes, no período, como também trouxe dificuldades adicionais, cujos elementos serão referidos ao longo deste relatório. Em que pese estes fatos, como demonstraremos a seguir, as dificuldades contingentes foram enfrentadas de maneira decidida e positiva, e os resultados obtidos devem ser considerados satisfatórios e consistentes em vista dos objetivos propostos.

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas

O papel desempenhado pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul – SR.11, com vistas ao cumprimento de sua missão institucional, prevê ações de inclusão social e controle da malha fundiária, que se desenvolvem, principalmente, por meio da obtenção de imóveis para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra, da criação e do desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (PAs), naqueles imóveis, bem como do cadastro, acompanhamento, gerenciamento e regularização da malha fundiária, envolvendo aí a regularização das áreas remanescentes de quilombos, entre outras atividades suplementares.

Para a consecução destes compromissos, a SR.11 conta com recursos limitados, que busca expandir por meio de parcerias, convênios e articulações institucionais que, infelizmente, se mostram estrangulados por conta do ambiente conflitivo que cerca as questões agrárias, no Rio Grande do Sul.

Estes pontos, que poderiam ser ilustrados pelo tom de criminalização com que o tema, os agentes e o público da reforma agrária são referidos por formadores de opinião com permanente acesso à grande mídia, foram detalhadamente descritos nos relatórios anteriores, e em que pese mantenham atualidade, não serão aqui desenvolvidos, restando apenas referidos em vista de sua relevância e impacto sobre a performance institucional aqui avaliada.

De outro lado, apesar dos vultosos investimentos realizados entre os anos de 2003 e 2010, a recuperação de recursos humanos e instrumentais à disposição da SR.11 se mostrou insuficiente e sobrecarregado pelo acúmulo de demandas e pela série de pedidos de exoneração envolvendo funcionários seduzidos por melhores opções de salário, em ambientes de trabalho menos conflituosos.

No que concerne à obtenção de terras para a Reforma Agrária, uma das principais razões de ser do INCRA, destacamos que o principal instrumento jurídico utilizado pela SR.11 para obtenção de terras nos períodos anteriores, qual seja a Lei 4.132/62, que prevê a desapropriação por interesse social genérico, não foi aplicado no corrente exercício. Aliado a isto temos que a principal legislação para tal fim, representada pelo Decreto nº 433/92 (compra de terras) e pela Lei nº 8.629/93 (desapropriação de terras), não é adequada para aplicação no RS, representando sérias

dificuldades para a incorporação de novos imóveis para a Reforma Agrária no estado. Um agravante para a utilização da Lei nº 8.629/93 é a recorrente situação de seca no RS, que atinge cerca de 80% dos municípios gaúchos, o que impossibilita o INCRA de constatar os casos de improdutividade dos imóveis rurais. Estas limitações, que impedem o assentamento de um número significativo de famílias em novas áreas, foram parcialmente amenizadas pelo grande esforço desenvolvido com vistas à retomada de lotes, que permitiu a inclusão, no programa, de 391 novas famílias, conforme será descrito no capítulo pertinente. Ainda assim, por sua relevância e uma vez esgotada a possibilidade de recuperação de lotes ocupados irregularmente, há necessidade de se buscar alternativas para esta questão, sob pena de comprometer a Reforma Agrária no RS.

Como é sabido, as dificuldades de obtenção de terras novas tendem a ampliar a tensão nos acampamentos, permitindo prever clima bastante conflituoso para o próximo exercício. De outro lado, a concentração de energia dos agentes do INCRA, em ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos já estabelecidos, bem como a abertura e a continuidade de processos administrativos buscando a retomada de lotes ocupados irregularmente (e o sucesso destas medidas em 2010 e 2011), e a consolidação de importantes parcerias institucionais, podem compensar, em parte, as frustrações associadas à expansão horizontal da reforma agrária no RS.

Neste sentido, a SR.11 atuou fortemente em 2011 na viabilização de convênio com o Governo do Estado. O convênio, assinado em dezembro/2011, cujo valor total é de R\$ 126,0 milhões, sendo R\$ 100,8 milhões do INCRA e R\$ 25,2 milhões como contrapartida do Estado, prevê a aquisição de 18.000 hectares, através da utilização da Lei 4.132/62 pelo Governo do Estado, visando o assentamento de todas as famílias acampadas no RS. Porém, o mesmo teve sua execução dificultada pela falta de repasse pelo INCRA dos valores previstos em 2011, no montante de R\$ 10,0 milhões, o que deverá ser retomado a partir de 2012.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A contextualização apresentada nos relatórios anteriores (2008, 2009 e 2010), e a referencia no primeiro capítulo do presente relatório, onde tratamos das responsabilidades e realizações institucionais ao longo de 2011, revelam que apesar da evolução no ambiente interno, as pressões e tensões externas tendem a continuar recrudescendo no próximo período.

A dificuldade para obtenção de novas áreas, em 2011, que foi enfrentada e em parte amenizada pela retomada de lotes, numa espécie de reforma agrária dentro da reforma agrária, não se revela viável para o próximo período. Basicamente, esta situação não será reproduzível, na mesma escala, em 2012, porque os principais problemas já foram identificados e solucionados ou encaminhados para solução, especialmente com a formalização do convênio com o Governo do Estado. Neste sentido, a pressão dos excluído, dos acampados e dos candidatos a espaços nos acampamentos, surge como possível ameaça para o clima de operosidade estabelecido no complexo administrativo da autarquia.

Este clima positivo decorre, fundamentalmente, de processos internos associados à participação e responsabilização dos funcionários, para com tarefas bem definidas, bem como da autonomia concedida às instâncias de decisão intermediária. Soma-se a isto, esforço no âmbito da capacitação de quadros, na aquisição e recuperação de equipamentos e instrumentos de trabalho, em como no clima interno.

Também deve ser considerado como relevante a mudança de orientação no Governo Estadual, que agora se manifesta comprometido com a reforma agrária, bem como a manutenção da orientação estabelecida no Governo Federal, o que deverá permitir parcerias consistentes para o tratamento do tema, no Rio Grande do Sul.

Como iniciativas tomadas, destaca-se a formalização da parceria com o Governo do Estado, com incidência sobre as diferentes divisões administrativas do INCRA, merecendo destaque:

- 1- convênio para aquisição de terras;
- 2- convênio para a regularização e titulação de ocupantes de terras públicas;
- 3- ações conjuntas no desenvolvimento dos assentamentos federais e estaduais, considerando ainda que o INCRA reconhece a todos os assentamentos existentes no RS e a eles estende suas políticas;
- 4- ações conjuntas objetivando o acesso à água para consumo humano e animal nos assentamentos do RS, tendo em vista a recorrente situação de estiagem nos municípios do estado;
- 5- ações conjuntas com vistas ao desenvolvimento de ações ambientais nos assentamentos;
- 6- ações conjuntas na prospecção de alternativas para o desenvolvimento de práticas mais eficazes para a exploração de áreas baixas, mal drenadas, bem como para a ocupação produtiva de áreas com deficiências hídricas.

Estas e outras propostas envolvem as quatro divisões administrativas do INCRA, com a FEPAGRO, FEPAM, EMATER, COCEARGS, EMBRAPA, UFPEL, UFSM, UFRGS e Secretarias de Estado do Rio Grande do Sul.

Destaque também para as parcerias com outros órgão federais, especialmente a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), com ações na área de revitalização e perfuração de poços artesianos e construção de redes de água para as comunidades assentadas, visando minimizar os efeitos das freqüentes estiagens e proporcionar melhor qualidade de vida às famílias assentadas.

Evidentemente todas estas iniciativas serão divulgadas nos meios de comunicação de massa, cumprindo finalidade adicional relativa à reconstrução de uma imagem positiva para a Autarquia.

Apresentamos a seguir, de maneira resumida, alguns aspectos referentes aos principais programas desenvolvidos pela SR11, cujas ações específicas são apresentadas e cujas metas e realizações são avaliadas de forma mais minuciosa, mais adiante (ver capítulo 2, item 2.3).

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas: dentre as ações previstas neste programa, que em seu conjunto visam conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária, destacam-se:

- Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural: nesta ação, a meta física foi superada, com a utilização de cerca de 30% dos recursos previstos. Como justificativa para esta meta atingida, destaca-se ao aumento do número de colaboradores conveniados, representados pelas Unidades Municipais de Cadastro. Já o saldo orçamentário justifica-se pelo fato de que a PO 2011 projetou para o RS valores médios nacionais, estabelecidos com base na situação da Amazônia Legal, inadequados à realidade gaúcha.

- Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional: não houve previsão de meta física para esta ação, em virtude da necessidade de dar vazão a uma grande quantidade de processos pendentes de anos anteriores. Alguns processos foram concluídos em 2011, mas a alteração da norma de georreferenciamento implicou na dilação do prazo para a conclusão de vários trabalhos.

- Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas: destaca-se a formalização de convênio com entidade para a execução de diagnóstico da situação jurídica de imóveis rurais de até 4 módulos fiscais, em 4 municípios do RS, visando identificar posseiros de terras públicas e privadas, subsidiando a elaboração de políticas para este público.

- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa: os recursos orçamentários disponibilizados na ação em 2011 foram significativamente inferiores aos disponibilizados no ano

anterior, demonstrando o impacto do contingenciamento do orçamento do Governo Federal na execução das atividades da SR.11 neste exercício.

Programa 1336 – Brasil Quilombola: objetiva viabilizar o acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos. Trata-se de compromisso recentemente assumido pelo INCRA e ainda em fase de organização, com quadros funcionais limitados e em momento de estruturação interna. Dentre suas ações, destacam-se:

- **Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos:** objetiva regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos, compreendendo a elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, e seus desdobramentos até a emissão de decreto de desapropriação, com demarcação e titulação das áreas. Para sua consecução estão em andamento 76 procedimentos administrativos com vistas à regularização fundiária dos territórios quilombolas. Destacamos aqui a insuficiência da equipe em vista da quantidade de ações desapropriatórias a serem desenvolvidas, desde a abertura do processo inicial até a emissão dos títulos. Em 2011 foram publicados 3 RTIDs, abrangendo uma área de 6.120 hectares, o que contempla 572 famílias, valor muito acima da meta prevista na PO 2011.

- **Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos:** foram realizadas ações de desapropriação nos imóveis inseridos no perímetro declarado de interesse social da Comunidade Casca, município de Mostardas, e da Comunidade Martimianos, município de Restinga Seca, com destinação de recursos orçamentários de 2011 e de anos anteriores que estavam inscritos em restos a pagar.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais: objetiva dar acesso à terra ao público da Reforma Agrária. Dentre suas ações, destacam-se:

- **Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária:** as metas de famílias assentadas em 2011 foram superadas, especialmente devido à ação da SR.11 na retomada de lotes e assentamento de novas famílias nestes lotes. Nenhuma família foi assentada em áreas novas adquiridas pelo INCRA, tendo em vista a dificuldade de obtenção de imóveis rurais no RS.

- **Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais:** a meta foi atingida, especialmente devido à ação conjunta com o Governo do Estado e à publicação de edital de compra de terras, sendo disponibilizadas muitas áreas para identificação e avaliação em 2011.

- **Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária:** não apresentou resultados efetivos, seja por desapropriação (Lei 8.629/93) ou por aquisição através da compra, disciplinada pelo Decreto 433/92, legislação esta que não é adequada para o RS, situação agravada pela recorrente situação de seca no estado. A dificuldade para obtenção de terras novas se explica pela impossibilidade de uso da Lei 4.132/62, utilizada em anos anteriores, que associada à elevação preços dos grãos com impacto direto na valorização áreas de arroz, tornou impraticável a disputa em paridade de competição, no mercado de terras. O pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária – TDAs, pela terra, e de dinheiro pelas benfeitorias não se mostra atrativo no Rio Grande do Sul, onde as benfeitorias tendem a ser pouco relevantes, em relação ao valor da terra, na composição do preço total dos imóveis. Destaca-se em 2011 a formalização de convênio com o Governo do Estado, com valor total de R\$ 126,0 milhões, com previsão de aquisição de 18.000 hectares pelo Governo do Estado, o que beneficiará todas as famílias acampadas no RS. O valor descentralizado de R\$ 10,0 milhões do orçamento do INCRA não foi empenhado em nome do conveniente em 2011, em virtude de decisão do INCRA/Sede.

- Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária: o ano de 2011 foi marcado pela estruturação da Coordenação de Meio Ambiente, com enfoque na ação de campo visando a elaboração de relatórios para a renovação das licenças ambientais. Não foram protocoladas novas licenças no órgão ambiental estadual, o que deve ocorrer em 2012.

- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa: os recursos orçamentários disponibilizados na ação em 2011 foram significativamente inferiores aos disponibilizados no ano anterior, demonstrando o impacto do contingenciamento do orçamento do Governo Federal na execução das atividades da SR.11 neste exercício.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária: este programa visa promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo, e ocupou em 2011 a maior parte dos esforços da SR.11. Dentre suas ações destacam-se:

- Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento: nesta ação, a meta prevista na PO 2011 foi atingida e superada a partir da conclusão de obras iniciadas em anos anteriores. Das ações realizadas em 2011, destaque para a continuidade do Termo de Cooperação com a CPRM (que atua em poços artesianos nos assentamentos), a aquisição de máquinas para a Patrulha de Santana do Livramento e a parceria com a FUNASA (financiamento de redes de água para as comunidades assentadas). Ressalta-se a escassez de quadros de Engenheiros Civis na SR.11, bem como sua eventual ausência para atendimento de demandas associadas à sua especialidade, em outras Superintendências. Não menos relevante continua sendo a dificuldade financeira do Governo Federal, redundando em retardo no pagamento de faturas (obras realizadas e medidas nos contratos vigentes) e parcelas de convênios com municípios. Evidentemente estas circunstâncias determinam atrasos na execução física das obras projetadas por ocasião da elaboração de metas institucionais, comprometendo os resultados que a SR.11 poderia apresentar em seus relatórios anuais.

- Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento: o cumprimento da meta se deu através de demarcação direta, realizada pelos servidores da SR.11, com redução de custos operacionais. O aporte de recursos orçamentários é insuficiente para a contratação de serviços de demarcação nos assentamentos, o que remete a um grande passivo a ser atendido.

- Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol: nesta ação, em 2011 não foram iniciados novos empreendimentos e tampouco foram concluídos os convênios em andamento. Atualmente há 13 convênios em vigência, o que demanda uma grande ação de acompanhamento e fiscalização das obras. Destaque para o Programa Somar (Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica para o Desenvolvimento da Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal e Vegetal em Assentamentos de Reforma Agrária do RS), fruto de Termo de Cooperação entre o INCRA e a Universidade Federal de Santa Maria. Dificuldades na disponibilidade de novo orçamento, obtenção das licenças ambientais das agroindústrias e a pouca disponibilidade de recursos financeiros no ano são entraves importantes para o andamento adequado do programa.

- Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento: trata-se de transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para os beneficiários da reforma agrária, ali estabelecidos. De outro lado, cabe referir que também faz parte desta ação a retomada de lotes, que tem sido priorizada pela SR.11, através de uma ação complexa, que vai desde o acompanhamento sistemático dos assentamentos, a identificação de irregularidades, a investigação e a os trâmites para a reintegração de posse dos lotes, quando for o caso.

- Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária: ação que não foi incluída no PPA 2012-2015, visa consolidar e emancipar 10 assentamentos originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID. A emancipação não foi concluída em nenhum destes assentamentos, mas o processo de consolidação avança de maneira consistente. Destaque para o PAC Regional, que articula 1.748 famílias em 54 assentamentos articulados na região de Bagé, incluindo os municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra. Dos 7 convênios existentes na SR.11 nesta ação, 3 foram finalizados em 2011 e outros 4 foram aditados até 2012.

- Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária: focaliza o manejo, a recuperação, e a conservação, bem como o monitoramento do uso de recursos naturais, em áreas protegidas por regramento jurídico específico (APP e RL), além da gestão ambiental assentamentos da reforma agrária. Não foram registrados resultados no período, sendo que não havia meta prevista para 2011. Neste ano o esforço foi de estruturação da Coordenação de Meio Ambiente e o início da elaboração dos Planos de Recuperação das Áreas Degradadas (PRADs) junto à ATES, que culminará em vários projetos a serem realizados a partir de 2012.

- Ação 0427 – Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas: ação que se revela fundamental para assegurar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade das famílias assentadas, apresentou apenas 33% de consecução nas metas físicas. Os resultados não foram superiores devido a dificuldades operacionais (recursos humanos na SR, abertura de contas bancárias, elaboração de projetos, entre outros) e financeiras (retardo nos repasses do Governo Federal, implicando em retração nos valores liquidados/pagos), projetando-se sua consecução a partir de 2012.

- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa: assim como nos programas acima descritos, os recursos orçamentários disponibilizados na ação em 2011 foram significativamente inferiores aos disponibilizados no ano anterior, demonstrando o impacto do contingenciamento do orçamento do Governo Federal na execução das atividades da SR.11 neste exercício.

Programa 1350 – Educação no Campo: este programa visa a capacitação e a educação formal dos trabalhadores da reforma agrária. Dentre suas ações destacam-se:

- Ação 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária: a meta física foi superada e foram aplicados 100% dos recursos recebidos. No RS, o PRONERA financia 10 cursos, envolvendo 485 educandos. Destaque em 2011 para o reinício do Curso Superior de Medicina Veterinária da UFPEL, com 60 educandos, cuja retomada foi possível após decisão favorável do Supremo Tribunal Federal.

- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa: os recursos foram utilizados no acompanhamento, supervisão e avaliação da execução dos convênios.

Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura: crucial para o desenvolvimento das famílias assentadas, viabiliza serviços de assistência técnica aos assentamentos. Dentre suas ações destacam-se:

- Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados: No RS, a totalidade das famílias assentadas são atendidas pelo programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), o que totaliza 11.011 famílias atendidas em 330 assentamentos, envolvendo 87 municípios do estado. As ações de ATES são desenvolvidas através de contratos específicos para os 19 Núcleos Operacionais. A modificação no Programa de ATES, antes alicerçado em convênios, permitiu maior agilidade e obrigou o INCRA a se organizar para dar conta das ações administrativas e de acompanhamento e fiscalização de todos os Núcleos Operacionais. No período também foi garantida a continuidade dos convênios com a Fapeg/Embrapa (transferência de tecnologia) e com a Coptec (desenvolvimento do Projeto Leite Sul). Como dificuldades evidenciam-se as limitações de

recursos humanos na SR, e o já mencionada retardo no pagamento das faturas mensais de ATES, gerando problemas na atuação das equipes técnicas.

- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa: assim como nos programas acima descritos, os recursos orçamentários disponibilizados na ação em 2011 foram significativamente inferiores aos disponibilizados no ano anterior, demonstrando o impacto do contingenciamento do orçamento do Governo Federal na execução das atividades da SR.11 neste exercício.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Programa 0750 – Apoio Administrativo: objetiva assegurar meios administrativos para a implementação e gestão dos programas finalísticos da SR.

- Ação 2000 – Administração da Unidade: nesta ação, em 2011, destaca-se a aquisição de equipamentos para uso das áreas finalísticas e a reforma elétrica do prédio da Superintendência Regional. Os recursos orçamentários previstos na PO 2011, R\$ 1,45 milhões, foram suplementados até R\$ 1,98 milhões. A suplementação foi decisiva para que a SR.11 atendesse os compromissos administrativos do exercício.

Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário: visa promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo, envolvendo ações administrativas que têm como público direto os servidores da autarquia. Dentre suas ações e resultados cabe destacar:

- Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação: as metas foram superadas, sendo que 134 servidores passaram por eventos de capacitação. Destaque para a viabilização de cursos, participação em eventos nacionais, desenvolvimento de gestores e encontro estadual com os servidores da SR.11.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: André Bocorny Guidotti

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária; Área em hectares vistoriada; Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária; Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária.

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamento; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ²	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	4	Famílias assentadas	300	391	0	391	130,33	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
31.233,79	14.057,62	10.998,65	78,24	10.998,65	78,24	10.998,65	78,24

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

² Programa de trabalho: 13 dígitos sequenciais sendo composto de Função (99), Subfunção (999), Programa (9999) e Ação (9999).

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
673,73	673,73	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

A meta física foi atingida, sendo ultrapassado o número de famílias previsto na PO 2011. A seleção de novas famílias se deu basicamente em áreas públicas, através da retomada de lotes vagos em assentamentos existentes.

Tendo em vista a necessidade de atender o público potencial da Reforma Agrária já cadastrado na SR.11, o cadastro de novas famílias foi suspenso na Superintendência, visando diminuir o número pessoas em situação de vulnerabilidade social que se encontravam nos acampamentos.

A ação de retomada de lotes vagos em projetos de assentamento de responsabilidade federal existentes foi um processo de extrema importância e de grande significância na entrada de novas famílias para a Reforma Agrária. Todas as novas famílias assentadas nesse ano se basearam nessa ação.

O processo de seleção foi retomado de forma mais ampla, intensificando a ação no sentido de determinar famílias mais aptas a novos lotes, incluindo o item de definição de aptidão para o lote. Essa ação qualificou de forma muito construtiva todo o processo de seleção de famílias. A seleção de famílias, a partir de 2011, se deu a partir de Editais Públicos de Seleção, com base em recomendação do Ministério Público Federal (Recomendação PRDC/RS nº 01/2011), cujo objetivo foi dar publicidade, transparência, impessoalidade e igualdade nos processos de seleção de assentados do Programa de Reforma Agrária.

Os valores destinados à SR.11 para o desenvolvimento da ação foram inferiores aos valores previstos na PO 2011, os quais já eram considerados insuficientes. Esta redução de valores se deu em virtude do Decreto nº 7.445/2011, que fixou limites orçamentários para as despesas dos Ministérios, tendo em vista o contingenciamento de parte significativa dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA 2011). O contingenciamento, com efeito de corte orçamentário, atingiu o volume de 30,10% do orçamento total das despesas discricionárias do MDA previsto na LOA 2011. Também, foi editada a Portaria MDA nº 10, de 15/03/2011, que estabeleceu os limites e competências para a autorização de despesas com diárias, passagens e locomoção. A Portaria estabeleceu para a SR.11 o montante de R\$ 13.910,00 para despesas de fiscalização e R\$ 386.090,00 para outras despesas (faixa de 1% dos valores disponíveis para o INCRA), valores que contrastaram significativamente com as despesas executadas em 2010, respectivamente, na ordem de R\$ 63.386,28 e R\$ 1.137.165,84, o que representou um corte de 88% e 66% em 2011 em relação ao ano anterior. Esta limitação orçamentária afetou significativamente as ações da SR.11 em 2011, especialmente nos três primeiros semestres do ano, provocando impacto negativo nas atividades de trabalho programadas.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8387	A	4	Área vistoriada /ha	17.000	17.469	332	17.801	104,71	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	%(d=c/b)	R\$(e)	%(f=e/b)	R\$(g)	%(h=g/b)
98.000,00	100.983,34	96.365,57	95,43	86.080,12	85,24	86.080,12	85,24

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
5.232,68	1.472,68	3.760,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

A meta de vistorias e avaliações foi atingida com êxito nas ações de obtenção na SR.11, superando os valores estabelecidos para o exercício na PO 2011.

Para a obtenção de imóveis para a Reforma Agrária, a SR.11 atuou fortemente na viabilização de convênio com o Governo do Estado. O convênio, assinado em dezembro/2011, cujo valor total é de R\$ 126,0 milhões, sendo R\$ 100,8 milhões do INCRA e R\$ 25,2 milhões como contrapartida do Estado, prevê a aquisição de 18.000 hectares, visando o assentamento de todas as famílias acampadas no RS. Porém, o mesmo teve sua execução dificultada pela falta de repasse pelo INCRA dos valores previstos em 2011, no montante de R\$ 10,0 milhões, que possibilitasse a aquisição de imóveis mrais. Alguns imóveis, já com valores acordados nos termos do convênio deixaram de ser adquiridos pela falta de recursos. Além disso, a outra forma de aquisição disponível nos instrumentos legais do INCRA, a desapropriação pela função social, ficou inviabilizada pela situação de seca em quase 80% dos municípios gaúchos. Essa questão afetou não só o atual período como já está prejudicando o próximo exercício. Certamente continuaremos com grandes problemas nessa questão se não for disponibilizada forma mais ágil de aquisição ou mesmo a viabilização do referido convênio com o Governo do Estado.

No exercício 2011 foram propostas formas de obtenção que viabilizassem as ações no RS. Foi iniciada parceria com o Governo do Estado através de TCT (Termo de Cooperação Técnica), visando identificação de novas áreas para aquisição. Foi também lançado edital de compra de terras, que viabilizou a apresentação de mais de 90 áreas de imóveis mrais para avaliação na SR.11, viabilizando uma gama de opções bastante expressiva. O processo se deu de forma muito proveitosa, levando a assinatura do convênio no final do ano de 2011. Muitas áreas foram identificadas e avaliadas nesse período. A ação conjunta possibilitou um atingimento maior de regiões avaliadas e, dentro de um plano de ação proposto, teve execução bastante próxima do previsto.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8374	A	4	Licença protocolada	8	0	0	0	0,00	8

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
118.934,21	346.922,20	341.877,18	98,55	42.489,18	12,25	42.489,18	12,25

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
231.501,75	16.197,75	215.304,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Com o advento da reestruturação da Coordenação de Meio Ambiente da SR.11, intensamente discutida durante o primeiro semestre de 2011 e efetivamente implantada a partir de julho do mesmo exercício, alterou-se profundamente a metodologia de trabalho especialmente no tocante à ação Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária. Esta postura, num primeiro momento, associada ao modelo anterior (sem licenças protocoladas no 1º semestre), implicou no não atingimento da meta “Licença Protocolada”. No entanto, é esperado no médio e longo prazo que as ações da gestão ambiental, entre elas o licenciamento ambiental sejam alavancadas conforme será descrito a seguir.

A partir da constituição da Coordenação de Meio Ambiente e Programas de Desenvolvimento foi desenvolvido um trabalho de identificação das linhas de atuação deste setor, dos gargalos ocorrentes para cada uma das linhas e das estratégias a serem adotadas para a execução das tarefas. No tocante ao licenciamento ambiental diagnosticou-se que basicamente era obtida a Licença de Instalação e Operação (LIO) do projeto de assentamento, não existindo uma política clara de cumprimento das medidas condicionantes e mitigatórias inseridas nas LIOs. Assim foi traçado um plano de trabalho a partir de setembro/2011, visando reunir elementos suficientes para dialogar com o órgão ambiental estadual responsável pela concessão das licenças. O plano demandou razoável carga horária já que incluía em outros aspectos a necessidade de vistorias para elaboração de relatório ambiental, diálogo intenso com as equipes do Programa de ATES do INCRA (planos ambientais dos assentamentos e dos PRAs/PDAs), interação com os outros setores da SR.11, entre outros pontos. Assim, tornou-se exíguo o tempo disponível dentro do exercício para a protocolização de novas licenças.

Com similaridade, a execução orçamentário-financeira restou muito aquém dos valores empenhados, já que se tornou necessário dispendir tempo considerável para elaboração da nova metodologia de trabalho. Esta situação fez com que o dispêndio de valores para execução das atividades propriamente ligadas ao licenciamento ambiental iniciou tardiamente, limitando-se muitas vezes às vistorias necessárias para confecção de relatórios ambientais. Ressalta-se que o valor de R\$ 295.188,00 desta ação foi empenhado para atender convênio com a FAURGS/UFRGS, que visa assessorar o INCRA na produção dos documentos técnicos para a obtenção das licenças, cujo valor foi inscrito em restos a pagar para repasse em 2012.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida/ha	7.000	951,88	0,00	951,88	13,60	6.048,12

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
41.661.000,00	13.193.700,37	3.193.700,37	24,21	3.193.700,37	24,21	3.193.700,37	24,11

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Nesta ação a SR.11 teve extremas dificuldades de atingimento dos objetivos propostos na PO 2011. O percentual de meta realizado de 13,60% demonstra essa dificuldade.

Buscando atingir a meta de obtenção de novas áreas no exercício 2011, a SR.11 propôs um convênio com o Governo do Estado, que viabilizaria a ação de obtenção e nos colocaria em situação de igualdade com o mercado de terras regional. O convênio, assinado em dezembro/2011, cujo valor total é de R\$ 126,0 milhões, sendo R\$ 100,8 milhões do INCRA e R\$ 25,2 milhões como contrapartida do Estado, prevê a aquisição de 18.000 hectares, visando o assentamento de todas as famílias acampadas no RS. As ações buscaram a obtenção de terras para a Reforma Agrária e já haviam cinco áreas aptas a serem adquiridas através do instrumento do convênio, porém, não foram repassados recursos que viabilizassem a ação. O INCRA/Sede, após disponibilizar R\$ 10,0 milhões (dez milhões de reais) nos últimos dias do ano, encaminhou, no dia 30 de dezembro, memorando que cancelava o empenho destes recursos, que atenderiam o convênio para compra de terras. Essa ação não só fez com que o convênio ficasse no limbo, como prejudicou negociações que já estavam bem encaminhadas.

Além disso, buscando outra forma de obtenção (através da adjudicação), tivemos uma área no município de Santa Margarida do Sul que ficou o ano todo inviabilizada por questões judiciais, situação que se mantém até o presente momento. Ainda estamos no aguardo de definição judicial que possibilite à SR.11 tomar posse do imóvel.

No que tange às metas previstas, como evidenciado acima, apesar de se buscar alternativas, nenhuma delas surtiu efeito prático que viabilizasse o atingimento das metas. De positivo mesmo apenas a união de esforços com o Governo do Estado, que produziu bons frutos na qualidade do trabalho e abriu um leque maior de opções de compra de imóveis ao INCRA. Um grande esforço foi desempenhado nessa ação para tentar atingir a meta. Foram colocadas em prática diversas alternativas visando driblar os problemas de legislação ultrapassada para compra de terras e, também, casos fortuitos como seca na maior parte do estado. Porém, por um ou outro motivo, nenhuma dessas soluções resolveu o problema. Há necessidade de se possibilitar uma melhor forma de obtenção de terras pelo INCRA, pois os instrumentos legais disponíveis estão muito ultrapassados, engessando o processo de obtenção em estados como o Rio Grande do Sul.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0135.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	%(d=c/b)	R\$(e)	%(f=e/b)	R\$(g)	%(h=g/b)
600.000,00	171.349,41	167.589,16	97,81	151.163,26	88,22	151.163,26	88,22

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
1.665,24	0,00	1.665,24	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
29.250,88	1.791,17	27.154,71	305,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Os valores disponibilizados nesta ação foram utilizados para atender as despesas operacionais na Divisão de Obtenção de Terras (diárias e suprimentos), além de contribuir na manutenção dos veículos da SR.11, proporcionalmente aos veículos utilizados para os trabalhos de campo realizados pela divisão.

Ressaltamos que os valores efetivamente descentralizados para a SR.11 para o desenvolvimento da ação foram significativamente inferiores aos valores previstos na PO 2011 (28,55% do previsto) e significativamente mais baixos aos valores disponibilizados no ano de 2010. Esta redução de valores se deu em virtude do Decreto nº 7.445/2011, que fixou limites orçamentários para as despesas dos Ministérios, tendo em vista o contingenciamento de parte significativa dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA 2011). O contingenciamento, com efeito de corte orçamentário, atingiu o volume de 30,10% do orçamento total das despesas discricionárias do MDA previsto na LOA 2011. Também, foi editada a Portaria MDA nº 10, de 15/03/2011, que estabeleceu os limites e competências para a autorização de despesas com diárias, passagens e locomoção. A Portaria estabeleceu para a SR.11 o montante de R\$ 13.910,00 para despesas de fiscalização e R\$ 386.090,00 para outras despesas (faixa de 1% dos valores disponíveis para o INCRA), valores que contrastaram significativamente com as despesas executadas em 2010, respectivamente, na ordem de R\$ 63.386,28 e R\$ 1.137.165,84, o que representou um corte de 88% e 66% em 2011 em relação ao ano anterior. Esta limitação orçamentária afetou significativamente as ações da SR.11 em 2011, especialmente nos três primeiros semestres do ano, provocando impacto negativo nas atividades de trabalho programadas.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Nélson José de Araújo

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento.

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8396	A	3	Famílias atendidas	539	0	1.305	1.305	242,12	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
3.323.526,63	4.776.983,71	4.776.983,70	100,00	1.427.156,76	29,88	1.427.156,76	29,88

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
6.057.560,12	399.543,39	5.658.016,73	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
12.817.359,98	162.446,31	7.287.781,97	5.367.131,70

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

As metas previstas na PO 2011 foram cumpridas pela SR.11, a partir da finalização de convênios e contratos iniciados em anos anteriores. Neste sentido, podemos afirmar que esta é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), sendo que várias obras iniciam-se em um ano e somente vão ser finalizadas em outro. Sendo assim, tendo em vista que a regra institucional estabelecida para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas por esta ação se dá por ocasião do recebimento da obra mediante emissão do Termo de Aceitação (provisório) da Obra, muita das famílias beneficiadas pelas obras iniciadas neste exercício somente serão contabilizadas em exercício futuro.

Cabe ressaltar que parte dos recursos orçamentários utilizados neste exercício foi utilizada para atender compromissos que já estavam em andamento (aditivos a três contratos oriundos de Concorrências Públicas realizadas em 2009, visando a implantação de estradas em assentamentos do RS), além de garantir a continuidade do Termo de Cooperação com a CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), que tem propiciado a revitalização de diversos poços tubulares em assentamentos, bem como o diagnóstico e elaboração de novos projetos. Outras importantes ações realizadas com orçamento de 2011 foram a licitação da obra da ponte do Arroio Chasqueiro (demanda do MPF de Arroio Grande/RS) e a compra pelo INCRA de máquinas para complementar a patrulha mecanizada de Santana do Livramento, que opera através de parceria com o Governo do Estado, com a aquisição de uma motoniveladora, um caminhão e um rolo compactador, o que proporcionará maior agilidade e condições para o atendimento da grande demanda de estradas nos assentamentos daquele município.

Ressalta-se, também, o grande volume de obras de infraestrutura em execução no âmbito do INCRA/RS, através de convênios com municípios e contratos em andamento, visando a implantação e recuperação de estradas, além da construção de poços artesianos e redes de abastecimento de água para os projetos de assentamento do RS. Em dezembro de 2011, a SR.11 tinha quatro contratos e vinte convênios em andamento, alguns com obras de grande extensão e tamanho.

Por outro lado, destaca-se que parte dos recursos orçamentários foi disponibilizada próximo ao fim do exercício, inviabilizando os prazos para realização de licitações. Portanto, com vistas a operacionalizar os recursos disponibilizados, foram celebrados convênios no final do ano com prefeituras que demonstraram interesse e capacidade de execução (Prefeituras de Charqueadas/RS, Júlio de Castilhos/RS e Nova Santa Rita/RS), cujo objeto principal é a recuperação de estradas dos assentamentos.

Do ponto de vista do impacto das ações, podemos considerar que foram de grande importância, pois foi garantida a continuidade de obras já contratadas e em andamento, além da abertura de novas frentes, atingindo a um número considerável de famílias. Embora ainda o passivo por infraestrutura seja grande no RS, há avanços consideráveis nos últimos exercícios, principalmente com relação a implantação e recuperação de estradas vicinais nos assentamentos, aumentando o número de famílias com condições de acesso em boas condições. Quanto ao abastecimento de água temos conseguido importantes avanços (através do Termo de Cooperação com a CPRM), principalmente na revitalização de poços tubulares e implantação de sistemas simplificados de abastecimento (poço, adutora, reservatório). Entretanto, devemos buscar recursos e parcerias para implantação de redes de abastecimento nos assentamentos, tal como ocorreu recentemente com a seleção do PAC 2, pela FUNASA, oportunidade em que foi viabilizada através das prefeituras e do Governo do Estado a inclusão de 18 projetos de redes.

Em que pese a SR.11 tenha reduzido sua capacidade operacional no que tange ao corpo técnico para acompanhamento da ação de implantação/recuperação de infraestrutura, temos sofrido uma redução significativa na dotação orçamentária disponibilizada. Considerando que fossem disponibilizados recursos orçamentários em época oportuna para realização de uma concorrência pública, poderíamos concentrar serviços em uma determinada região, atingindo a um número maior de famílias, reduzindo ainda mais os passivos de infraestrutura nos assentamentos. Portanto, podemos considerar que uma licitação feita pela SR é mais vantajosa do que uma série de pequenos convênios, uma vez que as prefeituras demonstram capacidade operacional muitas vezes deficitária, além de poderem ficar inadimplentes no CAUC por longos períodos, inviabilizando o repasse de recursos financeiros. Entretanto, muitas vezes não conseguimos operar da melhor forma devido ao tempo em que o orçamento é disponibilizado.

Por sua vez, o contingenciamento do orçamento nos obrigou, no exercício de 2011, a reduzir a parcela prevista no Termo de Cooperação com a CPRM, ocorrendo por consequência, a redução das metas previstas para o ano. Portanto, foi necessário aditar o prazo de execução do Termo para reprogramar todas as ações.

Temos enfrentando maiores problemas ainda quanto ao contingenciamento de recursos financeiros, pois no exercício de 2011 atrasamos o pagamento de medições de diversos contratos de obras e aquisição de equipamentos, além de repasses de parcelas de convênios, que tiveram que ser aditados “de ofício” devido aos atrasos na liberação, atrasando ainda mais a execução e a conclusão das obras.

As ações executadas no âmbito da infraestrutura atenderam ao pressupostos da LDO, entretanto de maneira mais modesta devido ao contingenciamento de recursos orçamentários ocorrido no exercício. Portanto, possuímos ainda um grande passivo de obras de infraestrutura, principalmente em obras de abastecimento de água e abertura de estradas em assentamentos novos.

Por fim, cumpre destacar que há um quadro excessivamente reduzido de Engenheiros Civis da SR.11 para atender o total de obras implantadas e em fase de implantação nos assentamentos. São somente dois profissionais (em 2011 um Engenheiro pediu demissão, pois passou em outro concurso público), que são freqüentemente demandados pelo INCRA/Sede e outras Superintendências Regionais para atuar em outros estados. Tal situação acaba por provocar grande dificuldade no acompanhamento da execução das obras, bem como na própria elaboração dos estudos necessários para a construção dos processos licitatórios, o que inclui a elaboração dos projetos básicos.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8398	A	4	Família atendida	72	191	0	191	265,28	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
39.058,95	38.059,00	22.215,53	58,37	22.215,53	58,37	22.215,53	58,37

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
29.866,80	0,00	29.866,80	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
296.615,45	0,00	61.949,06	234.666,39

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

O cumprimento da meta se deu através de demarcação direta, ou seja, realizada pelos servidores da SR.11. Em 2011, não foi realizado nenhuma licitação para a contratação de serviços de demarcação topográfica em assentamentos, especialmente devido a reduzida previsão orçamentária na PO 2011 para esta ação.

A melhoria na área tecnológica (com a aquisição de novos equipamentos pela SR.11) e o aperfeiçoamento das ações de campo, que se concentraram no entorno da Sede, permitiu redução de custos com superação da meta. Não pode ser considerada como padrão, uma vez que os assentamentos distantes também deverão ser demarcados em conformidade com a Lei 10.267/2001, o que levará ao aumento de custos unitários para os próximos anos.

De qualquer forma, a conjunção de proximidade da Sede, aumento do quadro de servidores de topografia, melhoria tecnológica e condições geográficas privilegiadas permitiram maior rendimento das equipes.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.691.0137.4320	A	4	Famílias atendidas	0	0	0	0	0,00	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	%(d=c/b)	R\$(e)	%(f=e/b)	R\$(g)	%(h=g/b)
0,00	268.693,78	268.693,73	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
3.902.014,29	183.017,28	2.786.709,85	932.287,16

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Não havia meta prevista na PO 2011 para o Programa Terra Sol na SR.11, em virtude da reduzida disponibilidade orçamentária para a ação em nível nacional. Todos os recursos da ação ficaram centralizados no INCRA/Sede, sendo descentralizado para as Superintendências Regionais com demandas ainda não atendidas em anos anteriores. O quadro de redução orçamentária se agravou ainda mais devido ao contingenciamento de recursos realizado pelo Governo Federal, que impactou profundamente o Programa Terra Sol do INCRA.

O valor descentralizado e empenhado para a SR.11 em 2011 foi utilizado para atender três convênios em andamento, cujo recurso foi inscrito em restos a pagar para ser liquidado e pago em 2012.

Na SR.11 são 13 convênios em execução, visando a implantação de agroindústrias, incluindo a obra física e a aquisição de equipamentos. No ano de 2011 não foi dado como concluído nenhum empreendimento conveniado, o que se concretiza a partir da emissão do Termo de Recebimento da obra pelo INCRA.

O Programa Terra Sol foi criado em 2003 e o seu principal objetivo reside em proporcionar agregação de renda à produção, através de várias ações de estruturação de unidades agroindustriais, capacitação de agricultores, estudos mercadológicos, entre outras. Hoje no RS, através da ação do INCRA nestes últimos anos, temos perto de 90 iniciativas do Terra Sol executadas ou em andamento, nas áreas de produção de leite, abatedouros e processamento de carne, moinhos coloniais, cultura do arroz irrigado, armazenamento e processamento de grãos, produção de mel, padarias comunitárias e beneficiamento de frutas e hortaliças. Além disso, merece destaque também a aquisição e distribuição de equipamentos para a produção de leite (resfriadores e tanques para transporte) e o apoio a feiras de produtos da reforma agrária. Importante destacar a participação ativa das entidades organizativas dos assentados na área da produção agropecuária, principalmente cooperativas de produção, que tem importância crucial para a viabilização dos empreendimentos implantados.

No caso do Programa Terra Sol no RS, a quase totalidade da aplicação dos recursos é operacionalizada na forma de convênios com municípios. Este instrumento, se por um lado potencializa a ação do INCRA com o envolvimento técnico e operacional das prefeituras municipais, por outro lado tem ocasionado atrasos significativos na finalização das obras, devido a problemas estruturais e administrativos das prefeituras. Para minimizar este problema, o INCRA tem procurado realizar um acompanhamento mais intensivo e prestar um apoio mais efetivo às prefeituras, visando finalizar os empreendimentos conveniados.

Outra iniciativa que tem potencializado a ação do Terra Sol no RS, é a atuação do Programa

Somar (Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica para o Desenvolvimento da Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal e Vegetal em Assentamentos de Reforma Agrária do RS), fruto de Termo de Cooperação entre o INCRA e a Universidade Federal de Santa Maria, formalizado em 2008 e com vigência encerrada em 2011, que tem por objeto prestar assessoramento técnico especializado para os atores envolvidos nos processos de agroindustrialização desenvolvidos pelo Programa Terra Sol nos assentamentos do RS.

Assim como na ação Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento, o Programa Terra Sol também é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), sendo que várias obras iniciam-se em um ano e somente vão ser finalizadas em outro. Também, como entraves adicionais, destacamos a dificuldade de obtenção da licença ambiental pela FEPAM para os empreendimentos, além da dificuldade financeira do Governo Federal no ano de 2011, trazendo atrasos no pagamento das parcelas de convênios com municípios, o que ocasionou um maior atraso na execução dos convênios.

Apesar da ação significativa do INCRA no Programa Terra Sol nos últimos anos, há um grande passivo nos assentamentos para a viabilização de agroindústrias e outras iniciativas que agreguem renda à produção agropecuária. Neste sentido, este programa é de vital importância para a viabilização dos assentamentos e a melhoria das condições de vida das famílias assentadas. As deficiências operacionais do INCRA, especialmente de recursos humanos, contribuem para o não atendimento das demandas nesta área. Neste sentido, assim como no caso da Infraestrutura, cabe registrar a grande necessidade de incremento do quadro funcional técnico (Engenheiros Civis e outros técnicos com formação multidisciplinar) para a elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização das obras das agroindústrias nos assentamentos, além do acompanhamento qualificado dos empreendimentos na sua fase de operação.

Em 2011 surgiu uma grande oportunidade de incremento desta ação no RS, através da participação mais ativa do Governo do Estado na Reforma Agrária, em especial em programas de agregação de renda para as famílias assentadas. Neste sentido, há boas possibilidades para 2012.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redesignação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.4358	A	4	Documento expedido	243	678	0	678	279,01	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
33.972,31	38.178,95	35.326,76	92,53	34.775,66	91,09	34.775,66	91,09

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
27.168,50	0,00	27.168,50	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

A meta de titulação foi superada (240%) por que conceitualmente o INCRA considera como títulos a emissão de Contratos de Concessão de Uso (CCUs), documento que formaliza o contrato entre os beneficiários da Reforma Agrária com o INCRA. Títulos de Domínio (ou títulos de propriedade, em sentido estrito) não são emitidos pela SR.11 desde 2007. Ocorreram apenas algumas poucas entregas de títulos para situações excepcionais: áreas quilombolas da Família Silva e Chácara das Rosas e novas vias de títulos antigos com problemas de valores ou erros de grafia do nome dos beneficiários.

Houve em 2011 atividades relacionadas, como emissões de certidão de quitação de títulos de lotes de assentamentos (cerca de vinte) e de ofícios de liberação das cláusulas resolutivas (cerca de seis para assentamentos, mais doze para áreas antigas de regularização de posses).

O plano para emancipação dos assentamentos vintenários (que eram 14 até 2010 e em 2012 são 20) conseguiu realizar vistorias de regularidade ocupacional em três assentamentos pilotos (Ramada, Santa Tecla e Santa Rita) e trabalhos de regularização da situação documental destes e mais três assentamentos vintenários (Cerro dos Munhoz, Piratini e São Francisco), com grandes dificuldades de definições de pendências judiciais ainda existentes em alguns casos ou falta de recursos para georreferenciamento e mesmo de rotinas administrativas definidas para doação da infraestrutura.

Também faz parte desta ação a retomada de lotes, através de uma ação complexa do INCRA, que vai desde o acompanhamento sistemático dos assentamentos, a identificação de irregularidades, a investigação e o aprofundamento da situação, a criação de comissões de inquérito ou sindicância, a decisão administrativa, o ingresso de ação judicial e a conseqüente decisão quanto à reintegração de posse dos lotes. Esta tem sido uma ação prioritária da SR.11, visando o cumprimento da missão institucional e moralização do Programa de Reforma Agrária no Estado. Trata-se de uma ação desgastante e morosa, tendo em vista todos os trâmites administrativos e legais necessários para a conclusão de cada processo.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Viamão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.10YN	P	4	PA consolidado	1	0	0	0	0,00	1

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	%(d=c/b)	R\$(e)	%(f=e/b)	R\$(g)	%(h=g/b)
4.500,00	14.281,25	13.748,08	96,27	11.670,56	81,72	11.670,56	81,72

Fonte: PO 2011 e SLAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
1.612.118,02	0,00	0,00	1.612.118,02

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

O Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) é originário do Contrato de Empréstimos 1248/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano – BID, em 07 de dezembro de 2000, tendo sido aprovado pela Resolução nº 61, de 18 de setembro de 2001 do Senado Federal, cuja linha de financiamento para a execução do Programa se constitui, principalmente, na execução de obras de infra-estrutura e serviços de assistência técnica social e ambiental, tendo como objetivo desenvolver e testar uma metodologia de consolidação capaz de permitir aos assentados alcançar certa independência em relação ao apoio logístico do INCRA. No ano de 2008, o programa passou a ser financiado exclusivamente com recursos do orçamento do INCRA.

O Programa foi concebido como estratégia para acelerar o processo de consolidação dos projetos de assentamento de reforma agrária no país. Parte da elaboração de um Plano de Consolidação do Assentamento – PCA, implementado através de investimentos complementares em infraestrutura sócio-econômica e do co-financiamento de ações de assistência técnica e capacitação, de tal forma a acelerar a construção de sustentabilidade econômica e ambiental, bem como da estabilidade social vivenciada pelas famílias assentadas no PA incorporado ao PAC. Essa estratégia tende a reduzir, ao longo do tempo, exigências e envolvimento do INCRA para com famílias estabelecidas em assentamentos selecionados a partir de determinados critérios. Espera-se desta forma que, em nível nacional, amplie-se a autonomia dos agricultores assentados, que passariam a contar com um maior apoio das municipalidades e das repartições locais do INCRA. Foram formalizados convênios tripartites entre INCRA, prefeituras e organizações organizativas/comunitárias dos assentados, visando executar os investimentos e apoios previstos no PCA, voltados a transformar a realidade de dependência observada na situação original.

No RS, o programa hoje abrange 10 projetos de assentamento, contemplando 766 famílias assentadas, por meio de convênios com seis Associações Comunitárias criadas nos assentamentos participantes. Além disso, está sendo desenvolvido no RS um Plano de Desenvolvimento Territorial, que articula demandas e esforços correspondentes a assentamentos de uma determinada região geográfica. Trata-se de um PCA Regional (região de Bagé, incluindo os municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra) que engloba 54 assentamentos e 1.748 famílias assentadas, por meio de convênio com uma entidade regional representativa dos assentamentos da região.

Em 2011 foram realizadas atividades de acompanhamento dos convênios existentes, que ocuparam os recursos orçamentários disponibilizados para a Superintendência. Dos sete convênios existentes na SR.11 (seis com as Associações e um referente ao PAC Regional), três foram finalizados em 31/12/2011 e os outras quatro tiveram sua vigência prorrogada até 2012.

Dentre os problemas encontrados nos convênios do PAC, o que vem sendo apontado pela CGU em seus relatórios de avaliação sobre o programa, temos o atraso na execução das metas previstas, o que pretendemos minimizar com a realização de metas diretamente pelo INCRA e um acompanhamento administrativo às Associações, visando sanar pendências e entraves para agilizar os procedimentos. Dentre as dificuldades operacionais do INCRA/RS, ressaltamos a carência de número de servidores do INCRA/RS para o atendimento qualificado do programa, a burocracia processual referente à formalização e atendimento dos convênios e aditivos e as dificuldades nas análises das prestações de contas dos convênios, o que tem gerado sucessivos atrasos nos repasses dos orçamentos previstos, gerando problemas de execução e acompanhamento. O INCRA/RS tem buscado minimizar estes problemas a partir de uma ação partilhada entre a Divisão de Desenvolvimento e a Divisão Administrativa (Setor de Convênios), com avanços significativos.

O ano de 2001 será o último ano que o PAC terá uma ação orçamentária específica no INCRA, pois o Programa não foi incluído no PPA 2012-2015. A partir do exercício 2012, as ações remanescentes nos assentamentos abrangidos pelo PAC, especialmente vinculadas à infraestrutura, serão atendidas com os recursos de ações afins, tais como Infraestrutura e Terra Sol.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.2B06	A	4	Famílias atendidas	0	0	0	0	-	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
200.000,00	0,00	200.000,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
195.685,35	0,00	0,00	195.685,35

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Embora não haja meta nesta ação em 2011, cabem algumas considerações.

Conforme já mencionado, a reestruturação da Coordenação de Meio Ambiente detectou alguns gargalos estruturantes. Dentre estas fragilidades, não foi identificada nenhuma ação consistente de gestão do manejo de recursos naturais, exceção feita à algumas ações pontuais conveniadas. Diagnosticada a lacuna, inclusive com ausência de meta física para 2011, partiu-se para a definição das linhas de trabalho. Durante o segundo semestre de 2011, com a necessidade de elaboração de resposta ao órgão ambiental competente sobre algumas áreas impactadas, foi iniciado um Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs). A lógica do programa contempla a partir da elaboração dos primeiros PRADs por servidores da autarquia, a contratação de um conjunto de ações recuperadoras dos recursos naturais, a cargo da ATES, tendo como parâmetro espacial aquelas situações de maior relevância ambiental dentro de cada região do RS, num primeiro momento.

O dimensionamento da ação previu a contratação dos PRADs no exercício 2011, com consequente solicitação orçamentária para execução financeira no exercício 2012.

De igual sorte, o programa de assistência técnica (ATES) contratado para os projetos de assentamentos contempla a sensibilização das famílias atendidas no sentido de proteção e conservação das áreas protegidas e/ou degradadas.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.0427	OP	4	Famílias atendidas	920	143	160	303	32,97	617

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
9.663.463,41	8.307.200,00	8.304.200,00	99,96	996.000,00	11,99	919.200,00	11,07

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
121.600,00	12.800,00	108.800,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
19.644.800,00	1.959.800,00	3.471.600,00	14.213.400,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Nesta ação considera-se como meta realizada a disponibilização do crédito às famílias assentadas, ou seja, a emissão da Ordem Bancária com a consequente disponibilização dos recursos em conta corrente dos representantes do assentamento para posterior utilização pelas famílias assentadas. Neste sentido, em 2011, nas diferentes modalidades do crédito instalação, foram atendidas 143 famílias com recursos do exercício 2011 e 160 famílias com recursos de exercícios anteriores (que estavam inscritos em restos a pagar), totalizando 303 famílias atendidas. Destaca-se, adicionalmente, que também foram disponibilizados recursos na forma de complemento a créditos anteriormente concedidos, especialmente nas modalidades Aquisição Materiais de Construção e Recuperação Materiais de Construção, tendo em vista o aumento nominal do valor do crédito da modalidade estabelecido pelas normativas do INCRA. Com o complemento, foram atendidas outras 488 famílias, sendo 72 com recursos empenhados no exercício 2011 e outras 416 com recursos provenientes de exercícios anteriores. Outra forma de contabilização refere-se a efetiva conclusão das casas, com recebimento do INCRA: no exercício 2011 foram consideradas construídas ou reformadas 89 casas.

Na normativa interna atual estão previstas as seguintes modalidades de crédito: (1) *modalidade Apoio Inicial*, que se destina à segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas, ao suprimento de suas necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo; (2) *modalidade Apoio Mulher*, que busca promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir na superação da desigualdade de gênero no meio rural; (3) *modalidade Aquisição de Materiais de Construção*, que se destina à aquisição de materiais necessários à construção das habitações rurais nos assentamentos, bem como ao pagamento de mão-de-obra e serviço técnico específico para a qualificação das habitações; (4) *modalidade Fomento*, que se destina a garantir a segurança alimentar das famílias e a geração de excedente produtivo, visando dar suporte à geração de renda; (5) *modalidade Adicional Fomento*, que se destina a consolidar a segurança alimentar das famílias e fortalecer o processo de geração de excedente produtivo; (6) *modalidade Recuperação Materiais de Construção*, que se destina à aquisição de materiais para melhoria habitacional, apontadas por meio de Laudo Técnico individual e planilha orçamentária, que indicarão a necessidade e os valores a serem investidos na reforma e/ou ampliação da moradia.

A destinação dos recursos pelo INCRA se dá através de depósito em conta específica no Banco do Brasil, aberta em nome de representantes indicados pelas famílias assentadas nos assentamentos. Os valores permanecem bloqueados e aplicados até autorização do INCRA. Após recebimento/conferência e análise das notas fiscais referentes aos materiais e/ou recibos de prestação de serviços pelo INCRA, é emitida autorização oficial ao Banco do Brasil para pagamento dos fornecedores ou prestadores de serviço. O pagamento se dá diretamente aos fornecedores ou prestadores de serviço, através de crédito em conta corrente ou transferência via DOC/TED (obrigatório no caso de pessoa jurídica), admitindo-se saque em dinheiro apenas no caso de pessoa física que não disponha de conta bancária.

No exercício 2011, assim como nos dois exercícios anteriores, os recursos orçamentários empenhados (cerca de R\$ 8,3 milhões) atenderam principalmente os assentamentos novos criados no final de 2008 e 2009 na região de São Gabriel, além de famílias regularizadas em lotes vagos. Também foram atendidos assentamentos que estão em processo de construção ou reforma de habitações, onde foi complementado o valor concedido para as modalidades Aquisição Materiais de Construção e Recuperação Materiais de Construção, tendo em vista a ampliação do valor unitário destas modalidades de crédito.

As principais dificuldades para aplicação efetiva destes recursos (depósito dos valores nas contas bancárias dos assentamentos) no ano de 2011 foram as questões relacionadas à operacionalização do crédito (abertura de contas bancárias, elaboração de projetos, entre outros) e a

reduzida disponibilidade de recursos financeiros do Governo Federal, trazendo como consequência o reduzido valor liquidado/pago (cerca de 12%), ficando grande parte dos recursos empenhados inscrita em restos a pagar, com previsão de operacionalização a partir de 2012.

Sob o ponto de vista dos recursos humanos para a execução e o acompanhamento da ação, há grande insuficiência de servidores para dar conta de todas as ações do INCRA no atendimento às famílias assentadas e no atendimento qualificado da aplicação do crédito instalação. Ressalta-se que há um grande passivo de créditos liberados em anos anteriores (depositados nas contas bancárias) a serem efetivamente aplicados ou em execução, em especial nas modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação Materiais de Construção, o que demanda grande envolvimento do INCRA. Tendo em vista a situação de carência de recursos humanos, o INCRA conta com o envolvimento dos técnicos da Assistência Técnica (ATES) ou outras parcerias para o acompanhamento da execução do crédito instalação, o que não atende plenamente todas as demandas institucionais, tendo em vista que determinadas ações do processo de concessão do crédito devem obrigatoriamente ser realizadas por servidores do INCRA.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0137.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	%(d=c/b)	R\$(e)	%(f=e/b)	R\$(g)	%(h=g/b)
113.634,00	788.671,16	746.704,73	94,68	665.709,42	84,41	665.709,42	84,41

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
2.722,43	519,60	2.202,83	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
357.588,49	29.543,62	304.962,81	23.082,06

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

No Rio Grande do Sul temos cerca de 330 projetos de assentamento, com capacidade de assentamento para cerca de 13.000 famílias assentadas, mais de 50% de responsabilidade direta do INCRA (assentamentos federais ou criados de forma compartilhada entre INCRA e Estado do RS). Os restantes são assentamentos estaduais (grande maioria dos assentamentos restantes), municipais ou particulares, todos reconhecidos pelo INCRA. Esta ação (Gestão e Administração do Programa – GAP) visa atender todas as despesas inerentes a implantação e acompanhamento destes assentamentos, compreendendo as atividades de transferência das famílias selecionadas desde os acampamentos até o imóvel obtido, evoluindo no sentido da distribuição dos lotes e demarcação das parcelas, com orientações iniciais relativas às alternativas para sua exploração, compreendendo aí a operacionalização e a destinação do crédito instalação, a articulação com parcerias institucionais (prefeituras, órgãos públicos diversos, empresas de assistência técnica, entre outros), e concluindo com a implantação e a manutenção de serviços e infraestrutura básica. A atividade também incorpora todas as ações inerentes ao acompanhamento sistemático aos projetos de assentamento e da situação da ocupação dos lotes. Cabe ressaltar que várias atividades de implantação e desenvolvimento, especialmente a concessão do crédito instalação e a implantação/recuperação da infraestrutura básica, também são realizadas pela autarquia em assentamentos estaduais e municipais reconhecidos pelo INCRA. Além disso, esta ação abarca parte das despesas de manutenção das viaturas da SR.11, proporcionalmente às viaturas utilizadas pela divisão para os trabalhos de campo.

Embora a PO 2011 tivesse a previsão de R\$ 113.634,00 para a ação (valor insignificante perto da demanda existente), foi descentralizado o valor de R\$ 788.671,16, sendo empenhado cerca de 95% deste valor. Ressaltamos que em 2010 foi disponibilizado o valor R\$ 1.534.974,67 para esta ação, com empenho da quase totalidade dos recursos. Isto demonstra a baixa disponibilidade orçamentária para a realização das atividades de acompanhamento dos assentamentos da SR.11 em 2011.

Esta redução de valores se deu em virtude do Decreto nº 7.445/2011, que fixou limites orçamentários para as despesas dos Ministérios, tendo em vista o contingenciamento de parte significativa dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA 2011). O contingenciamento, com efeito de corte orçamentário, atingiu o volume de 30,10% do orçamento total das despesas discricionárias do MDA previsto na LOA 2011. Também, foi editada a Portaria MDA nº 10, de 15/03/2011, que estabeleceu os limites e competências para a autorização de despesas com diárias, passagens e locomoção. A Portaria estabeleceu para a SR.11 o montante de R\$ 13.910,00 para

despesas de fiscalização e R\$ 386.090,00 para outras despesas (faixa de 1% dos valores disponíveis para o INCRA), valores que contrastaram significativamente com as despesas executadas em 2010, respectivamente, na ordem de R\$ 63.386,28 e R\$ 1.137.165,84, o que representou um corte de 88% e 66% em 2011 em relação ao ano anterior. Esta limitação orçamentária afetou significativamente as ações da SR.11 em 2011, especialmente nos três primeiros semestres do ano, provocando impacto negativo nas atividades de trabalho programadas.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Francisco Emílio Machado de Lemos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública; Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização); b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrares; c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país; d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho; e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE; f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2105	A	4	Imóvel gerenciado	34.712	42.060	0	42.060	121,17	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
312.410,00	83.824,67	60.073,27	71,67	18.363,53	21,91	18.363,53	21,91

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
7.939,72	278,21	3.846,00	3.815,51

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

O atingimento da meta física com redução dos valores aplicados se deve ao aumento do número de colaboradores conveniados, Unidades Municipais de Cadastro (UMC), que é uma ação estratégica desenvolvidas pela SR.11 nos últimos anos. Este procedimento tem buscado não só o aumento da quantidade de municípios atendidos, bem como na qualidade do serviço prestado, possibilitando que maior número de pontos de atendimento com capacidade de inserção de dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural.

A superação da meta física se origina na qualificação dos trabalhos nas unidade municipais cooperadas e no aumento procura pelo Certificado de Cadastro atualizado para operações bancárias e trasacionais.

Esta força de trabalho agregada, que atuou em virtude do exíguo grupo de servidores no cadastro, surtiu efeito, possibilitando o incremento no número de imóveis gerenciados e a redução no tempo de espera por parte dos proprietários. Atualmente, as declarações entregues aos proprietários na Sala da Cidadania tem tempo de espera de dois dias úteis e as procedentes das UMC's são atendidas em no máximo 15 dias, muito diferente dos 60 dias para os documentos entregues no INCRA e mais de 8 meses nos encaminhados pelas UMC's.

O saldo orçamentário observado se deve ao fato de que a provisão tem referência com a meta física, sendo que cada imóvel gerenciado tem um custo estabelecido de R\$ 9,00, valor este que para nossa realidade é muito superior ao efetivamente investido. O valor apresentado na PO faz consideração a custos muito mais elevados observados principalmente na Amazônia.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.4426	A	4	Área Georreferenciada/ha	0	213,05	2.252,79	2.465,84	-	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
0,00	853.800,00	852.942,35	99,90	8.142,35	0,95	8.142,35	0,95

Fonte: PO 2011 e SIAFI

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
4.929,25	375,25	4.554,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

A inexistência de meta física se deve principalmente ao grande volume de trabalho que se encontrava pendente em anos anteriores. A concentração na conclusão dos trabalhos de levantamento de campo, bem como processamento de material já levantado propiciou a diminuição do volume de atividade inconclusa que surgiu por diversos fatores emergenciais ou prioritários.

A alteração na normativa de georreferenciamento prejudicou a execução das contratadas, sendo necessário a dilação do prazo para conclusão. Em virtude destes entraves a execução avançou para o atual período, devendo ter conclusão total em 2012.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel regularizado	98	0	0	0	0,00	98

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
40.000,00	33.897,21	10.965,94	32,35	10.965,94	32,35	10.965,94	32,35

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

A meta de títulos emitidos não pode ser atingida em virtude de pendência de marco legal. A execução desta ação se consistiu na preparação para a efetivação do reconhecimento das ocupações. Em decorrência da falta de regulamentação para os marcos legais existentes, a conclusão dos processos de titulação dos ocupantes não pode ser levado a termo, com a finalização dos processos e emissão dos títulos. O procedimento legal está a cargo da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA/Sede.

2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/ Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.8380	A	3	Área/ha	0	0	0	0	-	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Esta ação não se aplica à UJ.

2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.8378	A	4	Área Diagnosticada/ha	130.000	0,87	0	0,87	0,00	130.000

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
455.000,00	452.280,00	452.280,00	100,00	291.900,00	64,54	291.900,00	64,54

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Em 2011 o INCRA firmou convênio com a Coopsat, buscando fazer um diagnóstico minucioso da situação jurídica dos imóveis rurais. Tal levantamento se dará através de visita a todos os imóveis rurais com tamanho igual ou inferior a 4 Módulos Fiscais, visando conhecer a situação destas áreas, uma vez que tem chegado ao INCRA vários pedidos de ajuda encaminhados por prefeituras, sindicatos e administrados, levantando a existência de grande quantidade de posseiros em terras públicas e privadas que estariam sem acesso a políticas sociais em virtude de falta de documentação comprobatória de seus direitos sobre a área ocupada.

O convênio visa proceder tal levantamento em 4 municípios do RS para podermos posteriormente, conhecendo dados até hoje inexistentes, elaborar políticas para a inserção destes detentores de terras nas políticas existentes de melhoria da condição humana, bem como evitar que retornem novamente a tal situação. A ação está se desenvolvendo dentro do programa apresentado.

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0138.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
9.206,00	87.623,55	82.311,81	93,94	70.181,49	80,09	70.181,49	80,09

Fonte: PO 2011 e SLAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
48.831,07	0,00	48.831,07	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
33.317,04	7.927,04	25.390,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Os recursos destinados nesta ação foram utilizados para cobrir despesas dos servidores para treinamentos, deslocamentos para acompanhamento de UMC's, palestras, entre outras atividades, que permitiram o aprimoramento das ações de cadastro. Além disso, os recursos serviram para a manutenção dos veículos que atendem as ações vinculadas ao ordenamento fundiário.

Embora a PO 2011 tivesse a previsão de R\$ 9.206,00 para a ação (valor insignificante perto da demanda existente), foi descentralizado o valor de R\$ 87.623,55, sendo empenhado cerca de 95% deste valor. Ressaltamos que em 2010 foi disponibilizado o valor R\$ 200.212,37 para esta ação, com empenho da quase totalidade dos recursos. Isto demonstra a baixa disponibilidade orçamentária para a realização das atividades da SR.11 em 2011.

Esta redução de valores se deu em virtude do Decreto nº 7.445/2011, que fixou limites orçamentários para as despesas dos Ministérios, tendo em vista o contingenciamento de parte significativa dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA 2011). O contingenciamento, com efeito de corte orçamentário, atingiu o volume de 30,10% do orçamento total das despesas discricionárias do MDA previsto na LOA 2011. Também, foi editada a Portaria MDA nº 10, de 15/03/2011, que estabeleceu os limites e competências para a autorização de despesas com diárias, passagens e locomoção. A Portaria estabeleceu para a SR.11 o montante de R\$ 13.910,00 para despesas de fiscalização e R\$ 386.090,00 para outras despesas (faixa de 1% dos valores disponíveis para o INCRA), valores que contrastaram significativamente com as despesas executadas em 2010, respectivamente, na ordem de R\$ 63.386,28 e R\$ 1.137.165,84, o que representou um corte de 88% e 66% em 2011 em relação ao ano anterior. Esta limitação orçamentária afetou significativamente as ações da SR.11 em 2011, especialmente nos três primeiros semestres do ano, provocando impacto negativo nas atividades de trabalho programadas.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Carlos Azevedo Orth

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.128.0139.4572	A	4	Servidor capacitado	43	134	0	134	311,63	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	%(d=c/b)	R\$(e)	%(f=e/b)	R\$(g)	%(h=g/b)
18.533,00	48.182,09	45.837,23	95,13	42.780,51	88,79	42.780,51	88,79

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
33.356,00	0,00	29.423,50	4.132,50

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Em relação às metas de capacitação estabelecidas no ano de 2011, os resultados foram positivos, sem problemas de execução em nenhuma delas. Porém, se comparado a resultados obtidos em anos anteriores, ficaram aquém, tendo em vista o corte de recursos para capacitações com deslocamento, bem como o atendimento de demandas unicamente pontuais, ou seja, sem planejamento a médio e longo prazo pela Superintendência.

A SR.11/RS proporcionou aos servidores vários cursos, encontros e outros eventos nacionais, tais como: a) participação em cursos, como curso de Gestão e fiscalização de contratos, curso Especificação de materiais para construções sustentáveis, curso de Tecnologia da informação e infraestrutura de rede, curso sobre o sistema Quantum GIS, curso de Processo administrativo disciplinar (PAD), curso de SIAFI gerencial, curso de Excel básico e intermediário, curso Depreciação e outros aspectos da contabilidade, curso Compras pelo SIASGnet, curso Planejamento em comunicação e gestão; b) participação em eventos nacionais, como Oficina Nacional de ATES, Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários, Encontro Nacional de Gestão de Pessoas, Encontro Nacional de Comunicadores do INCRA; c) encontros de formação no âmbito da Superintendência Regional, como o Desenvolvimento de gestores (3 módulos), Encontro estadual dos servidores do INCRA com ênfase em desenvolvimento de pessoas.

A ampliação dos conhecimentos e a eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelos servidores, requerem entre outras coisas a evolução dos processos de capacitação no que tange, principalmente, a qualidade das capacitações ofertadas, o que denota maiores expectativas para as ações de capacitação para 2012.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Roberto Ramos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassínatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1120.2109	A	4	Famílias atendidas	0	3.103	0	3.103	-	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
0,00	70.957,84	70.957,84	100,00	69.452,94	97,88	69.452,94	97,88

Fonte: PO 2011 e SLAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
3.295,59	518,65	2.776,94	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

A Reforma Agrária no RS, como amplamente divulgado nos Meios de Comunicação Social, apresenta um quadro permanente de agricultores sem-terra acampados nas imediações das rodovias. O MDA, através do INCRA, procura minimizar a situação de vulnerabilidade social dessas famílias, através do fornecimento de lonas, adquiridas pela SR.11 através da modalidade Registro de Preço, e transporte de cestas básicas, adquiridas pela CONAB com recursos do MDS. Os recursos descentralizados pela Ouvidoria Agrária Nacional foram utilizados na aquisição de lonas e transporte das cestas básicas para agricultores acampados, contemplando a totalidade das famílias acampadas no estado.

No ano de 2011 foram atendidas 1.695 famílias com a distribuição de 14.288 cestas básicas. Além disso, 1.408 famílias acampadas foram atendidas através de outras formas de atuação, como a distribuição de lonas.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: José Rui Cancian Tagliapietra

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.1336.1642	P	4	Área reconheci-da/ha	608,00	0	6.120,90	6.120,00	1.006,58	0,00

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
202.805,00	207.880,94	196.993,14	94,76	196.993,14	94,76	196.993,14	94,76

Fonte: PO 2011 e SLAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
8.268,00	0,00	8.268,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
205.476,70	102,17	96.007,41	109.367,12

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

O reconhecimento das terras das comunidades remanescentes de quilombo é a fase final de um conjunto de ações que constituem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que é elaborado por etapas, abordando informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. É composto por seis peças: a) relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do território quilombola identificado; b) levantamento fundiário; c) planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; d) cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos; e) levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, ou situadas em terrenos de marinha, em terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou SPU e em terras dos estados e municípios; f) parecer conclusivo da área técnica sobre a legitimidade da proposta de território e a adequação dos estudos e documentos apresentados pelo interessado por ocasião do pedido de abertura do processo.

Cumprir destacar a gigantesca dificuldade que a SR vem encontrando para implementar esta política pelos enormes impactos sociais, econômicos e políticos que a mesma acarreta. Todas as ações de titulação envolvem desapropriações e é notória, no estado do RS, a reação articulada dos proprietários às ações do INCRA. Em quase todas as ações de campo os técnicos da autarquia são acompanhados pela Polícia Federal como garantia de segurança física, muitas vezes após decisão do Poder Judiciário autorizando o INCRA a ingressar nas propriedades.

A destacar também a reduzida estrutura para fazer frente à demanda, quer de recursos materiais e humanos. Existem na SR 11 76 procedimentos administrativos abertos, todas com intensa cobrança das comunidades, movimento social e do MPF, inclusive com ações judiciais na obrigação do INCRA agir, contrapondo-se com sua inexistente estrutura.

Apesar das dificuldades, entendemos que o INCRA deu resposta significativa, ao publicar no ano de 2011, conforme tabela acima, 03 RTIDs, abrangendo uma área de 6.120 ha, contemplando 572 famílias, ficando significativamente acima da meta prevista.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada/ha	17.899	119,25	1.131,40	1.250,65	6,99	16.648,35

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
2.684.811,00	1.183.577,76	1.183.576,62	100,00	1.183.576,62	100,00	1.183.576,62	100,00

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011

RAP Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
1.315.188,86	0,00	1.315.188,86	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Em 2011 a SR.11 ingressou com todas as desapropriações das áreas de domínio particular inseridas nos perímetro declarados de interesse social, por Decreto Presidencial, referente à Comunidade de Casca, no município de Mostardas, e à Comunidade Martimianos, no município de Restinga Seca.

As terras desapropriadas, depois de concluídos todos os atos judiciais, serão transferidas às Comunidades, em nome de suas associações, com emissão de título coletivo e pró-indiviso, com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

Em relação à Comunidade de Casca, foram 13 imóveis desapropriados com base no Decreto Lei nº 4.132/62, totalizando R\$ 1.348.681,58, recursos que estavam em restos a pagar.

Na Comunidade de Martimianos, a Autarquia ingressou com seis ações desapropriatórias, envolvendo 28 proprietários, totalizando R\$ 1.171.140,57 com recursos orçamentários de 2011.

O quadro abaixo apresenta um resumos das ações desenvolvidas e em desenvolvimento na SR.11:

FASE DO PROCESSO	Nº	COMUNIDADES
Relatórios Antropológicos em Elaboração	12	Convênio UFPEL: Maçambique, Cachoeira e Monjolo Licitação 1º semestre: Linha Fão, Picada das Vassouras, Rincão Santo Inácio e Julio Borges Licitação 2º semestre: Ferreira Fialho, Beco dos Colodianos, Paredão, Macaco Branco e Teixeiras
RTID em elaboração	6	Rincão dos Negros, Família Fidelix, Manoel do Rego, Arnesto Pena, Areal e Alpes
RTID Publicados (Fase de Notificação e Contestações)	3	Limoeiro, Palmas e Morro Alto
Processos Aguardando Portaria	3	Arvinha, Cambará e Mormaça
Processos Aguardando Decreto	2	Rincão dos Caixões e Manoel Barbosa
Decretos/Desintrusão	4	São Miguel (suspensão) e Rincão dos Martimianos
Titulados	3	Família Silva, Chácara das Rosas e Casca

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Maria de Lourdes Álvares da Rosa

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.366.1350.4474	A	3	Trabalhador rural escolarizado	0	0	0	0	-	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Esta ação não se aplica à UJ.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.363.1350.6952	A	3	Profissional capacitado	0	0	0	0	-	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=e/b)	R\$(e)	% (f=g/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Esta ação não se aplica à UJ.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado	200	127	358	485	242,50	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
910.000,00	1.738.230,00	1.738.230,00	100,00	985.990,00	56,72	670.570,00	38,58

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
450.320,00	0,00	450.320,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
98.300,00	0,00	98.300,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

A meta prevista para 2011 era de 200 educandos, sendo concretizada 127 educandos através de três convênios novos com o INSTITUTO EDUCAR/IFET no Campus SERTÃO/RS e IPE-CAMPO/IFET no Campus BENTO GONÇALVES/RS. Além disso, foi dada continuidade em seis cursos de nível médio com 298 educandos, iniciados em 2008 e 2010 com as Instituições referidas acima. Também, foi realizado um curso de nível superior de Medicina Veterinária/Fundação Simon Bolívar/UFPEL com 60 educandos, após o Supremo Tribunal Federal autorizar sua continuidade em Dez/2010. Este curso foi iniciado em 2007 e suspenso por Ação do MPF/PELOTAS no mesmo ano. Com isso, totalizam dez (10) cursos, com 485 educandos, assim distribuídos: 1) Curso Médio Técnico em Agropecuária/Habilitação Agroecologia, turma I, 53 educandos; 2) Curso Médio Técnico em Agropecuária/Habilitação Agroecologia, turma II, 55 educandos; 3) Curso Médio Técnico em Agropecuária/Habilitação Agroecologia, turma IV 55 educandos; 4) Curso Médio Técnico em Administração de Cooperativas - turma XII, 50 educandos; 5) Curso Médio Técnico em Administração de Cooperativas, turma XIII, 50 educandos; 6) Curso Médio de Magistério, turma XII, 50 educandos; 7) Curso Médio Técnico em Saúde Comunitária, turma IV, 40 educandos; 8) Curso EJA Médio Cultura/Rádios Comunitárias, turma I, 50 educandos; 9) Curso PROEJA Médio Técnico em Contabilidade, turma I, 22 educandos; 10) Curso Superior Medicina Veterinária, 60 educandos, com vestibular realizado em abril de 2007, reiniciado em dezembro de 2010, com a etapa de matrícula dos educandos oriundos do vestibular/2007, com 2ª chamada após Vestibular em janeiro de 2011, para vagas que ficaram em aberto na 1ª etapa/2010. Para este curso, o recurso recebido em 2008, R\$ 240.000,00 para duas etapas do curso, ficou em restos a pagar/2011, sendo ainda em 2011 esta parcela complementada com 48.000,00, conforme Art. 6º da Norma de Execução nº 73, de 30/05/2088/DD, que estabeleceu novo valor aluno/ano.

Os recursos recebidos em 2011 foram 100% empenhados, sendo liquidados 56,72% do valor, devido ao Decreto nº 7.592/2011, de 28/10/2011, da Presidência da República, que suspendeu a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, até que fosse comprovada a regularidade da execução dos convênios, através de parecer técnico físico e financeiro. Dessa forma, pela exigüidade do prazo dado, não foi possível atender a demanda da análise de prestação de contas dos seis convênios em andamento, deixando de repassar os recursos financeiros correspondentes conforme cronograma de desembolso de 2011, ficando os mesmos em restos a pagar.

O nível de aproveitamento e formação dos cursos em andamento, dentro das respectivas etapas, foi alcançado. Os resultados obtidos qualificam, valorizam e fortalecem o Programa. Há avanços significativos e importantes no processo educacional do campo, a partir dos cursos de nível

médio e superior profissionalizantes, implementados pelo PRONERA no RS. São cursos que elevam o nível de escolarização do ensino médio/técnico e superior, cuja didática e metodologia de ensino são voltadas à realidade do campo e à especificidade das necessidades e demandas do público da Reforma Agrária, proporcionando alternativas de desenvolvimento sustentável nos Assentamentos, visando a permanência do homem no campo, com qualidade de vida.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1350.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.935,00	166.462,06	164.387,10	98,75	164.387,10	98,75	164.387,10	98,75

Fonte: PO 2011 e SLAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
1.418,98	1.418,98	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Os recursos desta ação foram utilizados no acompanhamento, supervisão e avaliação da execução dos convênios, que se realizaram através de visitas locais a cada etapa dos convênios, com acesso à sala de aula, documentação do setor pedagógico e exame de relatórios parciais e finais das atividades desenvolvidas nas etapas previstas nos respectivos planos de trabalho, com emissão de relatórios técnicos por parte da Asseguradora do Programa, participando também destes eventos um motorista e uma assessora de comunicação da SR.

Foi celebrado em setembro de 2011, com recurso do GAP/PRONERA, um convênio no valor de R\$ 150.000,00, cujo objeto é a capacitação de 60 educadores/as que atuam em Escolas de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária de vários estados da Federação.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Nelson José de Araújo

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados; Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	Famílias assistidas	7.121	78	10.933	11.011	154,63	0

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.690.237,57	6.040.237,57	5.901.819,76	97,71	2.411.081,24	39,92	2.411.081,24	39,92

Fonte: PO 2011 e SIAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
278.989,27	0,00	278.989,27	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
7.544.753,22	1.837,71	6.460.424,06	1.082.491,45

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

No RS, todos os assentamentos (exceto os PAs considerados emancipados) contam com serviços de assistência técnica viabilizada pela SR.11. São 11.011 famílias atendidas em 303 PAs, distribuídos em 87 municípios do estado, que são atendidas com contratos dentro do Programa de ATES. O programa conta com 132 técnicos vinculados às empresas prestadoras de ATES.

A partir do ano de 2009, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) está baseado em contratos com empresas prestadoras de serviço (Emater, Coptec e Cetap), fruto da Concorrência nº 03/2008, tipo técnica e preço. Foram formalizados contratos para 18 Núcleos Operacionais, que congregam projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA/RS. Ainda em 2009, foi realizado a Concorrência nº 03/2009, nos mesmos moldes da realizada em 2008, visando a contratação de ATES e PDA para 734 famílias assentadas em assentamentos novos da região de São Gabriel, cuja finalização do processo licitatório ocorreu em abril/2010, com a contratação da empresa vencedora da licitação. Todos os contratos permaneceram em vigência no ano de 2011.

O Programa de ATES, antes alicerçado em convênios, ganhou uma nova dinâmica com a utilização dos contratos, obrigando o INCRA a se organizar para dar conta das ações administrativas e de acompanhamento e fiscalização de todos os Núcleos Operacionais. Este processo é realizado de forma contínua (mês a mês), com a seguinte seqüência de procedimentos: 1) apresentação das faturas mensais pelas prestadoras; 2) emissão do relatório de atividades do SAMA (Sistema de Avaliação e Monitoramento de ATES), onde é avaliado o cumprimento das metas pactuadas no contrato pelas prestadoras no referido mês; 3) realização de atividades de fiscalização a campo pelos fiscais e pelos gestores dos contratos, por amostragem; 4) verificação da situação cadastral das prestadoras, através do extrato SICAF. Com isto, entendemos que o INCRA/RS está realizando todos os esforços para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos de ATES, visando avaliar quantitativamente e qualitativamente as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas nos assentamentos, apesar da deficiência de servidores de campo em seus quadros.

Além da ação direta do INCRA, contamos desde o início das atividades de ATES em 2009 com o Programa de Articuladores de ATES, formalizado através de Termo de Cooperação com a UFSM, que proporciona apoio metodológico e de planejamento às equipes técnicas, além de contribuir com a sistematização das ações desenvolvidas e avaliação das metas executadas. Temos ainda duas instâncias de acompanhamentos e avaliação do Programa de ATES no RS: a) o *Conselho Estadual de ATES*, composto por várias entidades afins ao programa, entre elas o INCRA, as prestadoras de ATES (Emater, Coptec e Cetap), a Embrapa, a UFSM, o DDA (Departamento de Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado do RS) e a COCEARGS, que se reúne periodicamente para discutir o programa de ATES e nivelar ações e procedimentos; b) os *Conselhos Regionais de ATES*, formado em todos os 19 Núcleos Operacionais, compostos pelo INCRA, Articuladores de ATES, prestadora de ATES e representantes de todos os assentamentos que compõem cada Núcleo Operacional, que se reúne duas vezes ao ano para avaliar as ações de ATES nos Núcleos Operacionais e realizar um planejamento conjunto das ações do próximo período, além de ser um espaço de nivelamento de várias questões institucionais com os assentamentos.

Além disso, em 2011 foi garantida a continuidade dos convênios com a *Fapeg/Embrapa* (tem por objeto a transferência de tecnologias e a capacitação de assentados e de técnicos que atuam na ATES nos assentamentos, com a realização de um conjunto de ações que visam fortalecer a capacidade de decisão técnica dos assentados da reforma agrária, por intermédio da cooperação institucional e do intercâmbio de conhecimentos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades assentadas) e com a *Coptec* (desenvolvimento do Projeto Leite Sul – tem por objeto a prestação de serviços de assessoria técnica especializada para capacitação de técnicos e agricultores assentados em produção de leite à base de pasto em sistema de Pastoreio Racional Voisin, no desenvolvimento da cadeia produtiva e no fomento da cooperação).

Do ponto de vista orçamentário, os recursos empenhados em 2010 referem-se aos aditivos dos 19 contratos de ATES, e para atender parcela prevista nos convênios da Coptec/Leite Sul e da FAPEG/Embrapa (para ações em 2011), razão pela qual parte dos recursos foram inscritos em restos a pagar.

Como entraves ao desenvolvimento do programa de ATES, destacamos as dificuldades financeiras do Governo Federal em 2011, o que resultou em atraso no pagamento das faturas mensais de ATES, gerando problemas na atuação das equipes técnicas. Este quadro, que vem ocorrendo desde 2010, tem que ser resolvido em 2012, sob pena de comprometer seriamente o andamento do programa de ATES no RS. Também, destacamos a dificuldade de recursos humanos para dar conta de todas as atividades inerentes ao acompanhamento dos assentamentos do RS e aos programas de responsabilidade da SR.11.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1427.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
113.634,00	154.904,56	139.130,02	89,82	139.130,02	89,82	139.130,02	89,82

Fonte: PO 2011 e SLAFI.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
827,92	697,92	130,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Esta ação (Gestão e Administração do Programa – GAP) visa atender as despesas de todas as atividades vinculadas ao programa de ATEs, tendo em vista as despesas operacionais necessárias para as atividades de acompanhamento e fiscalização do programa no RS. Os recursos descentralizados em 2011 foram inferiores àqueles descentralizados em 2010 (que foi cerca de R\$ 230.000,00), o que comprometeu em parte a atuação da SR.11 no acompanhamento do programa.

Esta redução de valores se deu em virtude do Decreto nº 7.445/2011, que fixou limites orçamentários para as despesas dos Ministérios, tendo em vista o contingenciamento de parte significativa dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA 2011). O contingenciamento, com efeito de corte orçamentário, atingiu o volume de 30,10% do orçamento total das despesas discricionárias do MDA previsto na LOA 2011. Também, foi editada a Portaria MDA nº 10, de 15/03/2011, que estabeleceu os limites e competências para a autorização de despesas com diárias, passagens e locomoção. A Portaria estabeleceu para a SR.11 o montante de R\$ 13.910,00 para despesas de fiscalização e R\$ 386.090,00 para outras despesas (faixa de 1% dos valores disponíveis para o INCRA), valores que contrastaram significativamente com as despesas executadas em 2010, respectivamente, na ordem de R\$ 63.386,28 e R\$ 1.137.165,84, o que representou um corte de 88% e 66% em 2011 em relação ao ano anterior. Esta limitação orçamentária afetou significativamente as ações da SR.11 em 2011, especialmente nos três primeiros semestres do ano, provocando impacto negativo nas atividades de trabalho programadas.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Carlos Azevedo Orth

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0750.2000	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2011 e SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=e/b)	R\$(e)	% (f=g/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
1.448.398,00	1.921.102,01	1.903.144,37	99,07	1.607.155,75	83,66	1.603.515,75	83,47

Fonte: PO 2011 e SLAFL.

Restos a Pagar (RAP) de empenhos emitidos até 2010 e executados em 2011**RAP Processados**

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
86.156,99	0,00	86.156,99	0,00

RAP Não-Processados

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
537.759,33	33.323,69	496.274,93	8.160,71

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

O programa visa apoiar as ações finalísticas de Reforma Agrária, fornecendo os recursos materiais e humanos necessários para sua execução, além de atuar com relevância na manutenção de contratos de mão-de-obra e de prestação de serviços. Neste período destacam-se os investimentos na aquisição de equipamentos de apoio às atividades finalísticas (máquinas fotográficas, entre outros) e a execução da reforma elétrica do prédio da Superintendência Regional.

A PO 2010 já previa o gasto de R\$ 1.900.000,00 para o custeio desta ação, no entanto a PO 2011 designou apenas o valor de R\$ 1.448.398,00, ou seja, um valor 23,77% inferior. Como a maior parte das despesas do Programa se refere aos gastos com contratos de terceirização de mão de obra, se não houvesse suplementação orçamentária no período, haveria um sério comprometimento das ações deste Programa (dada a carência de mão de obra da Superintendência Regional). O valor recebido de R\$ 1.921.102,01 e o efetivamente empenhado (99,07% deste) demonstram que estes custos encontram-se estabilizados (inclusive diminuíram se for levada em conta a atualização monetária dos valores). As despesas com investimentos se limitaram a complementação do projeto de reforma elétrica do prédio e na compra de pequenos equipamentos eletrônicos para auxiliar às atividades finalísticas da Autarquia.

2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

QUADRO II - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	4	Famílias assentadas	300	391	0	391	130,33	0
21.631.0135.8387	A	4	Área vistoriada /ha	17.000	17.469	332	17.801	104,71	0
21.631.0135.8374	A	4	Licença protocolada	8	0	0	0	0,00	8
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida/ha	7.000	951,88	0,00	951,88	13,60	6.048,12
21.631.0137.8396	A	3	Famílias atendidas	539	0	1.305	1.305	242,12	0
21.631.0137.8398	A	4	Família atendida	72	191	0	191	265,28	0
21.631.0137.4358	A	4	Documento expedido	243	678	0	678	279,01	0
21.631.0137.10YN	P	4	PA consolidado	1	0	0	0	0,00	1
21.631.0137.0427	OP	4	Famílias atendidas	920	143	160	303	32,97	617
21.125.0138.2105	A	4	Imóvel gerenciado	34.712	42.060	0	42.060	121,17	0
21.127.0138.4426	A	4	Área Georreferenciada/ha	0	213,05	2.252,79	2.465,84	-	0
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel regularizado	98	0	0	0	0,00	98
21.127.0138.8378	A	4	Área Diagnosticada/ha	130.000	0,87	0	0,87	0,00	130.000
21.128.0139.4572	A	4	Servidor capacitado	43	134	0	134	311,63	0
21.631.1120.2109	A	4	Famílias atendidas	0	3.103	0	3.103	-	0
21.127.1336.1642	P	4	Área reconhecida/ha	608,00	0	6.120,90	6.120,00	1.006,58	0,00
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada/ha	17.899	119,25	1.131,40	1.250,65	6,99	16.648,35
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado	200	127	358	485	242,50	0
21.606.1427.4470	A	3	Famílias assistidas	7.121	78	10.933	11.011	154,63	0

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO III - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SLAFI da UGO
INCRA	49201	373001

Fonte: STN

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO IV - Programação de despesas correntes.¹¹

Valores em R\$ 1,00

valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO V - Programação de despesas de capital.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO VI - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.¹³

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CREDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte:

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO VII - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373072	09272008901810001	51.146,77	-	-
		373072	21122013522720001	-	-	171.349,41
		373072	21122013722720001	-	-	788.671,16
		373072	21122013822720001	-	-	66.293,55
		373072	21122075020000001	-	-	1.813.257,74
		373072	21122135022720001	-	-	166.462,06
		373072	21122142722720001	-	-	154.904,56
		373072	21125013821050001	-	-	83.824,67
		373072	21127013821100001	-	-	33.897,21
		373072	21127013844260001	-	-	666.000,00
		373072	21127013883780001	-	-	452.280,00
		373072	21127133616420001	-	-	207.880,94
		373072	21128013945720001	-	-	48.182,09
		373072	21363135083700001	-	-	1.738.230,00
		373072	21422143384020001	-	-	122.947,16
		373072	21606142744700001	-	-	6.040.237,57
		373072	21631013583740001	-	-	346.922,20
		373072	21631013583840001	-	-	14.057,62
		373072	21631013583870001	-	-	100.983,34
		373072	21631013710YN0001	-	-	14.281,25
		373072	21631013743580001	-	-	38.178,95
		373072	21631013783960001	-	-	355.657,57
		373072	21631013783980001	-	-	38.059,00
		373072	21631112021090001	-	-	70.957,84
		373072	21691013743200001	-	-	85.676,50
		373072	21691035142800001	-	-	160.800,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Continuação QUADRO.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373072	21122013822720001	21.330,00	-	-
		373072	21122075020000001	107.844,27	-	-
		373072	21127013844260001	187.800,00	-	-
		373072	21631013783960001	4.421.326,14	-	-
		373072	21691013743200001	183.017,28	-	-
		373072	21631013544600001	-	13.193.700,37	-
		373072	21631013704270001	-	8.307.200,00	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise crítica

Quanto às despesas correntes, a ação de ATEs representou 44,38% dos créditos orçamentários recebidos, o que significa um esforço maior em qualificar os projetos de assentamentos, seja quanto à produtividade, como no aspecto social, econômico e ambiental.

Quanto às despesas de capital, os recursos para atender as famílias assentadas, com crédito instalação e infraestrutura, se destacam no montante recebido e indicam a atual política de priorizar o apoio para a consolidação dos assentamentos de reforma agrária.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO VIII - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	4.862.311,37	7.611.114,16	4.862.311,37	2.374.973,18
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	54.425,30	85.244,27	54.425,30	85.244,27
Concorrência	1.654.562,66	245.749,18	1.654.562,66	245.749,18
Pregão	3.153.323,41	7.280.120,71	3.153.323,41	2.043.979,73
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	747.468,73	1.147.132,67	743.828,73	1.094.299,52
Dispensa	461.706,43	854.508,29	461.706,43	847.226,54
Inexigibilidade	285.762,30	292.624,38	282.122,30	247.072,98
Regime de Execução Especial	180.434,26	257.820,95	180.434,26	257.820,95
Suprimento de Fundos	180.434,26	257.820,95	180.434,26	257.820,95
Pagamento de Pessoal	872.843,83	877.311,98	872.843,83	877.311,98
Pagamento em Folha	51.146,77	2.815,80	51.146,77	2.815,80
Diárias	821.697,06	874.496,18	821.697,06	874.496,18
Outros	79.432,02	333.305,40	79.432,02	331.640,16

Fonte: SIAFI Gerencial.

QUADRO IX - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	51.146,77	2.815,80	51.146,77	2.815,80	-	-	51.146,77	2.815,80
1º elemento de despesa	51.146,77	2.815,80	51.146,77	2.815,80	-	-	51.146,77	2.815,80
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	13.460.471,99	13.664.094,86	7.333.232,11	13.664.094,86	6.127.239,88	9.758.733,10	7.014.172,11	6.107.999,97
1º elemento de despesa - 39	5.160.417,60	5.824.217,93	2.627.732,52	5.824.217,93	2.532.685,08	6.976.438,93	2.627.732,52	1.173.851,07
2º elemento de despesa - 41	4.940.818,48	3.755.396,99	1.798.536,99	3.755.396,99	3.142.281,49	2.236.215,24	1.483.116,99	1.555.140,00
3º elemento de despesa - 37	1.352.755,73	1.794.093,42	1.205.897,00	1.794.093,42	146.858,73	21.303,01	1.205.897,00	1.667.122,74
Demais elementos do grupo	2.006.480,18	2.290.386,52	1.701.065,6	2.290.386,52	305.414,58	524.775,92	1.697.425,60	1.711.886,16

Fonte: SIAFI Gerencial.

QUADRO X - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	4.918.418,69	12.622.605,55	1.239.202,75	5.452.619,09	3.679.215,94	7.169.986,46	1.239.202,75	273.485,69
1º elemento de despesa – 41	2.859.601,98	1.706.599,23	-	-	2.859.601,98	1.706.599,23	-	-
2º elemento de despesa – 51	668.803,23	1.793.383,10	53.164,25	-	615.638,98	1.793.383,10	53.164,25	-
3º elemento de despesa – 52	1.377.489,98	9.122.398,22	1.173.515,00	5.452.394,09	203.974,98	3.670.004,13	1.173.515,00	273.260,69
Demais elementos do grupo	12.523,50	225,00	12.523,50	225,00	-	-	12.523,50	225,00
5 – Inversões Financeiras	12.681.476,99	12.375.588,86	5.373.276,99	1.268.600,00	7.308.200,00	11.106.988,86	5.296.476,99	1.247.000,00
1º elemento de despesa – 61	4.377.276,99	1.315.188,86	4.377.276,99	-	-	1.315.188,86	4.377.276,99	-
2º elemento de despesa – 66	8.304.200,00	11.060.400,00	996.000,00	1.268.600,00	7.308.200,00	9.791.800,00	919.200,00	1.247.000,00
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa - 39	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa - 41	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa - 37	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise crítica

Quanto aos valores liquidados/pagos por modalidade de contratação destaca-se, no ano de 2012, a redução em função dos contingenciamentos de recursos repassados para a Autarquia. Entre estas reduções de valores liquidados/pagos salientam-se as contratações por dispensa de licitação (46%), pregões (36%) e gastos com suprimento de fundos (31%).

Quanto ao grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos observa-se que as despesas de custeio representaram, em 2011, 43% da despesa empenhada. Os investimentos e inversões financeiras representaram 57% do total de valores empenhados. Em 2010 estas despesas representavam, respectivamente, 35% e 65%. Em termos de valores absolutos, as despesas de custeio se mantiveram em 2011 (houve uma pequena redução de apenas 1%), porém os investimentos/inversões diminuíram em percentual de aproximadamente 30%. Estes números demonstram a rigidez dos custos fixos associados às despesas de custeio e, também, onde foram impactar as maiores reduções provocadas pelos contingenciamentos de recursos do ano (nas despesas de capital).

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	89
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	100
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	Não há marco legal

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	3.355
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	68

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	164
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	50
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	96

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	23
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	709

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; • Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	80
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	• Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. • Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	Não há controle desta informação na UI

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Não se aplica à UJ
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	---	--------------------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	• quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	100
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	19
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	333
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	• Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO XI - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos¹⁴

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					

Fonte:

¹⁴ Não há informações a serem fornecidas pela UJ.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO XII - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2008	916.223,13	399.663,39	516.559,74	0,00
2009	1.126.027,80	10.400,00	1.115.627,80	0,00
2010	5.721.413,73	2.919,60	5.718.494,13	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	20.059.319,50	5.335.896,12	14.498.661,81	224.761,57
2008	72.793.001,80	4.580.275,05	65.760.659,07	2.452.067,68
2009	32.535.995,23	2.510.933,24	19.532.787,26	10.492.274,73
2010	25.508.075,23	152.815,86	14.681.500,99	10.673.758,38
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise Crítica:

Conforme se observa no quadro acima e em comparação aos dados do Relatório de Gestão de 2010, os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores, referentes aos RP processados e não processados, tiveram uma significativa redução de valores em relação ao exercício anterior. Em 31/12/2010 estes saldos eram de R\$ 52.885.603,61 (RP Processados) e R\$ 62.756.481,09 (RP Não processados). Já em 31/12/2012 não há restos a pagar processados e os restos a pagar não processados caíram para R\$ 23.842.862,36 (uma redução de 100% e 45% respectivamente). Muitos dos valores de restos a pagar que permanecem vigentes estão associados aos frequentes atrasos na descentralização de recursos financeiros que, apesar de não impedir o processo de liquidação da despesa, comprometem o cumprimento dos cronogramas na medida em que descapitam os fornecedores.

Os empenhos referentes à concessão de créditos às famílias assentadas correspondem a maior parte dos valores em restos a pagar e, além da indisponibilidade de recursos financeiros, há outros fatores operacionais que impedem a liquidação (como os problemas de credenciamento de contas no gestor do programa Banco do Brasil, operacionalização do crédito, elaboração de projetos, entre outros fatores).

Além disso, as normas vigentes de Orçamento produzem problemas recorrentes tais como: as leis orçamentárias (LDO/LOA) e decretos (contingenciamento e suplementação) têm um rito lento que só são sancionados em dezembro dos exercícios, fazendo com que as ações não tenham prazos hábeis para a execução e os recursos fiquem em restos a pagar.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO XIII – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	116	0	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	116	0	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	112	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	4	0	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	0	0	0
2. Servidores CLT (antistados)	-	7	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	-	123	0	5

Fonte: SIAPE.

QUADRO XIV – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas Lei Complementar 73/93 (AGU)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	5
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	11

Fonte: SLAPE – fev/12.

QUADRO XV – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	15	8	8
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	15	8	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	9	4	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	4	3	3
1.2.5. Aposentados	0	1	1	0
2. Funções gratificadas	0	2	1	1
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2	1	1
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	17	9	9

Fonte: SIAPE.

QUADRO XVI – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	6	30	30	34	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	6	30	29	30	9
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	1	4	2
2. Provimento de cargo em comissão	2	4	5	5	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	4	5	5	0
2.3. Funções gratificadas	1	0	0	0	1
3. Totais (1+2)	8	34	35	39	12

Fonte: SIAPE.

QUADRO XVII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	9	0	28	74	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	4	0	27	73	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	5	0	1	1	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	15	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	13	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	2	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	9	0	30	89	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE.

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO XVIII - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	75	1
1.1 Voluntária	67	1
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	7	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	70	0
2.1 Voluntária	69	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	145	1

Fonte: SIAPE.

QUADRO XIX - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	48	4
1.1. Integral	41	2
1.2. Proporcional	7	2
2. Em Atividade	7	0
3. Total (1+2)	55	4

Fonte: SIAPE.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XX - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	9	9	8	8	52.340,38
1.1 Área Fim	5	6	6	6	35.229,10
1.2 Área Meio	4	3	2	2	17.111,28
2. Nível Médio	2	3	4	4	13.936,40
2.1 Área Fim	0	1	1	1	3.399,12
2.2 Área Meio	2	2	3	3	10.537,28
3. Total (1+2)	11	12	12	12	66.276,78

Fonte: SIAPE.

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

QUADRO XXI - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2009	5.588.498,82	0,00	543.286,66	186.542,22	258.916,70	424.971,74	4.251,64	0,00	29.793,60	7.036.261,38
	2010	6.194.857,72	0,00	594.082,78	177.081,97	366.964,80	809.800,50	4.562,51	0,00	30.202,72	8.177.553,00
	2011	7.014.076,33	0,00	613.309,69	178.619,88	465.931,23	1.049.294,33	2.468,34	0,00	30.584,57	9.354.284,37
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	4.885,25	0,00	0,00	0,00	0,00	4.885,25
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	3.918,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3.918,91
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2009	0,00	455.286,86	0,00	0,00	177.667,34	0,00	0,00	0,00	0,00	632.954,20
	2010	0,00	416.303,96	0,00	0,00	226.275,06	0,00	0,00	0,00	0,00	642.579,02
	2011	0,00	344.940,82	0,00	0,00	176.968,55	0,00	0,00	0,00	0,00	521.909,37
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2009	0,00	10.104,24	0,00	0,00	4.920,02	0,00	0,00	0,00	0,00	15.024,26
	2010	0,00	10.104,24	0,00	0,00	18.971,02	0,00	0,00	0,00	0,00	29.075,26
	2011	0,00	10.104,23	0,00	0,00	17.189,38	0,00	0,00	0,00	0,00	27.293,61

Fonte: SIAPE - Extração DW dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXII - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada¹⁵

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Quadro XXIII – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados¹⁶

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

¹⁵ Não há informações a serem fornecidas pela UJ.

¹⁶ Não há informações a serem fornecidas pela UJ.

Quadro XXIV – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados¹⁷

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

¹⁷ Não há informações a serem fornecidas pela UJ.

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO XXV - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINT. ESTADUAL DO R. G. DO SUL - INCRA/SR-11													
UG/Gestão: 373072/37201							CNPJ: 00.375.972/0013-02						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	RS/1450/2009	03149832/0001-62	04/02/11	03/02/12	5	5	-	-	-	-	P
2008	V	O	RS/1450/2008	08944501/0001-38	26/06/10	25/06/11	4	4	-	-	-	-	E
2011	V	O	RS/0051/2011	04855257/0001-86	26/06/11	25/02/13	4	4	-	-	-	-	A

Observação: Estas contratações não são objeto do Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Administração da SR.11/RS.

Quadro XXVI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINT. ESTADUAL DO R. G. DO SUL - INCRA/SR-11													
UG/Gestão: 373072/37201							CNPJ: CNPJ: 00.375.972/0013-02						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	RS/1350/2008	00932422.0001-03	24/04/11	23/04/12	0	0	33	33	0	0	P
2006	1	O	RS/10690/2006	94823408/0001-07	25/12/10	24/12/11	0	0	4	4	0	0	E
2010	1	O	RS/0050/2010	11493437.0001-20	28/10/11	27/10/12	0	0	3	3	0	0	P
2010	1	O	RS/0025/2010	06278833/0001-03	20/07/11	19/07/12	1	1	0	0	0	0	P
2009	3	O	RS/2210/2009	03149832.0001-62	21/12/11	20/12/12	1	1	0	0	0	0	P
Observação: a) Esta Unidade, em todos os contratos de terceirização, atende ao Decreto Nº2271/1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Aguardamos assim orientações da Direção da Autarquia para o cumprimento ao Acórdão TCUNº 1520/2006-P. b) O Contrato RS/10690/2006 teve prorrogação emergencial por 60 dias, devido a problemas no processo licitatório.													
LEGENDA													
Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração da SR.11/RS.

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O Serviço de Desenvolvimento Humano da SR.11/RS não possui indicadores gerenciais diversos daqueles já constantes no SIAPE. Ou seja, todo o controle de movimentação de pessoal é feito via folha de pagamento, controle de ponto, entre outros. Porém, tais dados não são convertidos em indicadores gerenciais.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO XXVII - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul										
CNPJ: 00.375.972/0013-02			UG/GESTÃO: 373072 - SR/11							
Informações sobre as transferências										
Modalidade de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigências		Situação	Nº de convênios
			Valor Global	Valor da Contrapartida	no exercício (2011)	até o exercício	Início	Fim		
1	512993	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO MANOEL	1.117.502,39	11.064,38	0	1.106.437,51	01/12/04	30/12/11	1	1
1	513125	ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS ASSENTADOS DO CERRO DOS MUNHÓS E BOM SERÁ	1.503.343,46	15.033,43	0	1.488.310,03	03/12/04	30/06/12	1	2

1	513171	ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS CERRO DA CRUZ	1.197.095,69	11.970,96	0	1.185.124,73	03/12/04	30/06/12	1	3
1	517602	ASSOCIAÇÃO CONQUISTA DO JAGUARÃO	1.853.260,74	18.532,61	0	1.728.422,03	24/12/04	31/12/11	1	4
1	523040	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CONQUISTA DA LIBERDADE	931.643,40	9.316,43	0	922.326,97	16/05/05	31/12/11	1	5
1	535565	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÊ	5.475.987,27	48.983,88	0	3.814.885,37	26/12/05	31/12/12	1	6
1	577966	CEPPA - CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E PESQUISA EM AGROECOLOGIA	8.710.672,08	621.539,00	0	4.639.732,15	27/12/06	31/12/12	1	7
1	579493	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS	378.577,94	14.950,97	0	363.626,97	29/12/06	31/12/11	1	8
1	590096	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	673.876,00	72.000,00	0	601.876,00	28/12/06	17/12/11	1	9
1	593655	FUNDAÇÃO SIMON BOLIVAR	1.708.600,00	178.600,00	288.000,00	378.000,00	13/09/07	31/12/15	1	10
1	599223	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI	316.062,64	9.481,88	100.000,00	306.580,76	24/12/07	16/12/11	1	11

1	599228	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS	311.644,74	9.349,34	94.629,05	285.868,95	24/12/07	30/11/11	1	12
1	600099	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	279.033,76	17.316,53	0	261.717,23	27/12/07	28/05/12	1	13
1	601627	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI	309.061,57	9.300,00	0	75.000,00	31/12/07	26/12/12	1	14
1	633520	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	585.312,00	15.312,00	0	570.000,00	29/08/08	29/08/11	1	15
1	700272	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	574.679,00	14.679,00	80.000,00	480.000,00	17/11/08	30/06/12	1	16
1	700363	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	584.184,00	14.184,00	190.000,00	570.000,00	24/11/08	25/08/12	1	17
1	700877	INSTITUTO EDUCAR	753.900,00	11.900,00	196.520,00	614.220,00	08/12/08	30/07/12	1	18
1	700883	INSTITUTO EDUCAR	781.900,00	11.900,00	98.300,00	526.600,00	10/12/08	30/07/12	1	19
1	701614	FAPEG/ EMBRAPA	2.989.493,12	375.206,40	0	1.568.572,12	29/12/08	28/12/12	1	20
1	701647	COPTEC - COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS	3.332.963,02	36.000,00	624.223,98	2.397.268,03	29/12/08	28/12/12	1	21
1	701803	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL	839.685,00	8.396,85	706.317,67	706.317,67	31/12/08	05/01/13	1	22

1	702294	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI	394.763,72	5.927,64	0	79.620,47	06/01/09	05/01/13	1	23
1	702548	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ	205.168,49	10.168,49	0	195.000,00	06/01/09	05/07/11	1	24
1	702551	PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL	314.262,00	4.262,00	310.000,00	310.000,00	31/12/08	05/01/13	1	25
1	702563	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA	563.679,00	17.000,00	0	273.339,50	30/12/08	05/01/13	1	26
1	702565	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	442.945,07	17.945,07	0	425.000,00	29/12/08	05/04/12	1	27
1	702635	PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA	2.082.961,71	62.488,85	0	1.284.236,43	31/12/08	31/12/12	1	28
1	702645	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	2.100.165,59	65.165,59	339.956,61	1.635.456,61	30/12/08	31/03/12	1	29
1	713972	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI	276.778,30	2.767,78	142.710,50	274.010,52	31/12/09	30/12/11	1	30
1	721531	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO OSÓRIO	550.412,90	5.504,15	368.698,63	544.908,75	21/12/09	21/06/12	1	31
1	722382	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ	446.207,77	4.462,10	150.000,00	300.000,00	21/12/09	21/06/12	1	32
1	722390	PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL	528.635,30	109.515,02	133.000,00	266.000,00	21/12/09	20/04/12	1	33

1	722402	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ	1.390.826,01	28.595,06	185.659,10	185.659,10	31/12/09	31/12/12	1	34
1	722403	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	235.578,41	51.354,86	84.223,55	184.223,55	31/12/09	31/08/12	1	35
1	722534	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS	532.599,01	132.113,91	130.000,00	260.000,00	21/12/09	20/04/12	1	36
1	723073	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO	349.022,58	6.843,58	234.500,00	234.500,00	30/12/09	23/01/13	1	37
1	723089	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS	269.816,52	10.377,55	259.438,97	259.438,97	31/12/09	25/11/12	1	38
1	723101	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS	357.017,39	7.000,00	350.017,39	350.017,39	31/12/09	24/01/13	1	39
1	723258	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO MACHADO	253.030,83	9.744,09	0	120.000,00	21/12/09	21/12/12	1	40
1	723497	PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA	927.366,45	87.421,64	363.517,73	663.517,73	28/12/09	28/12/12	1	41
1	723582	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCURZILHADA DO SUL	340.294,34	13.088,24	251.867,82	251.867,82	31/12/09	24/01/13	1	42
1	723975	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	560.842,69	38.502,92	342.339,77	522.339,77	30/12/09	30/12/11	1	43
1	724342	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA	110.637,96	1.137,96	54.500,00	109.500,00	30/12/09	30/12/11	1	44

1	724553	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL	556.797,91	5.568,00	0	247.863,93	31/12/09	30/12/12	1	45
1	724790	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPES	334.305,10	9.737,10	324.568,00	324.568,00	31/12/09	31/12/13	1	46
1	726332	PROJETO CURICACA	408.866,00	8.500,00	200.000,00	400.000,00	28/12/09	30/06/12	1	47
1	726596	INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DA PAMPA-IPEP	708.656,75	14.235,00	0	498.736,40	30/12/09	30/12/12	1	48
1	734741	FAURGS - FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	1.005.072,64	132.440,00	215.304,00	577.444,00	21/05/10	30/04/12	1	49
1	750042	FUNDAÇÃO SIMON BOLIVAR	150.208,26	24.900,00	63.146,63	63.146,63	29/12/10	11/05/12	1	50
1	752100	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO	224.531,35	2.245,32	0	0,00	27/12/10	27/12/12	1	51
1	752107	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÓIA	692.297,31	7.297,31	361.311,88	361.311,88	29/12/10	30/06/12	1	52
1	752110	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANANDUVA	335.528,25	3.355,28		0,00	27/12/10	30/06/12	1	53
1	752111	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÇA	213.757,88	2.137,58	100.000,00	100.000,00	27/12/10	09/07/12	1	54
1	752451	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	611.201,00	11.201,00	207.770,00	207.770,00	27/12/10	31/12/13	1	55

1	754058	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	446.152,00	10.475,50	350.000,00	350.000,00	30/12/10	30/06/12	1	56
1	755903	COOPSAT - COOPERATIVA DE PRESTACAO DE SERVIÇOS E ASSISTENCIA TECNICA	458.280,00	6.000,00	291.900,00	291.900,00	29/09/11	29/10/12	1	57
1	755913	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	121.152,00	3.952,00	58.600,00	58.600,00	29/09/11	29/09/12	1	58
1	756045	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	716.240,80	16.240,80	100.000,00	100.000,00	01/11/11	31/07/15	1	59
1	756051	INSTITUTO EDUCAR	781.200,00	11.200,00	0	0,00	29/09/11	29/06/14	1	60
1	756091	INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DO CAMPO - IPÊ CAMPO	153.680,00	3.680,00	150.000,00	150.000,00	31/08/11	16/01/12	1	61
1	762006	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA	323.389,01	7.953,41	0	0,00	12/12/11	31/12/12	1	62
1	762225	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS	255.659,95	5.659,95	0	0,00	13/12/11	09/12/12	1	63
1	762721	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO	1.640.400,00	16.404,00	0	0,00	15/12/11	31/12/13	1	64

1	762779	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO	126.000.000,00	25.200.000,00	0	0,00	22/12/11	30/12/13	1	65
1	764059	PREFEITURA MUNICIPAL DE JULIO DE CATILHOS	320.160,17	6.560,17	0	0,00	20/12/11	29/12/12	1	66

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI e SICONV.

QUADRO XXVIII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do Rio Grande do Sul					
CNPJ:	00.375.972/0013-02					
UG/GESTÃO:	373072 – SR/11					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	10	8	19	8.501.021,28	6.028.343,63	15.905.039,94
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	10	8	19	8.501.021,28	6.028.343,63	15.905.039,94

Fonte: SIAFI e SICONV.

QUADRO XXIX - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul					
CNPJ: 00.375.972/0013-02			UG/GESTÃO: 373072 – SR/11		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	54	177.577.718,95	30.064.874,49	68.308.169,64	16,93%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	54	177.577.718,95	30.064.874,49	68.308.169,64	16,93%

Fonte: SLAFI e SICONV.

QUADRO XXX - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul					
CNPJ: 00.375.972/0013-02			UG/GESTÃO: 373072 – SR/11		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Ainda no prazo de prestação de contas		Quantidade	3	
			Montante repassado	1.194.325,71	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	3*	
			Montante Repassado	985.312,64	
		Contas não prestadas	Quantidade	2	
			Montante Repassado	765.000,00	
2010	Contas prestadas		Quantidade	12	
			Montante Repassado	4.585.760,01	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	
			Montante Repassado	0,00	

2009	Contas prestadas	Quantidade	11		
		Montante Repassado	3.797.502,97		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0,00		
Anteriores a 2009*	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0,00		

*Anteriores a 2008 sem fontes para informar

Fonte: SIAFI e SICONV

* Considerou-se 3 instrumentos convênios com contas prestadas em 2011, sendo que 1(um) refere-se à prestação de contas final de convênio, e os outros dois correspondem à prestação de contas parcial de convênios do Programa de Educação no Campo – PRONERA.

QUADRO XXXI - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul				
CNPJ: 00.375.972/0013-02			UG/GESTÃO: 373072 – SR/11	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos
				Convênios
2011	Quantidade de contas prestadas			47*
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	0
			Contas Não analisadas	3
		Montante repassado (R\$)		1.194.325,71
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	10
			Quantidade Reprovada	17*
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	0
			Quantidade	17
			Montante repassado (R\$)	10.008.831,18

2010	Quantidade de contas prestadas		15
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3
		Quantidade Reprovada	4
		Quantidade de TCE	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	8
		Montante repassado (R\$)	3.951.861,97
2009	Quantidade de contas prestadas		12
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3
		Quantidade Reprovada	5
		Quantidade de TCE	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	4
		Montante repassado	2.975.445,93
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	5
		Montante repassado	1.784.384,18

Fonte: SIAFI e SICONV.

Análise Crítica

As transferências de recursos por meio de convênios, no caso do ano de 2011, conforme se pode visualizar no Quadro XXVII, encontram-se todos em adimplência.

Quanto aos Quadros XXX e XXXI, as Superintendências do INCRA, através de Determinação do INCRA/SEDE, criaram Grupos de Trabalho denominados “GT – Passivo Zero”, com o objetivo de eliminar o estoque de convênios vencidos e sem análise de prestação de contas final concluída, regidos pela IN nº 01/97. Para o ano de 2012 a referida Determinação já foi reeditada, e o novo Grupo de Trabalho formado. Considerando a projeção na redução do passivo, espera-se que este venha a ser superado até junho de 2012.

Quanto aos fatores positivos dessa medida, temos que esse projeto permitiu aumentar o número de servidores que realizam prestação de contas, reduzindo o passivo existente de convênios da IN/STN/nº 01/97 em situação “a aprovar”. Porém essa medida não supre a defasagem de servidores lotados no Setor de Convênios da SR.11, pois os membros que compõem o Grupo de Trabalho e que não pertencem ao setor, não têm dedicação exclusiva ao GT, dividindo seu tempo entre a análise de convênios e suas demais atividades diárias.

Outro desafio enfrentado no tema Convênios, além do já mencionado problema de quadro reduzido de servidores, é a dificuldade de transpor os entraves impostos pelo SICONV. O sistema ainda não está totalmente finalizado, e as alterações constantes em seu funcionamento exigem servidores também constantemente capacitados. Além disso, não bastam apenas servidores do quadro do Setor de Convênios capacitados, e sim todos os envolvidos que trabalham com o sistema. Isso exige tempo e dedicação.

A Superintendência vem estudando alternativas para melhorar o acompanhamento físico e financeiro dos convênios. Uma delas é com relação à metodologia de análise de prestação de contas. Está sendo implementada a análise “in loco” dos documentos na sede das convenientes. A metodologia se origina de uma experiência realizada no primeiro “GT – Passivo Zero” e que se mostrou eficiente na redução do tempo de espera nas respostas da conveniente, além de possibilitar sua análise de maneira “assistida” e facilitar o entendimento das dificuldades ou solicitações realizadas pelas partes.

Como acontecimento específico do ano de 2011, cabe-nos fazer referência ao advento do Decreto nº 7.592/2011, de 28/10/2001, o qual determinou “a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto nº 7.568/2011, de 16/09/2011, e dá outras providências”.

Este Decreto suspendeu o repasse de recursos de convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, até que fosse feita a análise quanto ao atesto da regularidade na execução dos referidos instrumentos. O prazo concedido foi extremamente exíguo, 30 dias, acrescentado de mais 60 caso a conveniente não atendesse às solicitações da concedente.

A Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, à época do Decreto, tinha 21 convênios incluídos no rol da norma, e teve que concentrar todos seus esforços para atendê-lo, pois em alguns casos o atraso no repasse de parcelas geraria consequências graves ao andamento dos convênios, como é o caso dos do Programa de Educação no Campo – PRONERA.

A concentração do trabalho, a partir dessa normativa, acabou por prejudicar o andamento dos trabalhos que já vinham sendo realizados no setor de convênio, bem como o andamento das análises do “GT – Passivo Zero”. O reflexo foi o atraso em todos os instrumentos que aguardavam análise.

O ponto positivo extraído dessa situação extrema a qual o Decreto impôs, foi uma análise interna crítica quanto à condução dos convênios pela Superintendência. Não será mais aceito prestações de contas entregues nos moldes da IN nº 01/97 para convênios inseridos no SICONV. Todas as comprovações deverão ser incluídas no sistema, e acompanhadas pelos respectivos Asseguradores.

Quanto aos Asseguradores, está sendo estudado a adoção de dois servidores por convênio, sendo um Assegurador responsável pela parte física e outro pela parte financeira. Isso permitirá um

acompanhamento mais qualificado e permanente dos convênios, permitindo corrigir erros de andamento em tempo real.

Quanto ao cumprimento dos quesitos legais trazidos para nossa manifestação, estamos cientes e podemos afirmar categoricamente que as transferências estão de acordo com as normativas legais.

7. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO XXXII – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **CARLOS AZEVEDO ORTH**, CPF nº **398.056.030-91**, **Chefe da Divisão de Administração**, exercido na **Superintendência Regional do INCRA no Rio Grande do Sul**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2012.

ORIGINAL ASSINADO

Carlos Azevedo Orth
Chefe da Divisão de Administração
INCRA/SR.11

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO XXXIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	18	-	-
	Entregaram a DBR	14	-	-
	Não cumpriram a obrigação	4	-	-

Fonte: SIAPE.

Análise Crítica:

O Serviço de Desenvolvimento Humano (SDH) da SR.11, anualmente, tem orientado todos os servidores, com ou sem Cargos em Comissão, a preencherem formulário que autoriza acesso eletrônico à Declaração de Imposto de Renda, esclarecendo, evidentemente, que a obrigação é para aqueles que possuem Cargo em Comissão, mas que é importante que todos assinem o documento, já estando de acordo com as suas obrigações na eventualidade de nomeação para Cargo em Comissão. No caso daqueles que já possuem Cargos em Comissão, faz-se uma cobrança mais incisiva, solicitando que os mesmos compareçam ao SDH e assinem o documento.

Porém, como se pode observar pelo Quadro acima, há ainda 4 casos, no quadro atual, que possuem cargo ou que assumiram em 2011, que ainda não assinaram o devido termo, mesmo havendo a orientação do SDH. Esses casos serão imediatamente comunicados a comparecer e cumprir com suas obrigações. Salientamos que 2 casos, em específico, tratam de Procuradores Federais com exercício descentralizado no INCRA, ambos nomeados para Cargos em Comissão, um caso se trata de posse em Cargo em Comissão no ano de 2012, e o outro caso está com seu último imposto de renda entregue nos assentamentos funcionais, faltando apenas a Declaração do IRPF 2012.

Outrossim, informamos que a SR.11 não realiza análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO XXXIV – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: os quesitos foram analisados pelo Setor de Planejamento da SR.11.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras

QUADRO XXXV - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <i>a) em obra da rede elétrica foi utilizado a redução no consumo de energia e eficiência da iluminação. Também foram contratados cabos com revestimento de baixa toxicidade e exigimos da contratada um plano de descarte dos resíduos da obra.</i> <i>b) alugamos impressoras que imprimem frente e verso, visando economia de papel.</i>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. <i>Ex: Aquisição de secadores de mão, aparelhos de ar condicionado tipo split, monitores.</i>			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). <i>Ex: Foram compradas lonas recicláveis (edital de pregão nº 07/2011).</i>			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <i>Os órgãos de controle não permitem exigir ISO.</i>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <i>Foram adquiridas luminárias de maior eficiência energética, lâmpadas econômicas, troca de fiação antiga, condicionadores de ar split. Comparando os kWh do mês de janeiro de 2011 e 2012 teve uma diferença de 1920 kWh, mas ainda é cedo para fazer esta avaliação. Durante o ano de 2012 verificaremos as diferenças, tendo em vista a reforma elétrica não ter sido concluída.</i>					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <i>Ex: Foram compradas lonas recicláveis (edital de pregão nº 07/2011).</i>			X		

7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <i>Nas licitações há exigência de veículos flex para utilizar, também, combustível renovável (álcool).</i>			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <i>Locamos impressoras que utilizam cartuchos que podem ser reabastecidos, e também imprimem frente e verso economizando papel.</i>				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. <i>Sim, tentamos especificar produtos mais duráveis e com melhor qualidade.</i>			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. <i>Exemplo citado no item 1.</i>				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <i>Campanhas via internet através de e-mail e palestras com os servidores.</i>			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <i>Campanhas via internet através de e-mail e palestras com os servidores.</i>			X		
Considerações Gerais: <i>A inclusão de critérios de sustentabilidade em editais de obras encontra-se em implantação, podendo avançar ainda mais. Na medida do possível e de oportunidades, estamos providenciando capacitações, principalmente na especificação de insumos sustentáveis, tanto para construção como para compras e contratações em geral. Observamos que a responsabilidade de adotar e justificar os critérios recai sobre o servidor que faz o projeto básico, e para a elaboração de um projeto básico prevendo critérios de sustentabilidade é necessário buscar conhecimentos, e até mesmo realizar a consulta ou a contratação de profissionais adequados para auxiliar na elaboração, pois para fazermos uma boa compra devemos buscar a melhor especificação técnica que atenda ao usuário, que não restrinja a competitividade e agora também que apresente critérios de sustentabilidade. Estamos atentos às ofertas de cursos para capacitar nossos servidores para que cada vez mais utilizem critérios ambientais, principalmente no que diz respeito a vida útil de produtos/durabilidade, consumo de energia, desempenho, entre outros.</i>					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Divisão Administrativa da SR.11.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO XXXVI - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - Rio Grande do Sul	10	10
	Porto Alegre	6	6
	Esteio	3	3
	Ipê”	1	1
Total Brasil		10	10
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		10	10

Fonte: SPIUNET.

QUADRO XXXVII - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - Rio Grande do Sul	1	1
	São Gabriel	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SPIUNET.

Quadro XXXVIII - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício *	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373072	8801.00507.500.1	12- Em Regularização	3- Bom	R\$ 0,04	22/08/2011	R\$ 320.817,67	R\$ 1.616,00	R\$ 20.936,80
373072	8801.00508.500.7	12- Em Regularização	3- Bom	R\$ 0,01	Indeterm.	R\$ 160.173,37	R\$ 1.616,00	R\$ 20.936,80
373072	8801.00511.500.3	12- Em Regularização	3- Bom	R\$ 2,34	Indeterm.	R\$ 581.911,18	R\$ 1.616,00	R\$ 20.936,80
373072	8801.00509.500.2	12- Em Regularização	3- Bom	R\$ 2,34	Indeterm.	R\$ 581.911,18	R\$ 1.616,00	R\$ 20.936,80
373072	8801.00510.500.8	12- Em Regularização	3- Bom	R\$ 2,34	Indeterm.	R\$ 581.911,18	R\$ 1.616,00	R\$ 20.936,80
373072	8801.00416.500.7	5- Cessão Prefeitura e Estados	4- Regular	R\$ 3,75	22/08/2011	R\$ 1.948.468,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373072	8651.00015.500.0	23- Vago para Uso	3- Bom	R\$ 0,01	22/08/2011	R\$ 15.577,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373072	8651.00014.500.5	23- Vago para Uso	3- Bom	R\$ 0,01	22/08/2011	R\$ 15.577,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373072	8651.00016.500.6	23- Vago para Uso	3- Bom	R\$ 0,01	Indeterm.	R\$ 14.592,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373072	8399.00002.500.5	9- Em Processo Alienação	3- Bom	R\$ 0,01	22/08/2011	R\$ 307.634,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL							R\$ 8.080,00	R\$ 104.684,00
OBS: *valores parciais estimados, pois não há dados em separado para estes imóveis.								
Fonte: Divisão de Administração da SR. 11.								

Análise Crítica

Os imóveis RIP: 8651.00015.500.0, 8651.00014.500.5, 8651.00016.500.6 e 8399.00002.500.5 não são utilizados pela Autarquia. Está sendo encaminhado processo de alienação/doação dos mesmos às Prefeituras dos municípios em que se localizam. Não há imóveis que estejam fora do patrimônio da União com impedimentos para sua regularização.

Ocorreu um erro no sistema SPIUNET, sendo que não conseguimos lançar no sistema todas as reavaliações dos imóveis da SR.11. Estamos aguardando retorno da Secretaria de Patrimônio da União para reavaliar os imóveis que constam data da avaliação como “indeterminado”.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro XXXIX - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	1 servidor, 4 terceirizados e 1 estagiário				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		

Considerações Gerais:

Item: Planejamento

1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços de Tecnologia do INCRA é elaborado de forma participativa pela Sede/Regionais, porém sua execução é centralizada.

2 - Planejamento Estratégico – O planejamento estratégico das ações de bens e serviços de Tecnologia do INCRA é elaborado de forma participativa pela Sede/Regionais, porém sua execução é centralizada.

3 - O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para do INCRA são apreciadas por ele.

Item: Recursos Humanos de TI

4 - 1 servidor, 4 terceirizados e 1 estagiário.

5 - Não há carreira específica para profissionais de TI do INCRA.

Item: Segurança da Informação

6 - Não foi implantada, ainda, área específica no INCRA para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI.

7 - Desde o ano de 2006 há no INCRA regimentos que tratam de políticas de segurança (Portaria/INCRA/P/nº 70, de 29/03/2006). Em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, que já teve aprovação pelo Comitê de TI do INCRA.

Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas

9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades.

Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

14 - Não há área específica para gestão de contratos de TI, sendo que esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição.

15 - No geral sim, e esta questão é sempre prevista na elaboração/execução dos contratos.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Setor de Planejamento e Gestão de TI da SR.11.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro XL – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Código da UG 1	CPF	Limite de Utilização da UG		Valor		TOTAL
		Valor do Limite Individual		Saque	Fatura	
Portador	CPF					
SAMUEL RIBEIRO FIGUEIREDO	2575240964	-		110,05	533,90	643,95
FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUTO	3097366253	-		804,05	8.531,38	9.335,43
MARIO STRINGHINI	3557323862	-		564,01	3.302,49	3.866,50
REGINALDO ESCOBAR VIEIRA	10153977000	-		120,00	651,52	771,52
DJALMA RODRIGUES VALEZA BRUNO	11857331087	-		144,00	881,05	1.025,05
MARCOS ANTONIO DE HOLANDA CAVALCANTI	12605948404	-		1.100,28	2.219,46	3.319,74
MILTON JARDIM SILVA	13196189015	-		109,00	1.031,27	1.140,27
DECIO ANTONIO DA COSTA ARAUJO	13303279004	-		164,00	4.508,01	4.672,01
ALFREDO WEYMAR KAISER	15357848149	-		199,00	1.388,65	1.587,65
CARLOS ALFREDO LIED	16591011072	-		1.556,54	9.115,72	10.672,26
CLAUDINO DA SILVA FRUET	19241879068	-		102,00	693,00	795,00
LEONARDO MELGAREJO	20640676049	-		18,00	127,01	145,01
JOSE ROBERTO MEDEIROS SOARES	20731213068	-		604,00	10.866,68	11.470,68
SEBASTIAO HENRIQUE SANTOS LIMA	21262411220	-		418,37	2.858,97	3.277,34
NESTOR ROHRIG DE ABREU	23785209053	-		668,33	5.137,22	5.805,55
JAIR MESQUITA WERLANG	24848158320	-		3.346,57	20.770,02	24.116,59
ALOISIO JACOB BUCHELE	24937134000	-		204,00	131,00	335,00
MANOEL DA ROCHA SPINOLA	29537711072	-		1.821,00	6.437,75	8.258,75
VALERIO VIEIRA DE SOUSA	29866301893	-		144,00	265,66	409,66
GISELDA TERESINHA MACHADO LOMANDO	29915961049	-		42,00	432,72	474,72
ASSIS FERREIRA HENRIQUES TEIXEIRA	30673062015	-		435,40	3.708,28	4.143,68
REGIS DA CUNHA BELEM	31559476087	-		47,00	581,01	628,01
JEFFERSON FIGUEIRO ARAUJO	35404280034	-		437,80	1.488,54	1.926,34
FRANCISCO EMILIO MACHADO DE LEMOS	36763586000	-		12,00	150,00	162,00
NORBERT EDUARD HESSELM	36821268053	-		797,77	1.502,65	2.300,42
ANDREA DOS SANTOS	38414899072	-		119,99	-	119,99
WALTER MORALES ARAGAO	38672839072	-		246,37	-	246,37
REINALDO SANTOS DE SOUZA	39054624000	-		3.453,63	4.463,34	7.916,97
PAULO ROBERTO DE SOUZA LOPES	39114961091	-		-	769,19	769,19
JOCELITO ZANATTA	39590089020	-		490,00	1.081,37	1.571,37
DIONISIO WESCHENFELDER	40977226034	-		2262,90	2612,79	4.875,69
MARCELO ALMEIDA BASTOS	43191479015	-		749,10	2.780,32	3.529,42
ENIO LUIZ MICHELETTTO	43475574004	-		-	100,00	100,00
STANISLAU ANTONIO LOPES	43620108072	-		1423,50	6.227,60	7.651,10
SERGIO CANTARELLI RADTKE	49059823087	-		313,00	5.594,97	5.907,97
LEO SILVA E SILVA	49070509091	-		339,00	1.495,93	1.834,93
SANDRO SOUZA FOCCHI	49795104004	-		290,40	-	290,40
LUIS AUGUSTO MAAG	50137476000	-		344,90	1.446,57	1.791,47
CESAR AUGUSTO MACIOROWSKI FERREIRA	50211390020	-		1783,00	1.897,35	3.680,35
NELSON JOSE DE ARAUJO	56899254034	-		539,00	4.623,51	5.162,51
SANDRO WEISSHAHN MULLER	58557008015	-		223,20	1.703,22	1.926,42
DARCI PIZZI	59543744068	-		95,00	1.012,97	1.107,97
VLADIMIR SILVA DE LIMA	61447315049	-		48,00	177,01	225,01
CLAUDIA FRANZ VASQUEZ	66695660000	-		1237,00	2.435,87	3.672,87
LUIZ FERNANDO SUHRE	67005055004	-		450,39	1.932,71	2.383,10
MAURICIO PEREIRA NEVES PRETTO	67770622034	-		169,43	-	169,43
CLODDIR OLIVEIRA DA SILVA	73744140059	-		525,88	257,26	783,14
MARCELO MATEUS TREVISAN	74579819004	-		470,00	6.305,28	6.775,28
ALEJANDRO NUNES SUAREZ	76343812091	-		48,00	80,00	128,00
PAULO HEERDT JUNIOR	76469867049	-		338,30	2.206,33	2.544,63
BEN HUR KUMMER BITTEN COURT	82053120010	-		34,00	227,00	261,00
ROBERTO RAMOS	90732847915	-		24,00	124,00	148,00
LUIS RENATO JASNIOWICZ	90961226072	-		94,00	-	94,00
LEANDRO OLIVIO NERVIS	94367507068	-		386,30	1.487,81	1.874,11
CESAR ALBERTO RUVER	95425241020	-		90,45	786,68	877,13
GEOVANE SCHUMACHER BRANDAO	96145560053	-		1362,70	3.167,15	4.529,85
ANDRE BOCORNY GUIDOTTI	96439270087	-		60,00	378,37	438,37
LEONEL VALMOR MUGGE	97385328091	-		48,00	339,36	387,36
FABRICIO LEITE ARENA	97634239020	-		354,00	3.005,87	3.359,87
CASSIANO RICARDO KERN COPETTI	98227874991	-		386,00	914,21	1.300,21
VINICIUS PICCIN DALBIANCO	99587262034	-		121,45	-	121,45
Total utilizado pela UG				32.880,06	146.948,00	179.828,06
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:				
Total utilizado pela UG						
Total utilizado pela UJ						

Fonte: SIAFI.

Quadro XLI – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	-	32.880,06	-	146.948,00	179.828,06
2010	-	188.037,87	-	50.673,57	238.711,44
2009	-	55.696,27	-	207.721,82	263.418,09

Fonte: SIAFI.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento

Quadro XLII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-021.998/2010-8	1774/2011 – 1ª Câmara	9.2	Determinação	OF. 307/2011-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL					-
Descrição da Deliberação:					
<i>“determinar ao Incra/RS que, no prazo de 30 (trinta) dias, reexamine a prestação de contas do convênio Siafi nº 507588 manifestando-se conclusivamente pela aprovação ou reprovação, e, neste último caso, instaure, se comprovada a ocorrência de dano ao erário, a devida tomada de contas especial”</i>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete e Div. Adm./Convênios					
Síntese da providência adotada:					
Foi solicitado prazo de 120 (cento e vinte) dias para emissão de parecer conclusivo, conforme OF/INCRA/G/RS/Nº 318/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Prorrogação de prazo por 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência do Acórdão 6161/2011 – TCU – 1ª Câmara, que finalizou em 14/12/2011. Em 14 de dezembro os membros representantes do INCRA/RS encaminharam parecer informando da impossibilidade de se produzir um relatório conjunto que expressasse a conclusão da totalidade dos membros da Comissão, devido a divergências de entendimento. Orientados a realizar o Relatório Final, mesmo que apenas por parte dos membros, estes o concluíram. Foi dada ciência ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Tarso Genro, da situação do convênio,					

oportunizando-lhe prazo para manifestação final sobre o processo. Em 27 de fevereiro de 2012 o Governo do Estado, através de seu Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. Carlos Pestana Neto, encaminhou novos documentos. Os membros do INCRA que compuseram a Comissão Intergovernamental novamente procederam á revisão dos documentos, manifestando-se conclusivamente sobre a análise contábil e financeira do convênio.

O Superintendente Regional deu a análise do convênio por encerrada, mantendo a “aprovação com ressalvas” da prestação de contas final, remetendo a decisão ao Tribunal de Contas da União para que, achando pertinente, manifestasse seu entendimento sobre a decisão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Dificuldade no atendimento às solicitações de documentação feitas à conveniente, bem como demora na designação dos membros do GT representantes do Governo do Estado.

Impossibilidade de produzir um relatório conjunto que expressasse a conclusão da totalidade dos membros da Comissão, devido a divergências de entendimento.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-021.998/2010-8	1774/2011 – 1ª Câmara	9.3	Alerta	OF. 307/2011- TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL					-
Descrição da Deliberação:					
<i>“9.3. alertar o Incra/RS quanto à ocorrência das seguintes impropriedades:</i> <i>9.3.1. realização de despesas do exercício de 2010 à conta de empenhos emitidos no exercício de 2009, descumprindo o disposto no art. 30 do Decreto nº 93.872/86;</i> <i>9.3.2. contratação por dispensa de licitação sem realização de prévia pesquisa de preços, em desacordo com o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993;</i> <i>9.3.3. insuficiente especificação de serviços e ausência de orçamento detalhado nas contratações por dispensa de licitação, descumprindo o art. 6º, IX, art 7º, caput, I e § 9º da Lei nº 8.666/1993;”</i>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete e Div. Administrativa					
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhada ao Gabinete e à DA, cópia do presente Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os procedimentos licitatórios estão mais adequadamente instruídos e elaborados. Demais fatores os quais se refere essa deliberação estão respondidos pontualmente nos quadro a baixo que trata das solicitações da auditoria interna/OCI					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve dificuldades na implantação das deliberações.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC-021.998/2010-8	1774/2011 – 1ª Câmara	9.4	Alerta	OF. 307/2011- TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL					-
Descrição da Deliberação:					
<i>"9.4. alertar ao Incra-Sede e ao Incra/RS que a recorrência da impropriedade a que se refere os itens 3.2.1.1 e 3.2.1.2 do Relatório de Auditoria da SFC poderá dar ensejo à responsabilização dos dirigentes máximos das unidades jurisdicionadas;"</i> RECOMENDAÇÃO: 001 Recomenda-se ao INCRA/RS que proceda aos ajustes porventura pendentes, em especial quanto às parcelas comprovadas dos convênios 595285 e 515506, bem como os ajustes especificados em sua manifestação a respeito dos convênios 512171 e 533242. RECOMENDAÇÃO: 002 Recomenda-se, ainda, que na hipótese de persistir a ausência de prestação de contas dos recursos transferidos por meio dos convênios 578829 e 585728, sejam aplicadas as penalidades previstas no artigo 56, § 2º, da Portaria Interministerial nº 127/2008, bem como do artigo 5º, § 1º, da Instrução Normativa STN nº 1/2007, qual seja a respectiva inscrição de inadimplência.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete e Div. Adm.					
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhada ao Gabinete e à DA, cópia do presente Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
O convênio 595285 (Assoc. dos Moradores Filhos de Sepé) foi analisado, aprovado e arquivado. O convênio 515506 (Movimento Ecumênico Palmares) refere-se a um convênio cujos trâmites possíveis já foram realizados. O convênio foi encaminhado para TCE e imediatamente arquivado em função do valor do débito ser abaixo do limite para julgamento do TCU. O Convênio se encontra na procuradoria jurídica para cobrança e atualização de valores. A conveniente e seus dirigentes figuram como inadimplentes, estando a					

ONG impedida de formalizar novos instrumentos.

O convênio 512171 (COPTec) foi analisado, aprovado e arquivado.

O convênio 533242 (ITERRA) vem sendo analisado em conjunto com os demais processos que compõe o passivo da SR.

O convênio 578829 (P M Tupanciretã) está sendo analisado pelo membro do GT-PASSIVO ZERO, Sr. Aloísio Buchele, o qual vem sistematicamente solicitando documentos à conveniente. Espera-se que com a reedição do GT para o ano de 2012 o convênio tenha a análise concluída.

O convênio 585728 (COOPAT) está sendo analisado pelo membro do GT-PASSIVO ZERO e servidor do Setor de Convênios. Diversos relatórios foram emitidos nos últimos meses, mas as respostas não tem sido satisfatórias, exigindo que o analista venha a solicitar novos documentos e esclarecimentos. Espera-se que ainda em 2012 o convênio tenha a análise concluída.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As Superintendências do INCRA, através de Determinação do INCRA/SEDE, criaram Grupos de Trabalho denominados “GT – Passivo Zero”, com o objetivo de eliminar o estoque de convênios vencidos e sem análise de prestação de contas final concluída. Para o ano de 2012 a referida Determinação já foi reeditada, e o novo Grupo de Trabalho formado.

Apesar dos esforços em se criar Grupo de Trabalho para análise das Prestações de Contas, essa medida não consegue suprir a defasagem de servidores do setor.

Quadro XLIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-021.998/2010-8	1774/2011 – 1ª Câmara	9.2	Determinação	OF. 307/2011-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL					
Descrição da Deliberação:					
<i>“determinar ao Incra/RS que, no prazo de 30 (trinta) dias, reexamine a prestação de contas do convênio Siagi nº 507588 manifestando-se conclusivamente pela aprovação ou reprovação, e, neste último caso, instaure, se comprovada a ocorrência de dano ao erário, a devida tomada de contas especial”</i>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete e Div. Adm/Convênios					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Impossibilidade de produzir um relatório conjunto que expressasse a conclusão da totalidade dos membros da Comissão, devido a divergências de entendimento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Apesar dessa dificuldade, buscando cumprir a prorrogação concedida através Acórdão 6161/2011 – TCU – 1ª Câmara, que dilatou o prazo de reexame em 120 (cento e vinte) dias, em 14 de dezembro os membros representantes do INCRA/RS encaminharam parecer informando da impossibilidade de se produzir um relatório conjunto que expressasse a conclusão da totalidade dos membros da Comissão, devido a divergências de entendimento. Orientados a realizar o Relatório Final, mesmo que apenas por parte dos membros, estes o concluíram. Foi dada ciência ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Tarso Genro, da situação do convênio, oportunizando-lhe prazo para manifestação final sobre o processo. Em 27 de fevereiro de 2012 o Governo do Estado, através de seu Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. Carlos Pestana Neto, encaminhou novos documentos. Os membros do INCRA que compuseram a Comissão Intergovernamental novamente procederam à revisão dos documentos, manifestando-se conclusivamente sobre a análise contábil e financeira do convênio. O Superintendente Regional deu a análise do convênio por encerrada, mantendo a “aprovação com ressalvas” da prestação de contas final, remetendo a decisão ao Tribunal de Contas da União para que, achando pertinente, manifestasse seu entendimento sobre a decisão.					

Quadro XLIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	246636	1.1.1.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1) <i>Recomenda-se ao INCRA/RS que busque junto ao Conveniente (Governo do Estado do RS) o cumprimento de sua parte em relação ao Grupo de Trabalho instituído, promovendo a inscrição de inadimplência no caso do não atendimento se tornar reiterado.</i> 2) <i>Recomenda-se, ainda, que em caso de permanência da mora do Estado em cumprir a sua parte, seja a respectiva prestação de contas reaberta, com arbitramento por parte do INCRA/RS dos valores que seriam devidos e cobrança dos mesmos junto àquela esfera governamental.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete e Divisão de Administração/Convênios			
Síntese da providência adotada:			
No início de 2011 os membros do Grupo de Trabalho instituído em outubro de 2010 foram trocados, permanecendo apenas os representantes da Superintendência Regional do INCRA-RS. Em 13/02/2011, data prevista para encerramento dos trabalhos, a Comissão ainda não estava totalmente composta. Essa demora, conforme foi justificado pelo Governo do Estado deu-se em função das conturbações motivadas pela troca de governo. Assim, foi solicitada nova prorrogação. Foi publicado em 16/08/2011 o Acórdão nº 6161/2011 – TCU -1ª Câmara, prorrogando em 120 dias o prazo estabelecido no item 9.2 “<i>determinar ao Incra/RS que (...), que reexamine a prestação de contas do convênio Siafi nº 507588 manifestando-se conclusivamente pela aprovação ou reprovação,(...).</i>” Assim fica determinado novo prazo para conclusão dos trabalhos da comissão. Em agosto de 2011 a Comissão já estava recomposta, com todos os membros indicados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Houve por parte da conveniente, maior esforço em promover a prestação de contas.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As providências são de difícil adoção tendo em vista se tratar de um convênio de 2004, onde houve neste período alternância de responsáveis pelo acompanhamento do processo de prestação de contas, e, por se tratar do Governo do Estado do RS, que requer um tratamento, politicamente diferenciado.

Apesar de maior atenção despendida pelo Governo do Estado, ao final do prazo de apresentação da análise da prestação de contas do convênio, não houve acordo entre os membros que representavam o INCRA e os membros que representavam o Estado, sendo necessário proceder à confecção de relatório apenas pelos integrantes do INCRA/RS.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	246636	2.1.1.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1) Recomenda-se ao INCRA/RS que, por ocasião do encerramento do exercício, proceda a uma depuração dos saldos existentes em empenhos a liquidar, de forma a inscrever em restos a pagar somente aqueles documentos que atendam aos dispositivos legais, evitando, em especial, que despesas de natureza continuada de competência de outros exercícios sejam liquidadas com esses recursos. 2) <i>Recomenda-se, ainda, que a Entidade gestione junto a sua setorial orçamentária no sentido de uma melhor programação das liberações, de forma a não concentrar a execução de boa parte de seu orçamento em uma determinada época (em especial ao final do ano).</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Contabilidade e Gabinete			
Síntese da providência adotada:			
1) Foi publicada portaria nº 36, de 08/12/2011, com fito de estabelecer procedimentos de depuração de saldos e inscrição em restos a pagar. 2) Foi encaminhado memorando nº 178/2011 (o qual reitera 146 de 16/06/2010) ao INCRA/Sede para conhecimento da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
1) Foram depurados os saldos dos empenhos, porém persistem situações que impedem a liquidação em alguns casos como: inadimplência fiscal ou falta de apresentação de documentos necessários do credor e atrasos no cronograma de execução de obras e serviços. 2) Não houve manifestação formal da setorial orçamentária (apesar de sabermos dos esforços que o Incra/Sede vem despendendo no planejamento de suas ações orçamentárias).			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os frequentes atrasos na descentralização de recursos financeiros, apesar de não impedir o processo de liquidação da despesa, comprometem o cumprimento dos cronogramas na medida em que descapitam os fornecedores. Quanto aos empenhos de crédito e instalação (os quais correspondem a maior parte dos valores apurados) o maior problema está relacionado à operacionalização do crédito, elaboração de projetos, abertura de contas bancárias e disponibilidade reduzida de financeiro.

2) Na maioria das vezes, o problema da concentração de execução orçamentária no final do ano, independe da setorial orçamentária, pois esta também recebe de forma concentrada (recursos) por parte do Tesouro Nacional.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	246636	3.2.1.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1)Recomenda-se ao INCRA/RS que proceda aos ajustes porventura pendentes, em especial quanto às parcelas comprovadas dos convênios 595285 e 515506, bem como os ajustes especificados em sua manifestação a respeito dos convênios 512171 e 533242. 2)Recomenda-se, ainda, que na hipótese de persistir a ausência de prestação de contas dos recursos transferidos por meio dos convênios 578829 e 585728, sejam aplicadas as penalidades previstas no artigo 56, § 2º, da Portaria Interministerial nº 127/2008, bem como do artigo 5º, § 1º, da Instrução Normativa STN nº 1/2007, qual seja a respectiva inscrição de inadimplência.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Convênios			
Síntese da providência adotada:			
1)Foram procedidos os ajustes necessários. 2) os convênios 595285, 515506 e 512171 estão encerrados com situação de “aprovados” no SIAFI. O convênio 533242 encontra-se em análise com situação de “a aprovar” no SIAFI. O convênio faz parte do estoque de convênios em situação de passivo desta Superintendência, para qual serão retomadas ações de saneamento através da reedição do projeto “Passivo Zero”, com a instituição de um novo grupo de trabalho através de Ordem de Serviço do superintendente regional. 3) as obras previstas nos convênios 578829 (Prefeitura de Tupanciretã) e 585728 (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes) já foram recebidas pelos asseguradores, com relatório e termo de aceitação já inseridos nos respectivos processos. Os processos estão no Setor de Convênios para finalização da análise da prestação de contas, pois compõem o passivo de análise já referido no item anterior e serão analisados em conjunto com os demais convênios.			

Síntese dos resultados obtidos

Está se buscando dinamizar a análise da prestação de contas dos convênios.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quanto fator positivo referimo-nos ao projeto “Passivo Zero”, criado a partir de Determinação do INCRA/SEDE. Esse projeto permitiu aumentar o número de servidores que realizam prestação de contas de convênios, diminuindo o passivo existente.

Apesar dessa iniciativa, se mantém a precariedade no número de servidores no setor de convênios, responsáveis pela análise da prestações de contas dos instrumentos. Os membros que compõem o Grupo de Trabalho e que não pertencem ao setor, não tem dedicação exclusiva ao GT, dividindo seu tempo entre a análise de convênios e suas demais atividades diárias.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	246636	3.2.1.2	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomenda-se ao INCRA/RS que gestione junto à sua Sede no sentido de obtenção de recursos humanos, mesmo que de forma transitória (força-tarefa), para colaborarem na diminuição do passivo de processos em situação de "a aprovar".</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado memorando nº 178/2011 (o qual reitera 146 de 16/06/2010) ao INCRA/Sede para conhecimento da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foram destacados dois servidores de outras SRs para auxiliar nas atividades de análise da prestação de contas			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foi reeditada Portaria, pelo INCRASEDE, determinando a criação de Grupos de Trabalho nas Superintendências Regionais, com o objetivo de dinamizar a análise de prestação de contas de convênios. A partir dessa determinação, foi editada na SR-11/RS Ordem de Serviço criando o Grupo.			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	09246	2.1.3.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos ao INCRA/RS que passe a utilizar os indicadores institucionais desenvolvidos pela sede da Entidade como instrumentos de apoio à gestão e, que nos casos de comprovada ausência de utilidade dos mesmos, diligencie junto à sede da Entidade para que sejam realizadas as devidas alterações ou complementações que tragam utilidade à esses indicadores.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado à presidência do INCRA, memorando nº 179, de 23/08/2011, com a referida recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
A SR11 aguarda orientações da sede.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Demora no retorno do INCRA/SEDE dos questionamentos realizados.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	09246	2.1.4.2	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que o INCRA/RS aprimore seu sistema de controles internos visando elidir as falhas apontadas. (RH, Patrimonial, Contábil, Convênios)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhada recomendação do gabinete da SR.11, para que as Divisões constituam instrumentos de controle interno visando o aprimoramento da gestão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Está sendo trabalhado nos setores mencionados, bem como em outros, o aprimoramento de controles internos, sendo que em alguns este controle já está sendo utilizado, como o caso do setor de convênios.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Apesar de estar obtendo alguns avanços nessa recomendação, a falta de servidores ainda é obstáculo para alcançar esse objetivo. O tempo para projetar e implantar sistemas de controles com qualidade exige dedicação, e as inúmeras demandas já suportadas pelo escasso número de servidores prejudica uma maior agilidade para alcançar esse objetivo.			
Ainda, como ponto negativo, faltam remunerações à título de funções gratificadas, o que dificulta a estruturação dos setores conforme Regimento Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	09246	2.1.5.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1) Recomendamos que o INCRA/RS reavalie os restos a pagar inscritos indevidamente e promova o cancelamento dos mesmos em caso de não enquadramento com as hipóteses previstas no art. 35 do Decreto 93.872. 2) Recomendamos que o INCRA/RS atenda ao Decreto n.º 93872/86 e às demais normas de execução orçamentária quando da realização de inscrições em restos a pagar. 3) Recomendamos que o INCRA/RS restrinja os empenhos à vigência dos créditos orçamentários.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Contabilidade			
Síntese da providência adotada:			
Quanto aos itens 1 e 2, Foi publicada portaria n° 36, de 08/12/2011, estabelecendo procedimentos de depuração de saldos e inscrição em restos a pagar. Quanto ao item 3, está sendo buscada adequação à recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os saldos foram depurados, e, foi juntado nos processos, documento que justifica a motivação para inscrição em restos a pagar.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os freqüentes atrasos na descentralização de recursos financeiros, apesar de não impedir o imediato processo de liquidação da despesa, comprometem o cumprimento dos cronogramas no médio prazo na medida em que descapitam os fornecedores. Quanto aos empenhos de crédito e instalação (os quais correspondem a maior parte dos valores apurados) o maior problema está relacionado a operacionalização do crédito, elaboração de projetos, abertura de contas bancárias e disponibilidade reduzida de financeiro. Além disso, as próprias descentralizações de recurso que se concentram no final do ano, tendem a aumentar as inscrições de restos a pagar.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	09246	2.1.6.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que o INCRA/RS tome as providências mencionadas em sua manifestação e mantenha a avaliação de seus imóveis atualizada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Serviço de Adm. e Serviços Gerais.			
Síntese da providência adotada:			
Foi providenciada a reavaliação do valor dos imóveis cadastrados no Spiunet, conforme o Sistema permitiu.			
Síntese dos resultados obtidos			
Imóveis reavaliados, conforme o sistema permitiu.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não foi possível a reavaliação de todos os imóveis cadastrados no Spiunet, tendo em vista, problemas no Sistema Spiunet, solicitamos providências da Secretaria do Patrimônio da União e estamos aguardando resposta desta.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	09246	2.1.7.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos que o INCRA/RS diligencie junto à sede da Entidade para recompor adequadamente seu quadro de pessoal.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Síntese da providência adotada:			
Foram encaminhados memorandos nº 177 e 178, de 23 e 24/08/2011, respectivamente à sede com a recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Estamos aguardando manifestação sobre o memorando enviado à Sede.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Infelizmente, a realização de novos concursos para recompor o quadro da Autarquia não está sobre a gerência apenas do INCRA, necessitando também de um entendimento da Casa Civil e Ministério do Planejamento.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	09246	2.1.8.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1) <i>Recomendamos que o INCRA/RS regularize a situação da entrega da declaração de bens e rendas dos servidores que exercem cargo comissionado ou função de confiança, conforme informado em sua manifestação.</i> 2) <i>Recomendamos ao INCRA/RS que aprimore os controles de sua unidade de pessoal relativos à apresentação de informações sobre bens e rendas dos servidores que exercem cargo comissionado ou função de confiança, atentando também para as exigências da Instrução Normativa TCU nº 65/2011, em especial seu art. 5º, referente a informações a serem enviadas ao Tribunal de Contas da União.</i>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Serviço de Desenvolvimento Humano			
Síntese da providência adotada:			
1) Foi realizada uma atualização nas pastas dos servidores e regularizada a situação da entrega da declaração de bens e renda. 2) Trimestralmente as pastas estão sendo revisadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Esses dados encontram-se atualizados			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve problemas para implantar esta providência.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	09246	2.1.9.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos ao INCRA/RS que inclua, em futuros editais, cláusula que estabeleça critérios de sustentabilidade ambiental em atendimento à IN SLTI nº 01/2010 e à Portaria SLTI nº 02/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como promova a capacitação de seus servidores e o aperfeiçoamento da gestão com o objetivo de aderir aos princípios insculpidos nas referidas normas.</i>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Div. de Administração/Serviço de Adm. e Serv. Gerais - Div. Desenv./Infraestrutura			
Síntese da providência adotada:			
Foi inserido em alguns editais, cláusula que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental em atendimento à IN SLTI nº 01/2010 e à Portaria SLTI nº 02/2010, como exemplo a aquisição de lona com material reciclável(Pregão 07/2011). Um servidor esta inscrito em um Congresso que tratará deste assunto.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi inserido em alguns editais, cláusula que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental em atendimento à IN SLTI nº 01/2010 e à Portaria SLTI nº 02/2010, como exemplo a aquisição de lona com material reciclável(Pregão 07/2011). Um servidor esta inscrito em um Congresso que tratará deste assunto.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não existe muitas ofertas de cursos para licitações sustentáveis e a legislação ainda é vaga e não foi elaborado nenhum manual orientando a adoção de tais procedimentos nas compras. Portanto a responsabilidade de adotar e justificar os critérios recai sobre o servidor que faz o projeto básico, e para a elaboração de um projeto básico prevendo critérios de sustentabilidade é necessário a busca de conhecimento e até mesmo a consulta ou contratação de profissionais adequados para auxiliar na elaboração, pois para fazermos uma boa compra devemos buscar a melhor especificação técnica que atenda ao usuário, que não restrinja a competitividade e agora também que apresente critérios de sustentabilidade. Estamos atentos as ofertas de cursos para capacitar nossos servidores para que cada vez mais utilizem critérios ambientais, principalmente no que diz respeito a vida útil de produtos/durabilidade, consumo de energia, desempenho, entre outros.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	09246	2.1.9.2	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos ao INCRA/RS que evite condições restritivas em seus editais de licitação, em especial quanto às referências aos artigos 3º e 17 da Lei Complementar nº 123, de 14/06/2006, tendo em vista a inexistência de base legal para essas restrições.</i>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Serv. Adm. e Serv. Gerais			
Síntese da providência adotada:			
A SR11 absteve-se de incluir condições restritivas sem base legal.			
Síntese dos resultados obtidos			
Editais sem restrições sem base legal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Falta uma sistemática de comunicação e divulgação de informações de atualizações acerca das alterações das bases legais que regem as contratações, bem como uma política permanente de capacitação para servidores públicos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	09246	2.1.9.4	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Considerando ao disposto na Lei 10.520, de 17/07/2002, as normas constantes do inciso II do § 2º, o § 4º, a responsabilidade imposta no § 6º do art. 7º, o caput do art. 8º e o § 2º do art. 40 da Lei 8.666/93 e, ainda, as determinações da Lei Complementar nº 123, de 14/06/2006, e do Decreto nº 2.171, de 07/07/1997, recomendamos a rescisão do referido contrato (serviços fotográficos) e a realização de nova licitação, caso esses serviços ainda sejam necessários, com o saneamento das falhas apontadas e atendimento a todas as exigências legais para este tipo de contratação.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Serv. Adm. e Serv. Gerais			
Síntese da providência adotada:			
A SR11 rescindiu o mencionado contrato e realizou nova licitação. O contrato citado extinguiu-se e foi realizada nova licitação. Alertamos que fizemos ampla pesquisa no comprasnet e nos acordos e dissídios coletivos de categorias similares como fotógrafos de redações, e concluímos que a unidade utilizada no mercado para este tipo de serviço é a diária. Informamos ainda que, nesta diária, não consta equipamentos e insumos, os quais foram fornecidos pelo INCRA.			
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>			
Atendida a solicitação da OCI			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A baixa demanda e a natureza específica desse serviço no setor público dificulta a confecção de termos de referência para esse tipo de serviço. Optamos por limitar o objeto apenas à contratação de mão de obra, fornecendo os demais insumos que normalmente compõem esse tipo de contratação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	09246	2.1.9.5	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos que o INCRA/RS evite cláusulas em editais que prejudiquem propósito competitivo da licitação e as vantagens dele advindas para o certame.</i>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Serv. Adm. e Serv. Gerais			
Síntese da providência adotada:			
A SR11 está evitando a inserção de cláusulas em editais que prejudiquem o propósito competitivo.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendidas as recomendações			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores que impediram a adoção da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	09246	2.2.2.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1) Recomendamos à Entidade que dimensione o setor de acompanhamento de convênios da Entidade de forma a cumprir o prazo previsto no art. 60 da Portaria Interministerial Nº 127, 29/05/2008, para aprovação das prestações de contas de convênios e instrumentos congêneres. 2) Recomendamos à Entidade que observe que, ao repassar recursos mediante convênio, está transferindo, à conveniente, a realização e a contabilização individualizada da despesa, mas não a responsabilidade pela regular aplicação dos valores transferidos, a qual permanece integralmente com a Concedente, na medida em que lhe compete avaliar as prestações de contas, aprovando as despesas realizadas ou glosando-as. Neste sentido, a Entidade, quando do acompanhamento da execução dos convênios e da análise das correspondentes prestações de contas, deve adotar procedimentos que garantam que as despesas apresentadas guardem relação com os objetivos específicos do acordo. 3) Recomendamos à Entidade que observe, particularmente, os seguintes aspectos previamente à aprovação das prestações de contas: a) A análise quanto às execuções física e financeira deve ser realizada de forma integrada, sendo verificada a contribuição e a necessidade de cada item de despesa para a consecução do objeto e para o efetivo atingimento dos objetivos almejados. b) A análise da execução físico-financeira deve ser realizada em comparação com os valores e metas previstos e as alterações posteriores, caso houver, sendo criticadas e questionadas as diferenças eventualmente constatadas 4) Em relação ao Convênio 702527/2008, especificamente, recomendamos à Entidade que adote imediatamente os procedimentos previstos no art. 56 da Portaria Interministerial Nº 127, de 29/05/2008, mais especificamente quanto ao que estabelece os parágrafos primeiro e segundo, uma vez que não houve, até o momento, a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados. 5) Recomendamos, ainda, no que concerne ao Convênio 702527/2008, que a Entidade, quando da análise da prestação de contas, realize criteriosos exames, relativamente à totalidade dos recursos transferidos, inclusive com a verificação da documentação comprobatória original da despesa, segundo os critérios citados nas recomendações anteriores, uma vez que os documentos já disponibilizados pela Conveniente não permitem a emissão de juízo sobre a regularidade da aplicação dos recursos repassados.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete-Divisão de Administração/Convênios	
Síntese da providência adotada:	
1) Os servidores responsáveis pelo acompanhamento dos convênios encontram-se orientados para o atendimento, mas, devido ao número reduzido de servidores frente ao passivo identificado, foram encaminhados à sede memorandos nº 177 e 178, com recomendação da CGU, no sentido de readequar a força de trabalho da SR11, que tem como um dos objetivos sanar este problema. 2) Serão realizadas reuniões internas com a participação dos asseguradores dos convênios e demais atuantes, visando melhorias nos procedimentos/ fluxos para melhor acompanhamento e execução dos convênios. Igualmente, verifica-se a necessidade de encontrar alternativas para transpor dificuldades impostas pelo SICONV. Nesse sentido pretende-se desenvolver uma série de procedimentos que visem melhorar tal panorama, acrescentando maior controle e qualidade à gestão. 3) Serão realizadas reuniões internas com a participação dos asseguradores dos convênios, visando melhorias nos procedimentos/ fluxos para melhor acompanhamento e execução dos convênios. Igualmente, verifica-se a necessidade de encontrar alternativas para transpor dificuldades impostas pelo SICONV. Deve-se ainda incluir que com referência a este item faz-se necessário estudar a adaptação/qualificação de instrumentos que permitam uma ação mais qualificada da Superintendência. 4) A conveniente foi oficiada para realizar o procedimento completo de “envio” da prestação de contas para análise. E o assegurador do convênio foi notificado para produzir relatório final de aceitação do objeto. 5) aguarda-se procedimento do assegurador e da conveniente, conforme item anterior. Na sequência serão realizadas as análises conforme recomendação acima.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhorias no processo de acompanhamento dos convênios, tanto em seus aspectos físicos quanto em seus aspectos financeiros.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O maior desafio para implantar essas melhorias, além do já mencionado problema de quadro reduzido de servidores, é a dificuldade de transpor os entraves impostos pelo SICONV. O sistema ainda não está totalmente finalizado, e as alterações constantes em seu funcionamento exigem servidores também constantemente capacitados. Além disso, não bastam apenas servidores do quadro do setor de convênios capacitados, e sim todos os envolvidos que trabalham com o sistema. Isso exige tempo e dedicação.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	09246	2.2.2.2	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos à Entidade que restrinja a celebração de convênios às situações que não sejam passíveis de licitação e que apresentem os pressupostos básicos para celebração.</i>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			-
Síntese da providência adotada:			
Esta entidade está restringindo a celebração de convênios às situações em que esteja configurada a reciprocidade de interesse dos entes e que resulte em economia de recursos públicos para execução das ações, além de atender aos demais princípios da administração pública.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendidas as recomendações			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve problemas para atendimento do recomendado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	09246	2.2.2.3	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos à Entidade que, nos convênios em que atue como concedente de recursos, observe que o Projeto, objeto da proposição, deve conter os elementos necessários para o pleno atendimento do disposto no inciso XX, do § 1º do art. 1 da Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008, que trata do Termo de Referência do Convênio.</i>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			-
Síntese da providência adotada:			
A superintendência orientou todos os servidores responsáveis pela elaboração de termos de referência para que observem ao contido na Portaria Interministerial nº 127, na forma recomendada pela CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendida as recomendações			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve problemas para atendimento do recomendado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	09246	3.1.2.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1)Recomendamos ao INCRA/RS que conclua a análise da prestação de contas do Convênio RS 7020/2007 (SIAFI 603284). 2)Recomendamos que o INCRA/RS passe a atender os prazos estabelecidos para análise de contas de convênios 3)Recomendamos que o INCRA/RS tome medidas junto à administração nacional do INCRA no sentido de ampliar a capacidade operacional da área responsável pelo acompanhamento de convênios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete-Divisão de Administração/Convênios			-
Síntese da providência adotada:			
1) Foi encaminhado ofício nº 496, de 11/07/2011, cópia anexa, à Prefeitura Municipal de Pontão, solicitando as devidas justificativas para algumas situações apontadas, o que possibilitaria a análise da prestação de contas. As mencionadas justificativas foram recebidas e encaminhadas à Divisão de Administração/convênios para análise da resposta e da prestação de contas. Na sequência o convênio terá sua Prestação de Contas analisada. 2 e 3) foram encaminhados à sede,memorandos nº 177 e 178, com recomendação dessa CGU, no sentido de readequar a força de trabalho da SR11, que tem como um dos objetivos sanar este problema.			
Síntese dos resultados obtidos			
Avanço na análise de prestação de contas do convênio RS/7020/2007			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As Superintendências do INCRA, através de Determinação do INCRA/SEDE, criaram Grupos de Trabalho denominados “GT – Passivo Zero”, com o objetivo de eliminar o estoque de convênios vencidos e sem análise de prestação de contas final concluída. Para o ano de 2012 a referida Determinação já foi reeditada, e o novo Grupo de Trabalho formado.

Apesar dos esforços em se criar Grupo de Trabalho para análise das Prestações de Contas, essa medida não consegue suprir a defasagem de servidores do setor.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	09246	3.2.2.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos ao INCRA/RS que, nas licitações para aquisição de combustíveis, atenda à restrição do art. 57 da Lei nº 8.666/93.</i>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Serv. Adm e Serv. Gerais			-
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado ofício nº 362, de 12/05/2011, informando da decisão desta Autarquia de manter o contrato até 31/12/2011, o que foi aceito, na análise do Controle Interno.			
Síntese dos resultados obtidos			
Este ano foi licitado combustível conforme indicado no art. 57, da lei 8.666/93.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve problemas para a implementação da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	09246	4.1.2.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1) Recomendamos à Entidade que observe atentamente as recomendações dos pareceres jurídicos da Procuradoria Federal Especializada-INCRA - Procuradoria Regional/RS sobre os processos a ela submetidos, justificando e evidenciando adequadamente, caso ocorra a impossibilidade de atendimento a orientações nele contidas. 2) Recomendamos à Entidade que submeta todos os processos de inexigibilidade à Procuradoria Federal Especializada-INCRA - Procuradoria Regional/RS, mesmo que esta já tenha se pronunciado, anteriormente, sobre processos com objeto análogo. 3) Recomendamos à Entidade que, nos processos de inexigibilidade de licitação, apresente justificativa do preço (Inciso III, do parágrafo único do Art. 26, da Lei 8.666/93), mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas, em conformidade com a Orientação Normativa da AGU nº 17. 4) Recomendamos à Entidade que, nos processos de inexigibilidade de licitação, descreva o objeto a ser adquirido de forma clara e objetiva, anexando prospectos do produto, fotos, ou outros subsídios cabíveis e mantenha a mesma descrição em todas as menções existentes no processo ao objeto da aquisição, inclusive nas publicações no Diário Oficial da União.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração/Serv. Adm e Serv. Gerais			-

Síntese da providência adotada:
1) Estamos atentando às recomendações da PFE. 2) Submeter todos os processos de inexigibilidade à PFE. 3) Passamos a encaminhar e-mails aos fornecedores solicitando preços praticados junto a outros órgãos e empresas privadas. 4) O Relatório de Auditoria nº 201109246, da Gestão 2010, foi encaminhado, por e-mail, a todos os chefes e servidores da SR11/RS, envolvidos com as matérias nele tratadas, para conhecimento e atendimento às recomendações.
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>
Atendidas as recomendações da OCI
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Quanto ao item 3, encontramos dificuldade na resposta, pois os fornecedores contatados alegam o “sigilo da atividade” quando são solicitados estes preços praticados.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	09246	5.1.2.1	Ofício 22291/2011/GAB/CGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO SUL			-
Descrição da Recomendação:			
1)Recomenda-se ao INCRA/RS que busque junto ao Conveniente (Governo do Estado do Rio Grande do Sul) o cumprimento de sua parte em relação ao Grupo de Trabalho instituído, promovendo a inscrição de inadimplência no caso de o não atendimento se tornar reiterado. 2)Recomendamos, ainda, que, em caso de permanência da mora do Estado em cumprir a sua parte, seja realizado, por parte do INCRA/RS, o arbitramento dos valores devidos e a cobrança dos mesmos junto àquela esfera governamental.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			-
Síntese da providência adotada:			
No início de 2011 os membros do Grupo de Trabalho instituído em outubro de 2010 foram trocados, permanecendo apenas os representantes da Superintendência Regional do INCRA-RS. Em 13/02/2011, data prevista para encerramento dos trabalhos, a Comissão ainda não estava totalmente composta. Essa demora, conforme foi justificado pelo Governo do Estado deu-se em função das conturbações motivadas pela troca de governo. Assim, foi solicitada nova prorrogação. Foi publicado em 16/08/2011 o Acórdão nº 6161/2011 – TCU -1ª Câmara, prorrogando em 120 dias o prazo estabelecido no item 9.2 “determinar ao Incra/RS que (...),que reexamine a prestação de contas do convênio Siafi nº 507588 manifestando-se conclusivamente pela aprovação ou reprovação,(...)”. Assim fica determinado novo prazo para conclusão dos trabalhos da comissão. Em agosto de 2011 a Comissão já estava recomposta, com todos os membros indicados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Houve por parte da conveniente, maior esforço em promover a prestação de contas.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
--

As providências são de difícil adoção tendo em vista se tratar de um convênio de 2004, onde houve neste período alternância de responsáveis pelo acompanhamento do processo de prestação de contas, e, por se tratar do Governo do Estado do RS, que requer um tratamento, politicamente diferenciado.
--

Apesar de maior atenção despendida pelo Governo do Estado, ao final do prazo de apresentação da análise da prestação de contas do convênio, não houve acordo entre os membros que representavam o INCRA e os membros que representavam o Estado, sendo necessário proceder à confecção de relatório apenas pelos integrantes do INCRA/RS.

Quadro XLV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício¹⁸

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

¹⁸ Não há informações a serem fornecidas pela UJ

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro XLVI – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.3.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos neste caso de alteração da modalidade de licitação que a SR não deixe de observar as formalidades/procedimentos para a nova contratação.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Instituiu-se que o servidor que registra as informações no SIDEC passe também a fazer um acompanhamento/conferência dos procedimentos licitatórios de forma a evitar a não formalização destes procedimentos nos processos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Estes resultados ainda precisam ser melhor avaliados, porém já verificou-se que muitos procedimentos errôneos foram evitados graças a conferência deste servidor.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A carência de reposição do quadro de servidores públicos impede que mais ações deste tipo sejam implementadas. A sobrecarga de tarefas limita o tempo necessário para as conferências de procedimentos e isto acaba comprometendo o correto encaminhamento dos processos.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.4
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos a elaboração de relatório de acompanhamento e fiscalização com registro das ocorrências.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Foi anexado relatório de acompanhamento do servidor (gestor do contrato), à folha 175 do processo, onde o mesmo justifica que as faltas se referem a necessidades de serviço dos servidores não participantes. Alertamos ao servidor (operador do SIAFI) para que atente aos Incisos do Art. 24 da Lei 8666/93, constantes na informação para empenho.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram atendidas as recomendações.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A sobrecarga de tarefas (ocasionada pela carência de reposição do quadro de servidores públicos) limita o tempo necessário para as conferências de procedimentos e isto acaba comprometendo o correto encaminhamento dos processos.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.5.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que seja realizado novo processo licitatório.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Estamos encerrando o contrato com a empresa citada e, já está em andamento novo processo licitatório para tal contratação. (Pregão 20/2011 prevista para ocorrer no dia 06/01/2012).	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram acatadas as recomendações e modificada a cláusula que tratava da Portaria/MP/Nº 265/2001.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para o atendimento das recomendações.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.5.2
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos para os próximos contratos que a Procuradoria Regional do estado se manifeste quanto à aprovação das minutas e chancela os contratos.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Foi repassada a presente recomendação para que a Procuradoria Regional se manifeste quanto às minutas de contrato e convênio a ser celebrado com a Superintendência Regional.	
Síntese dos resultados obtidos	
Maior diálogo com a Procuradoria Regional, que passou a compor junto com a Divisão administrativa o debate sobre procedimento licitatório e documentação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O problema apontado gerou consequências positivas na Superintendência Regional, que passou a debater com a Procuradoria Regional as bases legais de licitações e contratos.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.6
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos o cumprimento do Decreto 5.450, de 31/5/05, podendo ser realizada duas licitações na modalidade pregão: uma para manutenção de veículos (mão-de-obra) e outra para fornecimento das peças.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Foi realizado Pregão, conforme o Decreto 5.450 de 31/05/2005 para a contratação deste serviço.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram atendidas as recomendações.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para o atendimento das recomendações.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.6.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que concluídos os trabalhos da comissão seja encaminhado o Relatório Final para a Auditoria Interna para conhecimento e acompanhamento da situação.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Comissão de Sindicância	
Síntese das providências adotadas	
Encaminhamos o relatório final da comissão em 22/12/2011.	
O processo encontra-se na carga da AGU, pois a empresa contratada, após propor ressarcimento do veículo, voltou atrás e está recorrendo na esfera judiciária.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi atendida a recomendação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problema para o atendimento da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.7.3
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Inera no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos atenção à instrução dos processos e procedimentos.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. De Administração	
Síntese das providências adotadas	
Estas situações ocorrem devido à utilização de arquivos tipo "mala direta" que induzem a erros por contar informações pré-existent. Alertamos a Setorial Contábil da SR para que atente quanto à fidedignidade de suas informações, descrevendo corretamente os dados referentes a empenhos e pagamentos efetuados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhorias nos procedimentos administrativos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problema para o atendimento da recomendações.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.8.3
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos atenção às formalidades processuais.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. De Administração	
Síntese das providências adotadas	
Estas situações ocorrem devido à utilização de arquivos tipo "mala direta" que induzem a erros por contar informações pré-existent. Alertamos a Setorial Contábil da SR para que atente quanto à fidedignidade de suas informações, descrevendo corretamente os dados referentes a empenhos e pagamentos efetuados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhorias nos procedimentos administrativos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para o atendimento das recomendações.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.9
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que os comprovantes da garantia dos contratos constem nos autos.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Dos processos analisados, e dispostos à folha 04 do Relatório da Auditoria, apenas o referente a empresa Brondani Mecânica tem previsão de garantia no instrumento convocatório (conforme facultado pelo Art. 56, caput, da Lei 8.666/93) e este comprovante se encontra na folha 440 do referido processo desta empresa.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Auditoria Interna considerou satisfatórias as explicações fornecidas pela Superintendência Regional.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve necessidade de adoção de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.9
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>É necessária a realização de estudos que possibilitem uma maior concentração de esforços, por parte dos setores competentes, no sentido de que as prestações de contas dos convênios oriundos da IN/STN/nº 01/97 tenham prioridade em suas respectivas análises, de forma a acelerar a continuidade das ações visando à redução do passivo ainda existente na situação de "A Aprovar".</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
A SR11 tem reiteradamente solicitado à Direção de Brasília um posicionamento acerca do envio de RH para reforçar o quadro de analistas de prestações de contas. Porém, as solicitações de envio de uma força de trabalho temporária para auxiliar nas análises não tem sido atendida, estando a SR desamparada nesse sentido. Por outro lado, o GT-Passivo Zero, composto por servidores exclusivos da SR, tem conseguido reduzir o estoque de convênios da IN/STN/nº 01/97 em situação "a aprovar". Considerando a projeção na redução do passivo, espera-se que este venha a ser superado até junho de 2012. Em relação à metodologia, informamos que foi implementada a análise "in loco" dos documentos na sede das convenentes. A metodologia se origina de uma experiência realizada no primeiro GT-Passivo Zero e que se mostrou eficiente na redução do tempo de espera nas respostas da convenente, além de possibilitar sua análise de maneira "assistida" e facilitar o entendimento das dificuldades ou solicitações realizadas pelas partes.	
Síntese dos resultados obtidos	
Redução do estoque de convênios a partir da criação do GT – Passivo Zero	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A metodologia adotada de análise "in loco" dos convênios, apesar de agilizar a análise da prestação de contas, exige o deslocamento de servidores para os locais das sedes das convenentes, o que aumenta o tempo despendido para análise dos convênios.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	2.2.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que sejam envidados esforços no sentido de regularizar a situação dos convênios que se encontram com prestações de contas vencidas no âmbito do Siconv.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete/Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Constatamos que as convenientes têm apresentado sérias dificuldades em prestar contas no SICONV. Parte destas dificuldades se deve à falta de capacidade operacional de algumas convenientes, especialmente na execução da tarefa de registro dos documentos de liquidação (NF, recibos, RPAs, etc) e pagamentos no SICONV. Por outro lado, o sistema é relativamente recente e tem, com frequência, apresentado “bugs” e problemas operacionais típicos de um sistema em implementação. No início do ano de 2011, como alternativa para driblar esse problema e manter o acompanhamento dos gastos realizados nos convênio, optou-se em manter a prestação de contas parcial conforme IN nº 01/97. Porém, a partir de um entendimento debatido quando do advento do Decreto nº 7592/2011 de 28 de outubro de 2001, o qual determinava “a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto no 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras providências”, iniciou-se um esforço na Superintendência de exigir a prestação de contas dos convênios via SICONV.	
Síntese dos resultados obtidos	
Espera-se que, a partir de 2012, todos os convênios inseridos no SICONV estejam regulares quanto ao registro das despesas realizadas.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A capacitação das convenientes exigirá disponibilidade de servidores da Autarquia, e como já é sabido, esse quadro encontra-se defasado. Além disso, a análise documental via SICONV, unido aos entraves do sistema, é um processo demorado e que exige capacitação constante.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	3.1.2
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos o cumprimento das rotinas dispostas na IN/Nº 02/MPOG/SLTI/2008 no que concerne ao acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Notificamos os fiscais de contratos da Superintendência (através do Memo/SR11/DA Nº 334/2011) para que observem rigorosamente o disposto nos Art. 31, 34 e no Anexo IV da IN citada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi atendida a recomendação	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Faz-se necessária a capacitação permanente dos fiscais de contrato e, como esta função na Superintendência é exercida de forma acumulada com outras tarefas dos servidores, há dificuldades de conciliação de tempo para estas tarefas.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	3.1.2.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que a SR avalie a oportunidade de realização de investimentos em eventos de capacitação que contemplem as atuais necessidades dos servidores que atuam direta e indiretamente na gestão de contratos administrativos, especialmente quanto aos requisitos e obrigações estabelecidas nas IN/MPOG/SLTI/Nº 02/2008 e IN/MPOG/SLTI/Nº 3/2009.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
As restrições orçamentárias impostas pelo Decreto nº 7.446, de 01/02/11 e pelo MEMO/INCRA/103/DA – CIRCULAR impediram tais investimentos. Estamos planejando para 2012 a capacitação de todos os servidores que atuam na gestão/fiscalização de contratos administrativos. A SR11 estuda com a ESAF/RS um curso “in company” para capacitações destes servidores.	
Síntese dos resultados obtidos	
Aguarda-se a disponibilidade da ESAF/RS para a execução deste curso.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
As restrições orçamentárias estão fora da gerência da Superintendência Regional, que busca informar a Presidência do INCRA quanto às suas necessidades de capacitação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	3.1.3.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos nos termos da IN/nº 03/MPOG/SLTI/2009, caso ainda não existam as contas bancárias vinculadas, que sejam adotadas medidas visando seu cumprimento.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Aguardando Termo de Cooperação com o Banco do Brasil. Desde outubro de 2009 todos os editais de contratação de serviços de mão de obra terceirizada já contêm previsão de implantação das contas. Tão logo elas puderem ser abertas, já poderão ser implantadas inclusive nos contratos vigentes (desde out/2009).	
Síntese dos resultados obtidos	
A Diretoria de Administração do INCRA, em Brasília, está negociando com o Banco do Brasil para adoção (em nível nacional) de um convênio de operacionalização destas contas.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Esta providência aguarda a definição da Autarquia, em nível nacional.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	3.1.3.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que seja verificada a divergência entre os números da conta bancária da contratada.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
A empresa contratada possuía duas contas correntes (BB e Caixa Econ. Federal). A partir de abril de 2010 alterou a informação de pagamento de sua NF da Caixa Federal para o BB, porém o operador do SIAFI não observou esta alteração e, como não houve reclamação da empresa, continuou-se pagando nesta conta. A partir de janeiro de 2011 foi corrigida esta informação e passou-se a pagar na conta do BB. Foi alertado o servidor (operador do SIAFI) para que atente para as informações de pagamento constantes nas NF's.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi atendida a recomendação	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problema para o atendimento da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	3.1.3.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que seja justificado e/ou providenciado a assinatura nos cartões de ponto pelo supervisor.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Div. de Administração	
Síntese das providências adotadas	
A assinatura referenciada diz respeito a controle interno da própria empresa contratada e não ao necessário controle de frequência (por parte do assegurado do INCRA/RS). Informamos que se trata de cópias de folhas do livro ponto da própria empresa e que só serão assinados pelo supervisor (da empresa) quando retornarem a esta, após o final do mês. Ao fiscal do contrato, por parte do Incra, cabe o controle da frequência diária nos postos contratados. De qualquer forma, solicitamos à empresa contratada que passe a observar esta assinatura (de seu supervisor) quando enviar cópias do livro ponto para recebimento da fatura mensal.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi atendida a recomendação	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para atendimento da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	03/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1.2
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 212/2011-AUD/13-05-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos a adoção de medidas e providências que possibilitem um melhor planejamento das ações da Autarquia, de forma a evitar tal ocorrência, uma vez que, se as atividades operacionais forem iniciadas nos primeiros meses do exercício, o risco da inscrição de despesas em restos a pagar sofrerá conseqüente diminuição.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete	
Síntese das providências adotadas	
Quanto ao controle contábil dos Restos a Pagar. A SR11 emitiu a Portaria nº 36 de 08/12/2011 para estabelecer procedimentos de depuração de saldos e inscrição em restos a pagar.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi atendida a recomendação	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para atendimento da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	26/2011
Data do Relatório de Auditoria	Dez/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.1
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 630/2011-AUD/09-12-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que nos contratos, convênios, termos de parcerias ou termos de cooperação técnica referentes à infraestrutura constem o numero de famílias atendidas, bem como o quantitativo específico das obras.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete/Div. de Desenvolvimento.	
Síntese das providências adotadas	
Foi encaminhada cópia do Relatório a todos os chefes de divisão para conhecimento da recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Será observada a recomendação nos próximos instrumentos firmados referentes à infraestrutura.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para atendimento da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	26/2011
Data do Relatório de Auditoria	Dez/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.2
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 630/2011-AUD/09-12-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que nos Termos de Recebimento ou de Aceitação conste o quantitativo das obras que estão sendo aceitas ou recebidas.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete/Div. de Desenvolvimento.	
Síntese das providências adotadas	
Foi encaminhada cópia do Relatório a todos os chefes de divisão para conhecimento da recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Será observada a recomendação nos próximos instrumentos firmados referentes à infraestrutura.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para atendimento da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	26/2011
Data do Relatório de Auditoria	Dez/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.3
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 630/2011-AUD/09-12-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Recomendamos que quando houver quaisquer alterações no quantitativo de obras conste no próprio Termo Aditivo que vier a ser celebrado e não no plano de trabalho, que traz o cronograma físico-financeiro.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete/Div. de Desenvolvimento.	
Síntese das providências adotadas	
Foi encaminhada cópia do Relatório a todos os chefes de divisão para conhecimento da recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Será observada a recomendação nos próximos instrumentos firmados referentes à infraestrutura.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para atendimento da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	26/2011
Data do Relatório de Auditoria	Dez/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.4
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 630/2011-AUD/09-12-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Os processos devem ter folhas numeradas sequencialmente e cada volume deve ter 200 folhas. Este número pode ficar um pouco aquém ou um pouco além. Isto vai depender do último documento que será juntado ao processo. Deve-se, também, trocar as capas quando vierem a ficar inutilizadas.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete/Div. de Desenvolvimento.	
Síntese das providências adotadas	
Foi encaminhada cópia do Relatório a todos os chefes de divisão para conhecimento da recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhorias na organização processual da Autarquia.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para atendimento da recomendação.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	26/2011
Data do Relatório de Auditoria	Dez/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.5
Comunicação Expedida/Data	Mem. nº 630/2011-AUD/09-12-2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	<i>Cada volume deve ser encerrado antes de iniciar outro. O encerramento deve ser feito por meio de um Termo de Encerramento, colocando o número de folhas. O próximo volume também deve ter um Termo de Abertura. Deve-se abrir um processo para cada assunto e não mais que um.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete/Div. de Desenvolvimento.	
Síntese das providências adotadas	
Foi encaminhada cópia do Relatório a todos os chefes de divisão para conhecimento da recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhorias na organização processual da Autarquia.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas para atendimento da recomendação.	

Quadro XLVII – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência¹⁹

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

¹⁹ Não há informações a serem fornecidas pela UJ

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Quadro XLVIII – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	373072		
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Porto Alegre/RS		30 de Março de 2012	
ORIGINAL ASSINADO NELSON FERREIRA DE SOUZA		CRC n° 24.535/RS	

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO		
SUBTÍTULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G. DO SUL INCRÁ/S 1.1				MISSÃO 29/03/2012		PÁGINA 1		
ORÇAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO								
RECEITA					DESPESA				
TIPO DE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU DÉFICIT INICIAL DE ARRECAÇÃO	TIPO DE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	41.436.934,98	31.111.514,44	-10.325.420,54
					DESPESAS CORRENTES	0,00	13.831.139,16	13.511.618,76	-319.520,40
					PERSONAL E ENCARGOS SOC	0,00	51.146,77	51.146,77	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	13.779.992,39	13.460.471,99	-319.520,40
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	27.605.795,82	17.589.695,68	-10.005.900,14
					INVESTIMENTOS	0,00	4.921.317,69	4.919.418,69	-2.898,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	22.684.478,13	12.681.476,99	-10.003.001,14
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	41.436.934,98	31.111.514,44	-10.325.420,54
TOTAL					TOTAL	0,00	41.436.934,98	31.111.514,44	-10.325.420,54
DÉFICIT TOTAL	0,00	0,00	31.111.514,44	-31.111.514,44	SUPERÁVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	31.111.514,44	-31.111.514,44	TOTAL GERAL	0,00	41.436.934,98	31.111.514,44	-10.325.420,54

Fonte: SIAFI.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G. DO SUL-INCRASR-11
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	2011
MES	DEZ (FECHADO)
EMIÇÃO	30/03/2012
PÁGINA	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	92.861,86	1.744.205,75	DESPESAS CORRENTES	13.511.618,76	13.666.910,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-92.861,86	1.744.205,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.198,77	2.815,80
RECEITA CAP. ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.024.816,68	13.113.732,86
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-205,41	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	657.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	11.040.172,27	8.858.488,15	OUTRAS DESPESAS	12.367.816,68	12.113.732,86
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	10.182.280,27	7.900.549,32	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	435.655,31	550.362,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	10.182.280,26	7.900.549,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	435.655,31	550.362,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	10.182.280,26	7.900.549,32	DESPESAS DE CAPITAL	17.595.895,68	25.193.879,76
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,01	0,01	INVESTIMENTOS	4.918.418,69	12.818.290,90
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	857.892,00	957.938,82	INVERSOES FINANCEIRAS	12.681.476,99	12.375.588,86
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	857.892,00	957.528,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	3.250.348,34	4.591.611,17
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	857.892,00	957.528,00	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	0,01	0,01
TRANS-FR-VENCIM. DIVERSAS RECEBIDAS	0,01	410,82	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,01	0,01
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	142.045.173,58	169.624.082,27	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.250.348,33	4.591.611,16
VALORES EM CIRCULAÇÃO	56.745.454,54	49.431.580,66	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	3.157.485,47	2.847.200,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	56.745.454,54	49.431.580,66	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2.800.000,00	50.060,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,01	0,01	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	357.485,47	2.797.260,00
VALORES DIFERIDOS	0,01	0,01	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	92.861,86	1.744.411,16
DEPÓSITOS	0,00	137.309,44	DESPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	118.816.344,93	136.774.169,17
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	137.309,44	VALORES EM CIRCULAÇÃO	41.205.689,65	56.745.454,54
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	43.774.607,46	63.047.739,04	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	41.205.689,65	56.745.454,54
FORNECEDORES	1.593.753,20	7.026.550,88	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,01	0,01
DO EXERCÍCIO	3.640,00	5.153.501,47	VALORES DIFERIDOS	0,01	0,01
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.479,58	307.019,29	DEPÓSITOS	137.309,44	0,00
CONVÊNIOS A PAGAR	224.761,57	240.000,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	137.309,44	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	1.360.872,04	1.326.030,12	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	56.608.133,79	49.431.569,35
RESTOS A PAGAR	42.074.561,90	55.920.743,88	FORNECIDORES	7.026.550,88	653.509,12
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	39.670.024,98	49.431.638,63	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.460.520,76	1.005,00
CANCELADO	2.404.536,32	6.489.105,25	CONVÊNIOS A PAGAR	240.000,00	276.294,00
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	89.600,00	121.600,00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	1.326.030,12	376.210,12
EM CONTRATOS	89.600,00	121.600,00	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	49.431.638,63	48.767.451,91
VALORES EM TRANSITO	21.692,96	28.344,28	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	121.600,00	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	41.520.111,57	55.957.953,12	EM CONTRATOS	121.600,00	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	41.101.345,14	55.679.658,90	VALORES EM TRANSITO	28.344,28	10.608,32
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	41.101.345,14	55.679.658,90	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	20.865.212,04	30.594.978,69
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	418.766,43	278.294,22	BAIXA DE DIREITOS	20.865.212,04	30.594.978,69
EXERCÍCIOS ANTERIORES	418.766,43	278.294,22	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	20.865.212,04	30.594.978,69
			AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	2.166,58
			ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00	2.166,58
INGRESSOS	153.178.207,71	180.226.570,76	DISPÊNDIOS	153.178.207,71	180.226.570,76

Fonte: SIAFI.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
MISSÃO 29/03/2012	PÁGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	-41.205.689,65	-56.745.454,54
			CREDITOS A RECEBER	-41.205.689,65	-56.745.454,54
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-41.205.689,65	-56.745.454,54
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULAÇÃO DE PAGAMENT	-104.344,51	-65.795,64
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-41.101.345,14	-56.679.658,90
			DEPÓSITOS	0,00	137.309,44
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	137.309,44
			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	41.375.071,14	56.608.133,79
			OBRIGAÇÕES A PAGAR	41.263.778,18	56.458.189,51
			FORNECEDORES	1.541.751,20	2.026.550,88
			DO EXERCÍCIO	3.640,00	5.152.501,42
			DO EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.479,58	307.018,29
			CONVENIOS A PAGAR	224.761,57	240.000,00
			TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.360.872,04	1.326.030,12
			RESTOS A PAGAR	39.670.024,98	49.431.638,63
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	39.670.024,98	49.431.638,63
			CREDORES DIVERSOS	89.600,00	121.600,00
			OUTROS CREDORES	89.600,00	121.600,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	21.692,96	28.344,28
			SAQUE POR CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	21.692,96	28.344,28
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	0,01	0,01
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	0,01	0,01
			SUPERÁVIT/DEFEIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	-169.381,50	11,30
			DISPONIBILIDADES P/CONTIN. DE RECURSOS	-41.201.776,63	-56.674.647,59
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	41.101.345,14	56.679.658,90
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	41.101.345,14	56.679.658,90
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-0,01	-0,01
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEB	-0,01	-0,01
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G. DO SUL - INCRA/SR-11-
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2011	MES DEZ (FECHADO)
EMISSÃO 29/01/2012	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	41.205.689,65	56.745.454,54	PASSIVO FINANCEIRO	41.375.071,15	56.745.443,24
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	41.205.689,65	56.745.454,54	DÉPOSITOS	0,00	137.309,44
LIMITE DE SAQUE C/VINC. DE PAGAMENTO	104.344,51	65.795,64	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	137.309,44
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DO RP	41.101.345,14	56.679.658,90	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	41.375.071,14	56.608.133,79
ATIVO NÃO FINANCEIRO	237.734.805,67	204.387.573,39	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.593.753,20	7.026.550,88
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	-18.231.378,57	-40.063.637,75	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	3.640,00	5.153.501,47
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-18.423.675,87	-42.344.767,17	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	4.479,59	307.019,29
RECURSOS A RECEBER PARA PAGTO DE RP-RETIFIC	-41.101.345,14	-56.679.658,90	CONVÊNIOS A PAGAR	224.761,57	240.000,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	293.593,15	251.593,15	LICITAÇÕES SOCIAIS A RECEBER	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	22.394.075,12	14.041.298,58	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	1.360.872,04	1.325.039,12
BIENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	182.297,30	2.281.129,42	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	38.670.024,98	49.431.638,63
ESTOQUES	182.297,30	158.148,02	A LIQUIDAR	35.670.024,98	49.431.638,63
TÍTULOS E VALORES	0,00	2.122.581,40	CRÉDITOS DIVERSOS	89.600,00	121.600,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	222.742.790,20	226.129.408,80	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	21.692,96	28.344,48
DEPOSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	34.242,34	34.242,34	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,01	0,01
DEPOSITOS COMPULSORIOS	34.242,34	34.242,34	VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,01	0,01
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	232.708.547,86	226.105.166,46	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	-35.669.698,45	-49.431.638,63
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	70.400.579,58	65.920.170,59	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	-35.669.698,45	-49.431.638,63
CRÉDITOS A RECEBER	162.307.977,27	160.184.995,87	TORNANTES A PAGAR	326,53	0,00
PERMANENTE	23.223.394,04	18.312.202,34	ENCARGOS SOCIAIS A RECEBER	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	3.369,46	3.369,46	RELIQUAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	-38.670.024,98	-49.431.638,63
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	3.369,46	3.369,46	PASSIVO REAL	-1.705.372,70	7.313.804,61
IMOBILIZADO	23.223.964,15	18.302.772,49	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	277.235.122,62	253.819.623,32
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	23.273.165,22	18.319.432,72	PATRIMÔNIO/CAPITAL	253.807.030,13	244.723.169,75
DEPRECIACÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES	-159.201,03	-15.660,23	PATRIMÔNIO	253.807.030,13	244.723.169,75
INTANGÍVEL	6.060,39	6.060,39	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.899,45	0,00
ATIVO REAL	278.540.495,32	261.133.427,93	RESERVAS	12.553,19	12.553,19
ATIVO COMPENSADO	203.372.774,15	95.872.523,22	RESULTADO DO PERÍODO	23.408.599,85	9.083.840,38
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	203.372.774,15	95.872.523,22	SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	278.940.495,32	261.133.427,93
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.014.786,98	1.316.296,84	SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-255.531.895,47	-252.049.587,55
GARANTIAS DE VALORES	4.441.876,06	4.441.876,06	PASSIVO COMPENSADO	203.372.774,15	95.872.523,22
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	163.342.869,19	81.210.668,66	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	203.372.774,15	95.872.523,22
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7.930.720,40	8.903.681,66	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	1.014.786,98	1.316.296,84
OUTRAS COMPENSAÇÕES	6.642.521,52	0,00	VALORES EM GARANTIA	4.441.876,06	4.441.876,06
ATIVO	482.313.269,47	357.005.951,15	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	163.342.869,19	81.210.668,66
			DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7.930.720,40	8.903.681,66
			COMPENSAÇÕES DIVERSAS	6.642.521,52	0,00
			PASSIVO	482.313.269,47	357.005.951,15

Fonte: SIAFI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	3730/23/201 SUPERINTENDÊNCIA DO R.G.D.O SUL LINDA/SUL 13
ORÇAO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 29/03/2012	PAGINA 1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
ORÇAMENTARIAS	36.689.445,01	44.309.187,52	ORÇAMENTARIAS	31.291.174,50	39.115.071,42
RECEITAS CORRENTES	92.861,86	1.744.205,75	DESPESAS CORRENTES	13.511.618,76	13.666.910,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.861,86	1.744.205,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.146,77	2.815,80
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-205,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.024.816,68	13.111.732,86
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	10.182.280,27	7.900.549,32	DESPESA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	435.655,31	550.362,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.182.280,27	7.900.549,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	435.655,31	550.362,00
SUB-REFASSE RECEBIDO	10.182.280,26	7.900.549,32	DESPESAS DE CAPITAL	17.599.895,68	25.193.879,76
VALORES DIFERIDOS - BILAXA	0,01	0,01	INVESTIMENTOS	4.918.410,69	12.818.290,90
MUTACOES ATIVAS	26.614.302,88	34.664.631,85	INVERSOES FINANCEIRAS	12.681.476,99	12.375.588,86
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	9.499.647,06	9.156.556,62	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,01	0,01
AQUISIÇÕES DE BENS	6.423.450,02	5.858.213,63	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,01	0,01
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	3.076.197,04	3.298.342,99	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,01	0,01
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	17.114.655,82	-25.508.075,23	MUTACOES PASSIVAS	179.660,05	254.282,99
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	125.926.713,53	123.248.819,30	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	179.660,05	254.282,99
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.116.931,33	1.254.602,53	LIQUIDACÃO DE CRÉDITOS	179.660,05	254.282,99
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	259.039,33	296.663,71	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	1.08.116.384,19	119.359.087,02
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	857.892,00	957.528,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.250.348,33	4.595.031,16
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	0,00	410,82	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	0,00	3.420,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	124.809.782,20	121.994.216,77	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.157.486,47	2.847.200,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	121.956.697,15	115.208.817,30	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	92.861,86	1.744.411,16
INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3.158.214,10	1.816.119,51	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	14.866.815,86	14.764.054,86
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	3.744.201,23	1.290.377,48	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	77.753.279,67	89.871.968,30
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	115.053.761,82	112.102.126,31	Baixa DE BENS IMOVEIS	7.601.698,84	1.819.822,42
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	17.200,00	0,00	Baixa DE BENS MOVEIS	848.906,42	742.170,57
REAVALIAÇÕES DE BENS	17.200,00	0,00	Baixa DE TÍTULOS E VALORES	2.122.981,40	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.835.885,05	6.785.399,47	Baixa DE DIREITOS	67.179.693,01	87.309.975,31
DEFICIT			AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	179.984,25	16.660,23
			DESVALORIZAÇÃO DE BENS	30.544,00	0,00
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	149.440,25	16.660,23
			INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	26.889.178,30	24.843.888,51
			AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	2.166,58
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43.593,64	29.372,24
			AJUSTES NA D FINANCEIROS	43.593,64	29.372,24
			RESULTADO PATRIMONIAL	23.408.599,85	9.083.840,38
			SUPERAVII	23.408.599,85	9.083.840,38
VARIAÇÕES ATIVAS	162.816.158,54	167.558.000,82	VARIAÇÕES PASSIVAS	162.816.158,54	167.558.000,82



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2011	MES DEZ (DEZEMBRO)
SUBTÍTULO	373072/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DO R.G.DO SUL-DNCTA/SR-11		EMIÇÃO 29/03/2012	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			
FUNÇÃO	2011	2010		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS CORRENTES	92.861,86	1.744.205,75		
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	92.861,86	1.744.205,75		
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-205,41		
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	92.861,86	1.744.000,34		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
PREVIDÊNCIA SOCIAL	51.146,77	2.815,80		
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	13.945.711,85	13.349.899,39		
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	31.111.514,44	38.860.790,42		
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	31.018.552,58	37.116.790,08		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	10.182.280,27	4.900.549,23		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.182.280,27	4.900.549,23		
MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	25.614.302,88	34.664.631,85		
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	9.499.647,06	9.156.556,62		
DESNICORPORAÇÃO DE PASSIVOS	17.114.655,82	25.508.075,23		
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	0,01	0,01		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,01	0,01		
(-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	179.660,05	254.282,99		
DESNICORPORAÇÃO DE ATIVOS	179.660,05	254.282,99		
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERMUTACÕES	5.598.270,51	5.194.108,10		
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.				
RESULTADO APÓS REC/DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	5.598.270,51	5.194.108,10		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	1.116.921,33	1.254.602,53		
TRANSFERÊNCIAS DE INST. VALORES RECEBIDOS	294.039,33	296.663,71		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	857.892,00	957.938,82		
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	40,00		
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	174.809.782,20	121.094.216,77		
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	174.809.782,20	115.208.897,30		
DESNICORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.635.885,05	6.785.894,47		
OUTROS ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	12.200,00	0,00		
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	3.250.348,33	4.595.037,16		
TRANSFERÊNCIAS DE INST. VALORES CONCEDIDOS	0,00	3.429,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.152.486,47	2.847.200,00		
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	92.861,86	1.744.411,16		
(-) DECRÉSCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	104.866.015,86	114.264.025,86		
DESNICORPORAÇÃO DE ATIVOS	77.750.279,67	89.877.968,30		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	26.889.178,30	24.843.888,51		
OUTROS DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	22.226,89	48.199,05		
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	23.408.599,85	4.083.840,38		

Fonte: SIAFI.

PARTE C – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO – Superintendências Regionais do INCRA

18. Cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/nº12/2006)

Todos os 10 imóveis com área superior a 10.000,0000 ha localizados no RS tiveram processos abertos, analisados e encerrados. Portanto não há pendência na SR.11.

Nestes imóveis não foram encontradas irregularidades, sendo que não houve matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Conforme especificado no item Introdução do presente Relatório de Gestão, há uma série de dificuldades a serem gerenciadas na SR.11 para possibilitar o avanço da política de Reforma Agrária no RS. A seguir, apontamos algumas ações de mitigação destas dificuldades, sendo que muitas delas não são de ingerência do INCRA/RS:

- *contingenciamento do orçamento do Governo Federal*: necessidade urgente de recompor o orçamento da Reforma Agrária, sob pena de aumentar o passivo existente em todas as áreas de atuação da autarquia.
- *disponibilidade limitada de recursos financeiros*: necessidade urgente de regularizar a descentralização de recursos financeiros por parte do Governo Federal, visando atender os compromissos e garantir a continuidade dos contratos e convênios vigentes.
- *carência de recursos humanos na SR.11 e desmobilização do corpo funcional*: proporcionar urgentemente a recomposição salarial dos servidores do INCRA, com base em outras carreiras afins do serviço público federal, e viabilizar concurso público para suprir a carência de servidores nos diversos setores da instituição.
- *legislação para obtenção de terras*: potencializar o Convênio com o Governo do Estado para aquisição de imóveis no estado do RS, com a liberação dos recursos previstos no plano de trabalho, e adequar e atualizar a legislação agrária existente para possibilitar a obtenção de áreas para a Reforma Agrária.